

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

TAISA TERESA GOMES FURTADO

**A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO: subjetividade e identidade de estudantes negros cotistas como perspectivas de
análise**

São Luís
2018

TAISA TERESA GOMES FURTADO

**A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO: subjetividade e identidade de estudantes negros cotistas como perspectivas de
análise**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, como
requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara

São Luís
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Furtado, Taisa Teresa Gomes.

A política de cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão : subjetividade e identidade de estudantes negros cotistas como perspectivas de análise / Taisa Teresa Gomes Furtado. - 2018.

134 f.

Orientador(a): Ramon Luis de Santana Alcântara.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Cotas raciais. 2. Identidade. 3. Racismo. 4. Subjetividade. I. Alcântara, Ramon Luis de Santana. II. Título.

TAISA TERESA GOMES FURTADO

**A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO: subjetividade e identidade de estudantes negros cotistas como perspectivas de
análise**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, como
requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a Dr.^a Cristianne Almeida Carvalho
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da Silva
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a Dr.^a Marilda Castelar
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – EBMSP

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Danilo e Rosane, por todo o amor e apoio, e por me proporcionarem todas as condições para que eu chegasse até aqui.

Às minhas irmãs, Talita e Tamires, exemplos de dedicação e competência, por me inspirarem e me apoiarem em todos os momentos.

Ao meu companheiro, Alexandre, por todo o suporte, paciência e parceria nos momentos difíceis, sempre me fortalecendo.

Aos meus colegas de turma, que compartilharam das conquistas e angústias, e, em especial, ao querido amigo Higor, por ter tornado essa jornada mais leve com suas palavras, sempre que precisei.

Às queridas amigas Raissa e Elayne, pela ajuda fundamental no momento de minha qualificação.

Ao grupo de estudos Educarec – Psicologia, Educação e Diversidade, liderado pelos professores Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara e Ma. Elizabeth de Oliveira Serra, por todos os encontros e discussões que fizeram a diferença na construção da pesquisa, assim como no meu percurso pessoal.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos de Mestrado.

Ao Prof. Dr. Ricardo Franklin Ferreira, pela grande contribuição na minha formação acadêmica com as suas aulas e discussões, e por ter me inspirado, antes mesmo que eu soubesse, a realizar esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara, por toda a sua disponibilidade e generosidade desde o início do curso de Mestrado, sendo mais do que um orientador, um amigo, sempre paciente e tolerante.

À Prof.^a Dra. Cristianne Almeida Carvalho, por ter acompanhado a construção do meu projeto de pesquisa desde o início do curso, contribuindo com suas considerações e sugestões.

Ao Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da Silva, referência na luta do movimento negro no Maranhão, e atuante, juntamente ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), na discussão da implementação da política de cotas raciais na UFMA, pelo aceite em participar de minha banca de qualificação e defesa de dissertação, contribuindo com o seu olhar para o aperfeiçoamento da pesquisa.

À Prof.^a Dra. Marilda Castelar, pelo aceite em participar de minha defesa de dissertação, contribuindo sobremaneira com suas considerações e conhecimento na área de Psicologia e relações raciais.

Ainda, agradeço imensamente aos estudantes negros cotistas, quem tanto quis escutar, pela disponibilidade em participar de minha pesquisa. Senti-me honrada pela confiança e generosidade em compartilhar comigo suas histórias de vida e experiências acadêmicas.

*Temos o direito a ser iguais quando a nossa
diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser
diferentes quando a nossa igualdade nos
descaracteriza.*

Boaventura de Sousa Santos

RESUMO

A política de cotas raciais caracteriza-se como uma política de ação afirmativa fundamental na correção das desigualdades e na reparação de uma história de marginalização sofrida pela população negra através da garantia do acesso ao ensino superior. Contudo, tão importante quanto à sua implementação é a assistência e o acompanhamento desses estudantes negros cotistas, no que se refere aos efeitos e implicações subjetivas que o racismo vivenciado no ambiente acadêmico pode ocasionar. Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou analisar os processos de construção da subjetividade e da identidade de estudantes negros cotistas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), buscando identificar como se dão as relações raciais na UFMA, demarcando as diferenças entre os cursos de maior nota de corte, relacionar as especificidades das dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros cotistas e seu impacto em sua autoestima e autoconceito, além de apontar as estratégias de enfrentamento por eles utilizadas frente ao preconceito e à discriminação racial. Foram realizadas entrevistas com oito estudantes dos cursos de maior nota de corte de cada uma das unidades acadêmicas da Cidade Universitária: Direito, Engenharia Química, Medicina e Psicologia. A análise dos dados deu-se à luz do referencial teórico-metodológico da Psicologia Sócio-Histórica. Os resultados demonstram que as dificuldades em comum enfrentadas por esses estudantes dizem respeito, em sua maioria, à questão financeira e ao esforço para acompanhar o ritmo do curso e dos demais colegas de turma. Os estudantes negros cotistas tendem a sofrer preconceito racial de maneira mais explícita no seu relacionamento com os professores no curso de Medicina, sofrendo preconceito também pelo fato de serem cotistas. As estratégias de enfrentamento por eles propostas dizem respeito à importância do apoio institucional e dos grupos do movimento negro. Ainda, o ingresso na universidade proporcionou, ou intensificou, o reconhecimento de uma identidade negra por parte dos estudantes cotistas.

Palavras-chave: Racismo; Cotas raciais; Subjetividade; Identidade.

ABSTRACT

The policy of racial quotas is characterized as a fundamental affirmative action policy in the correction of inequalities and in the repair of a history of marginalization suffered by the black population through the guarantee of access to higher education. However, as important as its implementation is the assistance and follow-up of these black student quotaters, regarding the effects and subjective implications that the racism experienced in the academic environment can cause. In this sense, the present research aimed to analyze the processes of construction of the subjectivity and identity of black students of the Federal University of Maranhão (UFMA), seeking to identify how racial relations in UFMA occur, demarcating the differences between the higher grade courses to relate the specificities of the difficulties faced by black students and their impact on their self-esteem and self-concept, as well as pointing out the coping strategies used by them against prejudice and racial discrimination. Interviews were conducted with eight students from the highest grade courses at each of the academic units of the University City Campus: Law, Chemical Engineering, Medicine and Psychology. Data analysis was based on the theoretical-methodological framework of Socio-Historical Psychology. The results show that the common difficulties faced by these students are mostly the financial question and the effort to keep pace with the course and other classmates. Black quotations students tend to suffer racial prejudice more explicitly in their relationship with teachers in medical school, and are also prejudiced by the fact that they are quota holders. The coping strategies proposed by them concern the importance of institutional support and groups of the black movement. Moreover, admission to university provided or intensified the recognition of a black identity on the part of quota students.

Keywords: Racism; Racial quotas; Subjectivity; Identity.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDANTES NEGROS COTISTAS ENTREVISTADOS.....	67
---	----

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCH	Centro de Ciências Humanas
CCSo	Centro de Ciências Sociais
CFE	Conselho Federal de Educação
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CONSEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
COPENE	Congresso Nacional de Pesquisadores Negros e Negras
COPEVE	Comissão Permanente do Vestibular
CVM	Comissão de Validação de Matrícula
DIAGRAD	Divisão de Acesso à Graduação
DINTER	Programa de Doutorado Interinstitucional
DPU	Defensoria Pública da União
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUM	Fundação Universidade do Maranhão (FUM)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
ONU	Organização das Nações Unidas
PCERP	Pesquisa das Características Étnico-raciais da População

PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	Serviço Social da Indústria
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO COMBATE AO RACISMO	18
2.1 As políticas de ações afirmativas	24
2.1.1 <i>A política de cotas raciais</i>	27
2.2 As cotas raciais na UFMA	28
2.2.1 <i>Estado da arte das pesquisas sobre cotas raciais na UFMA</i>	34
3. A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA EM PSICOLOGIA SOBRE COTAS RACIAIS	51
3.1 Os conceitos de subjetividade e identidade nas relações étnico-raciais	51
3.2 O processo da pesquisa de campo	62
4. OS ESTUDANTES NEGROS COTISTAS DIANTE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA UFMA	68
4.1 Enfrentamento às dificuldades e seus efeitos subjetivos	82
4.2 As relações raciais na UFMA: ninguém quer falar de negro, ninguém quer falar de cotas	86
4.2.1 <i>Relacionamentos entre estudantes</i>	86
4.2.2 <i>Relacionamentos entre estudantes e professores</i>	94
5. SER NEGRO E COTISTA	98
5.1 Processos de construção de subjetividade de estudantes negros cotistas	98
5.2 Processos de construção identitária de estudantes negros cotistas	103
5.3 Os estudantes negros cotistas querem “ter vez, pra ter voz”	115
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICES	130
ANEXO	134

1. INTRODUÇÃO

O mito da democracia racial, tão orgulhosamente difundido neste país, esconde o racismo que impera na sociedade brasileira. A população negra, vítima de uma história de preconceito e escravidão, meticulosamente legitimada pelo grupo dominante, ainda hoje sofre discriminações e é excluída socialmente de diversos âmbitos da sociedade. Entretanto, essa discriminação é caracterizada por um preconceito encarnado, que se dá de maneira sutil e silenciosa nas relações interpessoais, o racismo à brasileira (Telles, 2003). Por conta disso, a população negra, que sofre esse preconceito diariamente, é induzida a acreditar que a discriminação é uma fantasia sua ou fruto de suas incapacidades pessoais.

Segundo Bernardino (2002), o mito da democracia racial e a política de branqueamento que foi desenvolvida no país trouxeram algumas consequências, que seriam: o desenvolvimento da crença de que não existem raças no Brasil, uma vez que a miscigenação teria acabado por diluir qualquer essência original, o que faz com que o país se orgulhe de si mesmo e acabe considerando-se parâmetro de boa convivência aos países racistas; a classificação baseada na cor, em vez de se falar em raça, que possui, entretanto, um caráter apenas descritivo, sem implicações político-econômico-sociais; a acusação de racistas àqueles que defendem políticas voltadas à população negra, uma vez que o país é miscigenado e acredita-se que não existem raças no Brasil, não sendo possível que se fale em uma raça negra.

As políticas de ações afirmativas surgem com o objetivo de garantir e assegurar direitos a grupos que sofrem discriminações e são socialmente tratados de maneira desigual, tendo seus direitos negligenciados ou até mesmo desconsiderados.

No caso das ações afirmativas voltadas à população negra, seu objetivo consiste em reparar as consequências do racismo e da discriminação racial para os negros, como a sua marginalização, a baixa escolaridade da população negra e sua conseqüente exclusão do mercado de trabalho e de espaços monopolizados por uma maioria branca, como a universidade pública. Desse modo, o sistema de cotas raciais caracteriza-se como uma modalidade de ação afirmativa que regulamenta a entrada nos cursos de graduação das universidades federais para estudantes negros que optem por esse ingresso diferenciado, visando garantir o acesso da população negra ao ensino superior.

Para Bernardino (2002), as políticas de ação afirmativa caracterizam-se como um instrumento de racialização positiva das relações sociais no Brasil. Portanto, é fundamental, para que se crie um sentimento de pertencimento a um grupo racial e de uma identidade

racial, que não se leve em conta, pura e simplesmente, fatores físicos e biológicos, mas que se lance mão de uma dimensão sociopolítica, ou seja, que se reconheça a discriminação como coletiva, e não, individual.

Pessoalmente, a justificativa desta pesquisa consiste no interesse desta autora, e sua assim julgada necessidade, em dar continuidade ao trabalho de monografia de conclusão do curso de Psicologia. Por sua vez, o interesse por este tema, ainda no trabalho de monografia, surgiu de uma frase proferida por seu orientador, à época ainda seu professor de graduação, que disse em sala de aula, em discussão sobre o racismo na disciplina de Psicologia Social: “ninguém quer falar de negro!”.

Mais do que um desabafo que expressava um ressentimento do professor com relação ao desinteresse que as pessoas tendem a ter pelo tema negro e por pesquisas voltadas à população negra no Brasil, a frase também denuncia a realidade brasileira com relação ao racismo: ninguém quer falar de negro; e, ao se ignorar o assunto, evita-se o constrangimento de se reconhecer a discriminação racial sofrida pelos negros no Brasil.

De algum modo, o ressentimento do professor, as aulas sobre o tema, a ausência de debate entre os alunos em sala de aula sobre o assunto e, principalmente, a frase proferida pelo professor foram motivos de inquietação dali em diante, até que, ao final do curso, no momento de se escolher o tema de monografia, “falar de negro” era o que fazia sentido naquele momento. Racismo e discriminação racial eram os temas que valeriam a discussão e o esforço do trabalho.

Decidiu-se, portanto, discutir o racismo e a discriminação racial que se faz presente diariamente no Brasil, a partir do debate em torno da política de cotas raciais que reserva determinado número de vagas nas universidades públicas brasileiras aos estudantes negros, garantindo-lhes seu acesso ao ensino superior, questionando-se sobre o porquê de ainda haver tanto debate dividindo a sociedade entre os que são a favor e os que são contra as cotas raciais, e sobre o que a política de cotas raciais representa para a sociedade brasileira.

A partir de levantamento bibliográfico, o trabalho consistiu numa discussão teórica fundamentada no materialismo histórico-dialético sobre a adoção da política de cotas raciais nas universidades brasileiras, assim como a polêmica em torno dela, no contexto de discriminação racial e desigualdades socioeconômicas vivenciadas pela população negra.

Como resultados da discussão, concluiu-se que as ações afirmativas dizem respeito a um importante instrumento de garantia de igualdade de direitos à população negra, e a política de cotas raciais, que assegura o acesso dos negros à universidade, corresponde a uma

importante medida compensatória, como reparação a toda uma história de discriminação que impediu a igualdade de oportunidades e de mobilidade social entre brancos e negros.

O acesso à universidade, oportunizado pela política de cotas raciais, possibilita a inclusão dos negros em ambientes dos quais é historicamente excluído, favorecendo a ascensão social de um grupo que se encontra marginalizado na sociedade e a formulação de novas concepções de realidade, a reconstrução de sua identidade e o fortalecimento de uma consciência negra.

Por conta disso, concluiu-se, ainda, que tão importante quanto a implantação da política de cotas raciais nas universidades é a sua continuidade, ou seja, o acompanhamento dos alunos após o ingresso na universidade por meio do sistema de cotas e suas possíveis dificuldades, adversidades ou mesmo discriminações que podem vir a sofrer.

A presente pesquisa surge, então, da necessidade de ir além, e de avaliar os efeitos da política de cotas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a partir do discurso de quem é por ela atendido, os estudantes negros. É necessário que se avalie de quais maneiras o racismo historicamente mantido na sociedade brasileira se faz presente na universidade, quais as dificuldades enfrentadas pelos estudantes cotistas; que se reflita sobre como fica a subjetividade dos negros no contexto de toda uma história de discriminação e exclusão social, e, atrelada à sua subjetividade, a construção de sua identidade, o desenvolvimento de sua autoestima e autoconceito; se a política de cotas, ao promover a diversidade étnico-racial dentro da universidade, garante que haja o debate sobre o racismo no ambiente acadêmico, e que se avalie de quais maneiras pode-se combater o racismo dentro da universidade e, conseqüentemente, também fora dela.

A partir destas reflexões e objetivando compreender tais questões, buscou-se analisar, de maneira geral, os processos de construção da subjetividade e da identidade de estudantes negros cotistas da UFMA, e, especificamente, identificar, a partir dos discursos desses estudantes, como se dão as relações raciais na UFMA, demarcando as diferenças entre os cursos de maior nota de corte; relacionar as especificidades das dificuldades enfrentadas por esses estudantes negros cotistas, e seu impacto em sua autoestima e autoconceito; e apontar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos estudantes negros cotistas frente ao preconceito e à discriminação racial.

Acredita-se ser necessário e relevante pesquisar e discutir a política de cotas na UFMA, primeiramente, porque nada mais pertinente do que discutir dentro da universidade assunto que lhe diz respeito. E, ainda, pois falar sobre cotas é falar sobre discriminação racial

e assumir e reconhecer que o racismo existe, e o primeiro passo imprescindível para que se possa combater um problema é se reconhecer que ele existe.

Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para a compreensão das relações raciais na UFMA, em especial, assim como para a reflexão acerca do racismo silencioso que impera na sociedade brasileira e da polêmica em torno da política de cotas, que é expressão de uma sociedade que exclui e discrimina negativamente a população negra, ao mesmo tempo em que nega a existência do preconceito.

Do ponto de vista científico, defende-se a importância da pesquisa no sentido de ampliar a participação da Psicologia no estudo das relações étnico-raciais no Brasil, especificamente na UFMA. Pesquisar as cotas raciais na UFMA na perspectiva da Psicologia significa compreender as relações étnico-raciais a partir do estudo dos conceitos de subjetividade e identidade, contribuindo para a compreensão do racismo, sua dinâmica de funcionamento e suas consequências para o sujeito.

O estudo das cotas raciais a partir do olhar da Psicologia não somente ajuda a compreender as relações étnico-raciais, como possibilita repensar e gerar novos conhecimentos acerca do processo de desenvolvimento da subjetividade. Não apenas a Psicologia contribui para a compreensão das relações étnico-raciais e do racismo, como o estudo do racismo, por sua vez, possibilita uma melhor compreensão acerca da subjetividade.

Desse modo, a Psicologia deve se incluir no debate e nas pesquisas sobre a questão racial no Brasil. É fundamental que se discuta o racismo, a discriminação e o preconceito raciais a partir de uma preocupação voltada para o sujeito e seus modos de subjetivação.

A pesquisa se deu com a realização de entrevistas com oito estudantes, quatro homens e quatro mulheres, dos cursos de maior nota de corte de cada unidade acadêmica da Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão.

O primeiro capítulo traz um breve histórico das consequências sociais do fim da escravidão, discutindo-se as consequências sofridas por negros com a imigração europeia, assim como as desigualdades raciais que foram fruto da abolição, para que se possa analisar as causas do atual contexto de discriminação racial e desigualdades socioeconômicas vivenciadas pela população negra. Ainda discute-se o papel das políticas de ações afirmativas no combate ao racismo, situando a política de cotas raciais nas universidades dentro do debate. Por conseguinte tem-se uma seção voltada para a política de cotas raciais na UFMA, com uma breve descrição do processo de discussão, aprovação e implementação das cotas raciais, além de uma subseção com o estado da arte das pesquisas sobre cotas raciais na UFMA no período de dez anos desde a sua implementação.

No segundo capítulo explanam-se os conceitos de subjetividade e identidade à luz da Psicologia Sócio-Histórica, nos quais estão pautados a pesquisa e a análise dos dados coletados. Essa explanação alicerça o delineamento do processo de realização da pesquisa, a seleção dos sujeitos a serem entrevistados, os procedimentos utilizados para a coleta de dados e o referencial de análise das entrevistas, além dos dados que surgiram no decorrer do processo.

O terceiro e quarto capítulo tratam dos resultados das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, e encontram-se divididos de acordo com os objetivos propostos.

Finalmente, as considerações finais, com a discussão sobre o que se apreendeu e se pôde compreender a partir do discurso dos estudantes, conduzindo a análise de acordo com o objetivo geral da pesquisa, a saber, analisar os processos de construção da subjetividade e da identidade de estudantes negros cotistas da UFMA, e com os objetivos específicos propostos.

2. A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO COMBATE AO RACISMO

Retomando, brevemente, à história de escravização dos negros, desde a colonização da América, quando o continente foi descoberto e demandava mão-de-obra para sua exploração, Munanga (1986) afirma que a África, com uma indústria de guerra e tecnologia que deixavam a desejar para as europeias, mostrou-se como um reservatório humano que solucionava o problema sem grandes riscos e sem custos. Nessa via, antes do surgimento da máquina com a Revolução Industrial, o tráfico moderno de negros escravizados tornou-se uma necessidade econômica. O autor aponta para esse sistema que irá se reproduzir no Brasil escravista, em que o binômio senhor-escravo, com as novas relações técnicas que se impõem, estende-se ao plano social.

Munanga (1986) ressalta o desprezo do mundo negro pelos europeus no período de ocupação colonial efetiva da África pelo Ocidente, e pontua que

[...] a ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas de exploração predispuseram o espírito do europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais [...] Negro torna-se, então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica (MUNANGA, 1986, p. 9).

É nesse contexto da sociedade colonial, que se preocupa em manter a ordem e o equilíbrio que lhe dão o domínio da situação, que surgem e são reforçados os preconceitos raciais. Dessa maneira, explora-se a maioria negra, através de mecanismos repressivos diretos, como a força bruta, e indiretos, em que se lança mão de estereótipos, como os preconceitos raciais.

Somada a essa força que garantia a manutenção do violento equilíbrio que a sociedade dominante temia em perder, “[...] recorreu-se oportunamente aos estereótipos e preconceitos através de uma produção discursiva. Aí, toda e qualquer diferença entre colonizador e colonizado foi interpretada em termos de superioridade e inferioridade” (MUNANGA, 1986, p. 12).

Na história brasileira, a abolição da escravidão é vista como uma linha divisória do desenvolvimento histórico do país. Hasenbalg (1979), ao se debruçar sobre o estudo das desigualdades raciais, faz um mergulho na história dos negros no Brasil, discutindo, justamente, como se deu o processo de abolição, as consequências sociais da abolição para a

população negra, e, por conseguinte, as relações raciais que se estabeleceram e que se perpetuam neste país.

O autor destaca que o abolicionismo fora, primordialmente, um movimento protagonizado por homens brancos livres, com a adesão dos escravos acontecendo de maneira tardia. E, uma vez alcançada a abolição da escravidão, a população de ex-escravos fora abandonada à sua própria sorte.

Esse contexto da natureza do movimento abolicionista e as consequências sofridas pela população de ex-escravos após a abolição nos permitem entender o desmembramento das relações raciais no Brasil, assim como o racismo silencioso que impera no país.

No contexto colonial, aprofundaram-se as diferenças sociorraciais entre os grupos, assim como o estereótipo negativo dos negros, para que as vantagens políticas, econômicas e psicológicas fossem asseguradas ao grupo dominante e para que se mantivesse a oposição entre superiores e inferiores.

Munanga (1996) reforça o papel fundamental que os preconceitos raciais e a discriminação racial têm nessa estrutura desigual de oportunidades sociais na qual estão expostos, hoje, negros e brancos. O autor ressalta que com o fim da escravidão, deu-se fim, também, à distinção entre homem livre e escravo e para se garantir a manutenção da hierarquia ora vigente, assim como para se assegurar o *status quo*, substituí-se as categorias anteriores em oposição por categorias novas, conservando-se as diferenças raciais entre o senhor e o ex-escravo.

Seguindo essa discussão acerca das características da escravidão no Brasil, assim como do próprio movimento abolicionista que se sucedeu e as consequências sociais para a população negra, faz-se oportuno que se faça uma breve discussão sobre a noção de “colonialidade do ser”, desenvolvida por Maldonado-Torres (2007), que nos ajuda a entender como as relações de poder estabelecidas no colonialismo se refletem na forma como a sociedade brasileira se organizou.

O autor afirma que além da ideia de uma colonialidade do poder (referente às formas de exploração e dominação características da modernidade) e da colonialidade do saber (referente à produção de conhecimento voltada para a reprodução do pensamento dos regimes coloniais), conseqüentemente ter-se-ia a ideia de colonialidade do ser. Para Maldonado-Torres,

[...] A colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem. [...] O surgimento do conceito “colonialidade do ser” responde, pois, à necessidade de esclarecer a pergunta sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, e não somente na mente de sujeitos subalternos. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130, tradução da autora)

Segundo Maldonado-Torres (2007), a colonialidade diz respeito a um padrão de poder que surgiu como consequência do colonialismo moderno. Entretanto, trata-se mais do que apenas uma relação de poder formal entre povos ou entre nações. Corresponde à maneira como se interrelacionam o conhecimento, o trabalho, a autoridade e as relações intersubjetivas, a partir do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim,

[...] embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. A mesma se mantém viva em manuais de aprendizagem, no critério para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. De certo modo, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131, tradução da autora).

O autor defende, portanto, que a modernidade enquanto discurso e prática não seria possível sem a colonialidade, e que a colonialidade é inerente aos discursos modernos. E que no contexto da colonização europeia na América, as categorias europeu, branco, índio, negro e mestiço, dentre outras, foram criadas, demonstrando que esse tipo de classificação social serve para se manter um tipo de relação vertical entre os indivíduos, ou seja, que estabeleça uma relação de superioridade de determinado grupo sobre outros.

Maldonado-Torres (2007) parte da ideia de Fanon de que o negro não seria um ser, como também não seria simplesmente nada, mas que teria uma constituição distinta, para complementar que, para Fanon, esse enigma do negro corresponderia ao ponto de partida para que se possa pensar a noção de colonialidade do ser. Desse modo, é preciso que se entenda a experiência vivida do negro e do colonizado para que se possa elaborar o que seria tal conceito.

A reflexão acerca da noção de colonialidade do ser parte das categorias negro, pessoas de cor e colonizado, e Maldonado-Torres (2007) se utiliza do conceito de “os condenados (damnés) da terra”, de Fanon, para referir-se a elas. O autor complementa que o condenado é para a colonialidade do ser o que o Dasein (ser-aí) é para a ontologia fundamental de Heidegger, com a diferença de que o condenado representa para o Dasein europeu, na verdade, um ser que “não-está-aí”. O condenado, desse modo, não seria um “ser-aí”, mas, um “não-ser”, ou, ainda, um ente invisível.

E, nesse caso, “o que é invisível em relação à pessoa de cor é sua própria humanidade. E é para a negação da mesma que o grito/choro tenta chamar a atenção. A invisibilidade e a desumanização são as expressões primárias da colonialidade do ser” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 150, tradução da autora). Portanto, a produção de uma linha de cor, em suas mais variadas expressões e dimensões, está intimamente relacionada à ideia de uma

colonialidade do ser. A ideia de raça surge para se justificar a hierarquização da humanidade e a partir dela se definiria o conceito do que é ser humano.

A herança colonial de hierarquização da humanidade pautada na ideia de raça é estruturante da sociedade brasileira, determinando a maneira como as relações inter-raciais se estabeleceram e se mantêm no Brasil e explicando a discriminação racial e a exclusão social sofrida pelos negros ainda hoje.

É a perpetuação do colonialismo, ou a ideia de uma colonialidade do ser, e suas consequências para os negros que justificam a necessidade de políticas e ações voltadas à defesa e garantia de direitos à população negra. As cotas raciais nas universidades públicas brasileiras dizem respeito a uma dessas políticas de ações afirmativas que funcionam como uma tentativa de reparação a toda uma história de discriminação, e a discussão acerca de tal política é de fundamental importância.

Faz-se necessário, nesse momento, ressaltar o sentido de raça do qual apropria-se e que conduz as discussões deste trabalho. Ainda que, cientificamente, não se possa falar em raça, uma vez que, geneticamente, não há como se atribuir nenhum padrão de traços humanos como diferenças biológicas, exceto o grupo sanguíneo, considera-se o conceito de raça em uma perspectiva sociológica.

Compreende-se enquanto uma categoria que é construída socialmente, utilizada como referência para se classificar os indivíduos de acordo com suas características fenotípicas, e utilizando-se dessas características para sustentar uma hierarquização do humano, enquanto grupos inferiores e superiores.

Compartilha-se da opinião de Guimarães (2005) de que “[...] se torna muito difícil imaginar um modo de lutar contra uma imputação ou discriminação sem lhe dar realidade social. Se não for à ‘raça’, a que atribuir as discriminações que somente se tornam inteligíveis pela ideia de ‘raça’?” (GUIMARÃES, 2005, p. 27). Portanto, o conceito de racismo neste trabalho segue a mesma perspectiva.

Primeiro ponto a se destacar na discussão diz respeito ao fato de que a política de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, que lhes garante o acesso ao ensino superior, ainda é um assunto que divide a sociedade entre os que a defendem e os que a rejeitam. E a ideia compartilhada pelos brasileiros de se viver em uma democracia racial explica a rejeição à política de cotas raciais.

O surgimento do mito da democracia racial é atribuído a Gilberto Freyre. No livro “Casa-Grande e Senzala”, publicado em 1933, o autor desenvolve sua obra tentando compreender o Brasil a partir do problema da miscigenação. Como afirma Oliveira (2016), o

sucesso e a grande recepção da obra de Gilberto Freyre deveu-se ao fato de que, antes de Freyre, a mistura racial do povo brasileiro era motivo de vergonha por parte de muitos intelectuais brasileiros, que consideravam a miscigenação um problema a se resolver. Entretanto, Gilberto Freyre, com sua obra, muda a forma de se pensar a mistura racial no Brasil, sendo considerado um dos inventores do Brasil enquanto nação, criando um mito sobre o Brasil.

Freyre destaca o papel “civilizador” do negro na sociedade brasileira, sendo, em muitos aspectos, considerado superior ao branco. De acordo com Oliveira (2016), porém,

[...] sua singular interpretação da sociedade brasileira que revolucionou a forma de compreender as relações raciais nesse país também trazia uma profunda ambiguidade, na medida em que afirmava que houve aqui relações mais amenas no tratamento com os escravos, ele chega a falar em algumas passagens em 'doçura', além de que, a miscigenação que ocorreria não apenas no plano biológico como também cultural, esta mesma que possibilitou o surgimento da primeira grande 'civilização nos trópicos', seria aquela que teria amalgamado as relações raciais entre brancos e negros, dentro do que ele denominou de 'equilíbrio de antagonismos'. (OLIVEIRA, 2016, p. 313)

É por conta do mito que se criou desde então de o Brasil ser considerado uma democracia racial, por ser um país miscigenado, marcado pela mistura, que há esse acordo velado entre os brasileiros de não se falar em racismo. E é essa crença de que não existe racismo no Brasil que dificulta o reconhecimento da discriminação racial no país, assim como a discussão acerca de políticas públicas que assegurem direitos à população negra.

Portanto, discutir a história de discriminação racial pela qual tem passado a população negra no Brasil, assim como a política de cotas, é reconhecer que o racismo existe nesta sociedade; está presente nas falas e gestos, no cotidiano.

Importante passo, então, diz respeito a reconhecer que a discriminação racial e o racismo existem no Brasil; não há como se combater algo sem que se reconheça a sua existência. Ignorar a discriminação racial não modifica o cenário de desigualdades entre brancos e negros. Pelo contrário, só dificulta e impede a implantação de políticas públicas que garantam direitos à população negra e que combatam o racismo. E é por isso que a política de cotas foi e ainda é vista com tanta estranheza.

Ferreira e Camargo (2013) afirmam como o ensino e a mídia, lugares de muita importância na construção da cidadania e no processo de socialização, atuam como fonte de retroalimentação da discriminação racial e da diminuição da cultura africana. Defendem que a escola atua como um microcosmo da sociedade, reproduzindo a mesma estrutura de relações presente no social, ou seja, relações pautadas no binômio dominação/subordinação.

Acrescenta-se, então, o mesmo poder que a universidade possui – em diferentes níveis e proporções – de reproduzir as relações e ideologias estabelecidas e difundidas na sociedade como um todo, através não somente da incipiente participação dos negros na academia (não somente de estudantes negros no ensino superior, como de professores negros nas universidades), como das relações que se dão entre os estudantes, que reproduzem, muitas vezes, a segregação e a discriminação racial presentes na sociedade.

Compartilha-se da opinião dos autores, quando defendem que:

Na academia, o debate sobre tais questões deve ser ampliado, pois o pesquisador pode ser um interlocutor privilegiado sobre a problemática negra, já que sua influência, como formador de opinião, pode alimentar o processo de superação da discriminação negativa e a aceitação da diversidade. Os grupos de militância, sejam eles com objetivos culturais, políticos ou religiosos, são fundamentais no desenvolvimento de políticas voltadas para a reversão do preconceito (FERREIRA & CAMARGO, 2013, p. 194).

Defendem, portanto, que a universidade, assim como a escola, deve ser um lugar em que a discriminação racial e o preconceito sejam reconhecidos, para que possam ser ampla e abertamente debatidos.

De acordo com Heringer (2002),

[...] o quadro de desigualdade entre negros e brancos está relacionado tanto a fatores estruturais quanto à discriminação. Entre os fatores estruturais, sem dúvida o mais significativo é o componente educacional. Ao se situarem nos grupos com menor acesso à educação formal, os negros também ocupam postos de menor prestígio no mercado de trabalho (HERINGER, 2002, p. 62).

A garantia do acesso à educação é um dos fatores relacionados ao alcance de boas oportunidades no mercado de trabalho e, por conseguinte, de um melhor rendimento. E, para muitos, a escolaridade é o principal meio de se assegurar uma mobilidade social ascendente.

Rodrigues (1995) aponta dados de pesquisa realizada pelo Datafolha, em 1995, que buscou entrevistar cidadãos de todo o país, a fim de se analisar e avaliar o preconceito de cor entre os brasileiros, que mostraram que os negros possuem salários muito mais baixos do que brancos e pardos e que, sendo causa ou consequência da baixa renda, a escolaridade dos negros é a pior, e que apenas 4% dos entrevistados conseguiram o acesso ao ensino superior. O autor conclui que “o baixo nível de escolaridade funciona como um forte obstáculo para que o negro consiga melhores posições no mercado de trabalho” (RODRIGUES, 1995, p. 43).

À época da pesquisa, o número de estudantes negros na Universidade de São Paulo (USP) não chegava nem a 2% e o autor complementa que “[...] o incentivo para os que entram

é sempre contaminado pela diferença de cor que existe entre eles e o restante”. (RODRIGUES, 1995, p. 47).

Dados da última Pesquisa das Características Étnico-raciais da População – PCERP 2008, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), com pessoas de 15 anos ou mais de idade, nas seis Unidades da Federação pesquisadas (Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), confirmam as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros.

Os números da PCERP 2008 mostram que ainda subsistem diferenças significativas entre os grupos de cor ou raça, sendo que 20,6% dos brancos têm até quatro anos de estudo, enquanto para os não-brancos a proporção é de 27,4%. Ainda, 22,5% dos brancos têm 12 anos ou mais de estudo, enquanto os não-brancos correspondem a apenas 8,3% desse grupo.

Os dados da pesquisa mostram que a dissimilaridade entre brancos e negros tende a aumentar, tanto no estrato mais baixo, quanto no topo. Mais pessoas não-brancas estariam restritas às ocupações rurais e urbanas de menor status, apesar de, por outro lado, estarem acessando as camadas médias. Porém, ainda com dificuldades de chegar à parte mais acima da pirâmide ocupacional.

Voltando-se ao contexto do estado do Maranhão, a mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (IBGE), relativa ao primeiro trimestre de 2018, aponta que os negros correspondem a 81,3% da população maranhense, com uma diferença significativa entre os que se autodeclararam pretos (11,3%) e pardos (70%).

Com relação à situação da população maranhense no que se refere a anos de estudo, a mesma pesquisa referente aos anos de 2016 e 2017 demonstra que nesse período houve um aumento na média de anos de estudo da população maranhense autodeclarada preta ou parda em todas as faixas etárias consideradas. Entretanto, a média de anos de estudo da população branca ainda é superior à da população negra em todos os grupos de idade.

Apesar de o racismo ser veementemente negado neste país, os números demonstram que a discriminação racial é real, apontando, no que se refere à escolaridade (principal meio de ascensão social e que possibilita a conquista de melhores condições de vida), como ainda é grande a desigualdade entre brancos e negros, e como é urgente a adoção de políticas e ações afirmativas que busquem diminuir essa desigualdade.

2.1 As políticas de ações afirmativas

Apesar de as políticas de ação afirmativa voltadas à população negra terem se difundido a partir dos anos 2000, a discussão em torno de políticas que assegurem a igualdade

racial não é tão recente. As Nações Unidas aprovaram, em 1965, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada por 167 Estados, dentre eles, o Brasil. Destaca-se:

Desde seu preâmbulo, essa Convenção assinala que qualquer “doutrina de superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, inexistindo justificativa para a discriminação racial, em teoria ou prática, em lugar algum”. Adiciona a urgência de adotar-se todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e manifestações e para prevenir e combater doutrinas e práticas racistas. (PIOVESAN, 2005, p. 48).

De acordo com Moehlecke (2004), o Ministério do Trabalho manifestou-se, em 1968, a favor da criação de uma lei que garantisse a admissão de uma porcentagem de empregados negros por empresas privadas; contudo, a lei não chegou a ser elaborada.

Foi no período de redemocratização do país, nos anos de 1980, que foi formulado o primeiro projeto de lei, propondo, como uma reparação aos afro-brasileiros¹ pelos séculos de discriminação, uma “ação compensatória” ao afro-brasileiro em diversos segmentos da vida social, pelo então deputado Abdias Nascimento.

A introdução do debate sobre a ação afirmativa se dá na segunda metade dos anos de 1990. De acordo com Silvério (2002), em 1992 já seria possível interferir de três formas distintas na correção de distorções, a partir dos estudos acerca das desigualdades raciais, a saber, pela via jurídica, através da legislação que considera e pune o racismo como crime; pela implantação de ações afirmativas, visando à igualdade de direitos entre os grupos, através do tratamento preferencial com base no pertencimento a grupos (de raça ou gênero), de modo que se compensasse a discriminação sofrida; e, por fim, pelas políticas não racialmente específicas, que visam ao combate da pobreza, possuindo caráter redistributivo.

A questão, que era debatida, até então, apenas pelo movimento negro e por alguns intelectuais, passa a ser foco de discussão a partir de meados dos anos 1990, quando, em 1995, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, faz um discurso em que considera o Brasil um país racista, organizando um encontro, no ano seguinte, com o objetivo de que se pensasse em propostas e ações que modificassem tal cenário de discriminação. Esse contexto se deve à promulgação da Constituição brasileira de 1988, marco do processo de redemocratização do país e a mais abrangente e extensa no que se refere aos direitos e garantias fundamentais. A “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, instituiu a prática do

¹ A autora utiliza o termo afro-brasileiro, referente à pessoa de nacionalidade brasileira e ascendência africana, para se referir à população negra, por ser considerado um dos termos oficiais brasileiros que designam racialmente e de acordo com a cor as pessoas que se definem como pertencentes a esse grupo.

racismo como crime inafiançável e imprescritível, favorecendo a discussão acerca do combate às desigualdades e à discriminação racial. No entanto,

[...] seria preciso esperar mais oito anos para que o assunto entrasse na agenda política nacional, como ocorreu por meio do programa de combate ao racismo apresentado pelo governo federal na Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância, realizado em Durban, na África do Sul, em 2001. Desde então, políticas de ação afirmativa direcionadas à população negra espalharam-se pelo país. (MOEHLECKE, 2004, p. 759).

Segundo Guimarães (2003), a primeira vez que um governo brasileiro admitiu a discussão sobre políticas públicas que garantissem a ascensão dos negros no Brasil foi em julho de 1996, em Brasília, quando vários pesquisadores brasileiros e americanos, assim como um número considerável de lideranças negras do país, participaram, a convite do Ministério da Justiça, do seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”.

O autor explica que o termo *affirmative action*, utilizado para se referir a tais políticas, foi emprestado do termo americano, carregado de significados, devido à polarização com a qual essas políticas são vistas nos Estados Unidos.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o debate sobre o racismo e a discriminação racial ganhou força com o crescimento da luta do movimento negro e a demanda por ações afirmativas voltadas à população negra, visto que, até então, a simples estratégia de punir a discriminação racial como forma de se combater as desigualdades não fora suficiente.

Entretanto, como aponta Guimarães (2003), alguns setores do governo mantiveram-se resistentes à adoção de medidas racialistas, apesar de se ter constatado que as barreiras educacionais que atingem a população negra no país são o principal obstáculo à igualdade racial. O próprio Ministério da Educação negou o caráter racial das desigualdades no setor da educação, atribuindo a essas desigualdades a má qualidade do ensino fundamental público e as questões de classe social. Dessa maneira, alguns setores defendiam que o acesso dos negros à universidade só seria alcançado com o investimento na universalização do ensino fundamental e médio, através de medidas adotadas pelo governo que viriam a trazer resultados a longo prazo.

Foi em 2001, pouco mais de um século depois da abolição da escravatura, na Conferência Internacional de Durban promovida pela ONU, na África do Sul, que o Brasil finalmente se compromete a reverter as desigualdades raciais do país através da adoção de políticas de ação afirmativa, dentre elas, o sistema de cotas nas universidades.

A preparação para a participação do Brasil na Conferência de Durban, que gerou uma série de eventos entre os anos 2000-2001, contribuiu para que a temática racial ganhasse espaço na agenda nacional, sendo criado por decreto presidencial, após a realização da Conferência, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, vinculada, à época, ao Ministério da Justiça. Destaca-se que

[...] tal Conselho tem como um de seus objetivos a criação de políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e de grupos sociais, raciais e étnicos que sejam objeto de discriminação racial ou de outras formas de intolerância. A Declaração e o Plano de Ações de Durban possibilitaram diversos momentos de reflexão sobre a questão dos negros, além de consagrar o termo “afro- descendente” (ANCHIETA, 2008, p. 42).

De acordo com Nunes (2011), a primeira experiência no Brasil com cotas no ensino superior foi em 1968, com a Lei do Boi ou Lei 5465/68, do governo federal. A lei reservava vagas para filhos de agricultores nas escolas agrícolas de ensino médio e nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária. Apesar de não se tratar cotas destinadas à população negra, o autor considera que essa experiência serviu, direta ou indiretamente, como base empírica para as cotas que existem na atualidade.

Foi em 2003, após todo o contexto nacional que propiciou a abertura para reflexão sobre a questão racial e para a criação de políticas afirmativas voltadas à população negra, que as cotas raciais surgem no contexto das universidades públicas.

2.1.1 *A política de cotas raciais*

Segundo Nunes (2011), em 2003 a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) passou a adotar o sistema de cotas raciais. Apesar de a mídia do centro-sul não ter dado visibilidade ao feito, atribuindo à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) o pioneirismo na aprovação da implantação das cotas étnico-raciais em setembro de 2003, foi a UNEB a pioneira nessa política de ação afirmativa, em 2003. O sistema de cotas raciais na UERJ passou a valer no início de 2004, sendo, portanto, a segunda universidade pública a adotar a política de cotas.

No âmbito das universidades federais, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira a instituir o sistema de cotas para negros, regulamentado em 2003 e com início em junho de 2004, seguida pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com o sistema de cotas para negros regulamentado por meio da Resolução nº 23/2004 do Conselho Universitário, e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com regulamentação também em 2004. A

quarta universidade pública federal a adotar o sistema de cotas para negros foi a Universidade Federal da Bahia (UFBA), com início no ano de 2005.

Como afirma Pinto (2014), em dezembro de 2004 havia 15 iniciativas de programas de ações afirmativas em universidades públicas, sendo que não houve um padrão estabelecido nesse processo. Cada universidade instituiu seu próprio procedimento acerca das discussões e da aprovação de suas propostas, sendo que, salvo os casos da UnB, da UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), as demais universidades adotaram em seus programas o critério de classificação racial combinado ao de ter cursado o ensino médio em escola pública.

No caso da UFMA, segundo Silva, Maciel e Rodrigues (2012), em 2004 começou a ser discutida a proposta de um programa de ações afirmativas com cotas percentuais para acesso e permanência de estudantes negros, após a realização do III COPENE (Congresso Nacional de Pesquisadores Negros e Negras), promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) juntamente à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras, com o tema “Pesquisa Social e Políticas de Ação Afirmativa para Afrodescendentes”.

O congresso possibilitou a ampliação do debate acerca das relações étnico-raciais na UFMA e da implantação de um programa de ações afirmativas voltado aos estudantes negros. Contudo, somente no segundo semestre de 2006 foi encaminhada para apreciação e deliberação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a proposta de um programa de ações afirmativas, aprovada em outubro de 2006, cujo processo será aprofundado na seção seguinte.

2.2 As cotas raciais na UFMA

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) nasceu da aprovação do Estatuto da antiga Fundação Universidade do Maranhão (FUM), a partir do parecer nº 7.684/78 de 14 de dezembro de 1978, do Conselho Federal de Educação (CFE), que transforma a FUM em UFMA, a partir de então com o caráter de uma instituição oficial de ensino superior, regida por um só Estatuto.

De acordo com Nunes (2011), com o status de universidade pública a UFMA passa a estabelecer uma política de ensino, pesquisa e extensão; criar, modificar ou extinguir cursos; elaborar currículos; organizar programas de pesquisa e extensão; estabelecer o regime didático-científico e conferir graus, diplomas, certificados, títulos e outras dignidades universitárias.

Entretanto, somente quase três décadas depois a UFMA passa a discutir a implantação do sistema de cotas para negros, iniciativa que partiu do NEAB. Nunes (2011) aponta que a implantação do sistema de cotas na UFMA teve início tardiamente, em comparação a outros estados que também possuem uma população negra expressiva, como os estados da Bahia (UFBA e UNEB) e Rio de Janeiro (UERJ), ficando atrás até mesmo dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, que já não possuem uma população negra tão significativa.

Fundado em 1985, o NEAB iniciou as discussões acerca do sistema de cotas raciais para negros na UFMA em 2003, não apenas com a reitoria, como também com todas as unidades acadêmicas: Centro de Ciências Sociais (CCSo), Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS).

Nunes (2011) afirma que, surpreendentemente, nem a Pró-Reitoria de Ensino nem mesmo o NEAB possuem em seus arquivos relatórios que tratem da discussão e da posterior implementação do sistema de cotas raciais, e relata que em sua pesquisa acerca da história do sistema de cotas raciais na UFMA tomou como fontes entrevistas com diferentes gestores da UFMA (como reitores, pró-reitores de ensino e coordenadores de cursos), conversas informais com professores e estudantes que vivenciaram o fato, além de documentos, como resoluções, manuais de vestibulares e o Programa de Ações Afirmativas da UFMA elaborado pelo NEAB.

Silva, Maciel e Rodrigues (2012) afirmam que as discussões promovidas pelo NEAB sobre a implantação do sistema de cotas para negros na UFMA envolveu diversas instâncias da universidade, incluindo as assembleias dos departamentos acadêmicos, os conselhos das unidades acadêmicas, entidades de representações discentes, além do CONSEPE, da Pró-Reitoria de Ensino e da Administração Superior.

O diálogo com os diversos setores da universidade visava apresentar e debater os principais pontos referentes às discussões sobre ações afirmativas no país, com o objetivo de propor um programa que levasse em consideração as particularidades do estado do Maranhão, assim como da própria UFMA, com relação à representação e às dificuldades enfrentadas pela população negra. Destacam que:

Assim como em outras regiões e instituições do país, as discussões na UFMA aconteceram em meio às reações contrárias às ações afirmativas, manifestadas, sobretudo, por meio de argumentos assentados nas noções de mestiçagem e de democracia racial, fortemente acionados nas relações socioculturais no país. Argumentou-se, ainda, a possibilidade da adoção dessas políticas se constituírem em racismo às avessas, além de reafirmarem uma suposta inferioridade intelectual da população negra. O desrespeito ao mérito e a instauração de privilégios para os

estudantes negros também apareceram nos argumentos contrários à institucionalização de um programa de ações afirmativas na UFMA. O investimento na escola pública quase sempre aparecia como opção às cotas. Desconsiderava-se, entretanto, o longo processo de desigualdades sociorraciais que perpetuam a distância educacional entre brancos e negros no Brasil, mesmo com investimentos na educação básica (SILVA, MACIEL E RODRIGUES, 2012, p. 164).

Para os integrantes do NEAB que lutavam pela adoção do sistema de cotas para negros na UFMA, um programa de ações afirmativas representava mais do que apenas um aumento no número de negros na universidade, mas a possibilidade de transformações nos diversos espaços acadêmicos, incluindo as atividades de ensino, pesquisa e extensão, até os espaços decisórios da instituição.

Após três anos de debates nas esferas administrativa e acadêmica, no segundo semestre de 2006, o NEAB encaminhou ao CONSEPE a proposta de um programa de ações afirmativas que contemplava um conjunto de ações que assegurassem o acesso, permanência e convivência de alunos egressos de escola pública, indígenas, negros e pessoas com deficiência (auditiva, mental, visual ou múltipla) na UFMA.

Em 30 de outubro de 2006, a proposta foi aprovada na reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo instituída através da Resolução CONSEPE nº 499/2006. Portanto, no Processo Seletivo Vestibular de 2007, a UFMA passou a disponibilizar cotas para acesso de estudantes negros e de escolas públicas, além de duas vagas destinadas a pessoas com deficiência.

Silva, Maciel e Rodrigues (2012) pontuam que a aprovação, entretanto,

[...] se restringiu às cotas percentuais, sem que os conselheiros se ativessem aos itens relacionados na proposta, que dizem respeito à permanência, tais como as alterações na chamada política de assistência estudantil e garantias de inclusão efetiva dos estudantes cotistas na vida acadêmica. Cabe ressaltar que tal proposta orientou-se pelo teor dos debates ocorridos em âmbito nacional, que reconhecem essas medidas como mecanismos emergenciais, temporários e eficazes para a correção de distorções históricas experimentadas pelos descendentes de africanos escravizados no Brasil (SILVA, MACIEL E RODRIGUES, 2012, p. 168).

Em 2009, a UFMA aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), assim como ao novo modelo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e, por conta disso, a cada período retomavam-se os debates entre a Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE), a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e o NEAB, a fim de se repensar e aprimorar os critérios para manutenção do sistema de cotas na UFMA.

Como afirma Carvalho (2016), a partir de 2010, portanto, a modalidade de cotas raciais passou a ser considerada uma subcategoria das cotas sociais para escolas públicas, e não mais uma modalidade à parte como era definida até então. Ainda, diferentemente dos seletivos anteriores, as entrevistas dos candidatos concorrentes às cotas raciais passaram a ser realizadas antes da matrícula, assim como a verificação dos documentos dos estudantes que optaram por concorrer através do sistema de cotas.

Fator importante para as constantes revisões dos critérios adotados pelo sistema de cotas e das alterações realizadas eram as diversas liminares que a UFMA havia recebido nos processos anteriores que exigiam a matrícula dos candidatos cujas inscrições tinham sido recusadas pela Comissão de Validação (responsável pela análise e parecer dos documentos, foto e justificativa apresentados pelos candidatos às vagas reservadas para a categoria negro).

Os argumentos baseavam-se nos critérios de autodeclaração da cor da pele, somados ao fato de o Brasil ser considerado um país mestiço, alegando, portanto, que a comissão não teria legitimidade para excluir nenhum candidato ao sistema de cotas para negros. Silva, Maciel e Rodrigues (2012) acrescentam, contudo, que boa parte desses candidatos que entravam com recurso contra a decisão da Comissão de Validação eram pessoas de pele clara, candidatos a vagas nos cursos da área da saúde (como Medicina, Odontologia e Farmácia) e Direito.

Entretanto, tratava-se de candidatos que não possuíam nenhuma identificação com a cultura negra, além de não possuírem vivências de discriminação e racismo, caracterizando, “segundo os critérios da comissão, interesses imediatistas ou oportunismos, valendo-se de alguma brecha nos editais para terem acesso às vagas” (SILVA, MACIEL E RODRIGUES, 2012, p. 175-176).

Nos processos seletivos de 2009 a 2012, para concorrer na modalidade de cotas para negros, o candidato deveria, além de se autodeclarar negro, ter cursado todo o ensino médio em escola pública, ou com bolsa integral em escola privada, ou, ainda, em escola privada com mensalidade até determinado valor. Contudo, a partir da Lei nº 12711/2012, somente poderiam se candidatar à cota de escola pública, na subcategoria negro, estudantes que tivessem cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

A Lei nº 12711/2012 determinou que, a cada processo seletivo, no mínimo 50% das vagas de cada um dos cursos de graduação fossem destinadas aos estudantes que tivessem

cursado o todo o ensino médio em escola pública, não atingindo, portanto, as pós-graduações, as quais, como pontua Carvalho (2016), continuam compostas majoritariamente por brancos².

A partir de 2013, então, a UFMA passou a adotar o disposto na Lei nº 12711/2012 em seu edital de nº 181/2012-PROEN, estabelecendo os critérios para o ingresso dos estudantes que concorressem na categoria “cotas”, mantendo tais critérios, segundo Carvalho (2016), nos editais seguintes até o ano de 2016.

Dessa maneira, os estudantes que concorressem às vagas reservadas para a categoria “escola pública” seriam classificados de acordo com os seguintes grupos e subgrupos: estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita, que se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas, ou que não se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas. Ou, estudantes egressos de escolas públicas, independentemente de renda, que se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas, ou que não se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas.

Portanto, somente os alunos que cursaram todo o ensino médio em escola pública podem concorrer às vagas destinadas à categoria “escola pública/negro”.

Carvalho (2016) aponta que

[...] com isso, a lei deixou de atender às peculiaridades da sociedade maranhense, afastando do benefício alunos que buscam escolas privadas nas periferias, a fim de tentarem fugir da precariedade do ensino público no Estado. Nesse período, candidatos às vagas na modalidade “escola pública”, que cursaram o ensino médio em fundações, como a Fundação Bradesco, tiveram suas matrículas indeferidas por não se considerar tais escolas como públicas, o que motivou a judicialização da questão (CARVALHO, 2016, p. 121).

Nos editais dos processos seletivos de 2014, reforçou-se que é considerada escola pública a instituição de ensino criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público, de acordo com inciso I, artigo 19, da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996.

Sendo acrescido, nos editais dos anos de 2015 e 2016, que as escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Social da Indústria (SESI), além de escolas comunitárias, conveniadas e filantrópicas, ou mesmo fundações e instituições similares, não são consideradas instituições da rede pública de ensino, impedindo estudantes que tenham cursado parte ou todo o ensino médio nessas instituições de concorrerem às vagas reservadas às cotas.

² Atualmente a UFMA e outras universidades vêm buscando estratégias para adotar o sistema de cotas na pós-graduação.

Compartilha-se da opinião de Carvalho (2016) quando diz que parece haver uma preocupação em se determinar os critérios sociais para as vagas reservadas às cotas na categoria escola pública, mas que o mesmo não acontece com relação às cotas raciais, “[...] que a cada edital parecem ter menos visibilidade, a ponto de terem sido quase suplantadas pela discussão social [...] Fazendo parecer que a intenção da instituição é exatamente inviabilizá-las” (CARVALHO, 2016, p. 122).

Talvez por conta de todos os questionamentos ao sistema de cotas raciais e as dificuldades em se chegar a um consenso relativo a quem, de fato, seria dele beneficiário e de todos entraves,

[...] o programa ainda se limite a cotas percentuais e o NEAB-UFMA não tenha tido condições para fazer valer a aprovação do programa de Ações Afirmativas com as políticas de inclusão e permanência dos estudantes na vida acadêmica, através de bolsas de pesquisa e reformulações nos currículos acadêmicos que lhes assegurem condições satisfatórias para uma formação qualificada (SILVA, MACIEL E RODRIGUES, 2012, p. 177).

Como defendem Silva, Maciel e Rodrigues (2012), convém ressaltar que a discussão não deve cessar, e o sistema de cotas para negros na UFMA deve ser constantemente repensado, aprimorado e debatido dentro da Universidade, principalmente pelos seus gestores. É preciso que se assegure não somente a reserva de vagas para a população negra, mas também um acompanhamento dessa política depois que os estudantes cotistas ingressam no ensino superior.

É preciso, portanto, que se garanta alguma assistência a esses estudantes, desde o momento em que iniciam a sua vida acadêmica, até o momento em que concluem a sua graduação, para que se possa, além de conter a evasão (estimulando a permanência na universidade e o término do curso), possibilitar a esses estudantes o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento ao preconceito, às adversidades e dificuldades do ambiente acadêmico, para que possam, assim, reconstruir suas identidades e fortalecer a autoestima e o autoconceito que têm de si mesmos.

Não há como se desconsiderar a política de cotas nas universidades como uma importante estratégia política do movimento negro contemporâneo, possibilitando, com a abertura da discussão sobre as vivências e sobre a identidade negra no ambiente acadêmico, que se reconfigure as representações raciais, não só dentro da universidade, como também fora dela.

2.2.1 Estado da arte das pesquisas sobre cotas raciais na UFMA

A política de cotas raciais corresponde, então, a uma medida emergencial, transitória, necessária por conta da constatação de que no Brasil a pobreza tem cor. Estudantes negros são desfavorecidos, mesmo quando encontram-se em condições semelhantes a estudantes brancos. Pereira (1996) reconhece que a situação racial no Brasil está muito atrelada ao que define classe social, mas afirma que não se pode ignorar o peso da variável raça nas relações raciais e nos projetos de mobilidade social por parte da população negra no país.

Entretanto, mesmo dada a importância fundamental das cotas raciais na mudança desse cenário de desigualdades historicamente mantido e sustentado por uma dinâmica estruturada a partir da raça, o sistema de cotas raciais nas universidades ainda hoje é motivo de debate entre os que se dizem contra e a favor das cotas.

A discussão (ou a falta dela) sobre a questão racial no Brasil e a insistência em se defender a sociedade brasileira como miscigenada fazem com que as políticas de ação afirmativa voltadas à população negra sigam ainda tão rejeitadas por parte da população. Por conta disso, além de as temáticas discriminação racial e cotas raciais não serem ampla e adequadamente discutidas no Brasil, a realização de pesquisas voltadas à avaliação e aos efeitos da política de cotas raciais nas universidades ainda não parece atender à real necessidade de discussão da questão.

É a partir dessa preocupação e da defesa de que as políticas de cotas raciais devem ser constantemente discutidas e, preferencialmente, avaliadas, que buscou-se realizar um estado da arte do que se tem produzido sobre a temática no âmbito da pós-graduação (dissertações e teses), nesses dez anos de implementação das cotas na UFMA.

Vale ressaltar que por conta de se defender a contribuição da Psicologia na discussão sobre cotas e relações raciais no Brasil, na perspectiva de um olhar voltado à subjetividade, identidade e dificuldades vivenciadas pelos estudantes negros cotistas, a busca pelos trabalhos também objetivou verificar a participação da Psicologia nas pesquisas sobre cotas raciais na UFMA.

No processo de busca dos trabalhos, de início acreditava-se saber de antemão as pesquisas já realizadas sobre cotas raciais na UFMA, devido à proximidade com os pesquisadores dessa temática na universidade, o que permitiu que se tivesse a posse dos trabalhos a priori. Contudo, buscou-se realizar a pesquisa nas bibliotecas digitais da UFMA e da CAPES, a fim de se verificar os possíveis trabalhos dos quais não se tivesse conhecimento e que estivessem disponíveis online para acesso público.

Primeiramente, realizou-se a busca no site da biblioteca virtual da UFMA, que disponibiliza o acesso e a lista de teses e dissertações dos programas de pós-graduação da universidade, uma vez que a pesquisa limitava-se aos trabalhos sobre a política de cotas raciais nesta instituição. Entretanto, não se obteve sucesso na busca, visto que apenas um dos trabalhos constava na lista de teses e dissertações disponíveis para acesso.

Alguns dos trabalhos dos quais já se tinha conhecimento são textos sobre cotas na UFMA que foram apresentados a programas de pós-graduação de universidades de outros estados. Por conta disso, e por conta da ausência de trabalhos de programas de pós-graduação da própria UFMA na biblioteca digital desta universidade, realizou-se, em seguida, uma busca no banco digital de teses e dissertações da CAPES, que disponibiliza os trabalhos de pós-graduação em nível nacional.

A busca das pesquisas limitou-se ao período entre os anos de 2007 (ano de implementação das cotas na UFMA) e 2016, pesquisando-se as seguintes palavras-chave, a fim de se abarcar a totalidade dos trabalhos sobre o assunto: ação afirmativa; ações afirmativas; cotas raciais; sistema de cotas; cotas; negro; negros e UFMA. Nessa busca, encontrou-se cinco trabalhos, os quais, entretanto, não se encontravam disponíveis para acesso. Além destes, dois trabalhos dos quais já se tinha conhecimento não constavam no banco de teses. Desse modo, o total correspondeu a sete trabalhos sobre cotas na UFMA³, sendo que apenas um deles encontrava-se disponível para acesso.

Desse modo, a pesquisa resultou em seis trabalhos sobre cotas raciais na UFMA a serem analisados, entre teses e dissertações, sendo três dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Os trabalhos concentram-se nas áreas de pós-graduação em Políticas Públicas (uma dissertação e uma tese), Ciências Sociais (uma dissertação e uma tese), Educação (uma tese) e Psicologia (uma dissertação), no intervalo dos anos de 2007 (ano de implementação das cotas na UFMA) e 2016.

Primeiramente, deu-se a leitura dos trabalhos e elaboração de seus respectivos resumos pelos alunos de iniciação científica do grupo de pesquisa do orientador da autora deste trabalho, para iniciar e facilitar o primeiro contato com as pesquisas. Com a leitura dos resumos, recorreu-se à leitura da introdução, método e considerações finais de cada um dos

³ Como dito anteriormente, já se tinha acesso em PDF a esses trabalhos. Entretanto, um dos trabalhos que não se sabia existir, e que foi encontrado na busca digital, intitulado “Percepções sobre justiça e igualdade dos alunos do curso de Direito da UFMA: o caso das cotas raciais e sociais” (COSTA, J. F.), não se encontrava disponível para acesso. Desse modo, dos sete trabalhos sobre cotas na UFMA, pôde-se analisar seis. Acrescenta-se, ainda, que a tese intitulada “Acesso e produção acadêmica de estudantes cotistas negros da Universidade Federal do Maranhão” (MACIEL, R. O.) não pôde ser analisada, pois surgiu em nova busca, posteriormente à elaboração e escrita desta seção, não aparecendo na busca digital inicial com a utilização dos descritores mencionados.

trabalhos, além da leitura de algumas seções que julgaram-se importantes na análise das pesquisas.

Para facilitar a compreensão e síntese das pesquisas, dividiu-se os trabalhos em três eixos, considerados temáticas comuns enquanto fio condutor das discussões. Os eixos são: a) Políticas de ação afirmativa, sistema de cotas e o processo de implementação; b) Política de cotas raciais e vivências dos estudantes negros cotistas; e c) Cotas raciais e judicialização.

A seguir, os trabalhos são divididos nos três eixos de discussão, apresentando-se título, objetivos, método e conclusões/resultados das pesquisas. Coincidentemente, esta divisão também corresponde à ordem cronológica do ano de cada pesquisa, possibilitando que se compreenda como as discussões a respeito das cotas evoluíram nesses dez anos de implementação do sistema de cotas na UFMA, em termos de perspectiva de análise, e que se tenha um panorama do que já foi pesquisado, dos dados que se tem hoje acerca do processo de implementação das cotas e de suas consequências para a comunidade acadêmica como um todo, do que mudou de lá para cá, e do que ainda precisa ser investigado.

a) Políticas de ação afirmativa, sistema de cotas e o processo de implementação

Os trabalhos referentes a esse eixo são intitulados “Direitos diferenciados e ações afirmativas: um estudo sobre políticas de cotas para negros e índios” (PANTOJA, 2007); “Ações Afirmativas e Universidade: uma discussão do sistema de cotas da UFMA” (MACIEL, 2009); e “O sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense” (NUNES, 2011).

Em seu trabalho, dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Pantoja (2007) analisa a adoção de políticas de ações afirmativas para negros e índios no âmbito do ensino superior que se dá a partir do reconhecimento de direitos diferenciados para grupos étnico-raciais, sem limitar sua análise, portanto, às cotas para negros.

Com o objetivo de investigar como a UFMA se inseriu no contexto de discussão e adoção de ações afirmativas para grupos étnico-raciais, a autora analisa o discurso dos principais atores envolvidos na discussão e aprovação do sistema de cotas étnico-raciais nessa universidade.

Para isso, Pantoja (2007) utilizou-se de pesquisas bibliográficas, além da investigação dos discursos contidos nas propostas e documentos elaborados pelo NEAB e pela UFMA sobre a adoção de cotas para ingresso no ensino superior, e nos atos do governo, representado

por suas diversas agências, principalmente no âmbito federal, com relação a programas de ação afirmativa no ensino superior. Utilizou-se também do discurso de professores, conselheiros, gestores e membros do NEAB envolvidos no processo de discussão sobre a adoção de cotas na UFMA.

Pantoja (2007) destaca que uma das justificativas do NEAB no processo de aprovação das políticas de ações afirmativas na UFMA foi o fato de o Maranhão ser um dos estados com maior número de população negra no país (cerca de 74%), destacando a importância da história da cultura negra no estado.

A autora destaca que a aprovação do sistema de cotas na UFMA foi defendida pelo reitor da Universidade, à época, muito mais como um cálculo político, que marcaria sua administração como aquela na qual foi aprovado e implementado um programa de ações afirmativas na UFMA.

Não houve, dessa maneira, nenhuma situação vivenciada na academia que mobilizasse a comunidade acadêmica a lutar pela aprovação das cotas, ou mesmo a defesa de um programa de ações afirmativas por parte do corpo docente. Foi o empenho do reitor em aprovar o sistema de cotas que fez com que a aprovação do programa de ações afirmativas se desse em um intervalo de dois meses de discussão com alguns membros do corpo docente da universidade e por unanimidade no CONSEPE.

A autora destaca que o processo de aprovação das cotas na UFMA demonstra a falta de entendimento por parte do reitor e dos gestores da UFMA acerca da dimensão maior que envolve a adoção de um programa de ações afirmativas, ficando muito mais restrito à mera aprovação do sistema de cotas, sem se levar em consideração medidas muito mais amplas relativas a esse processo, como a permanência desses estudantes na UFMA, ou a necessidade de se estender a outros espaços da universidade, como, por exemplo, a pós-graduação.

Em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Maciel (2009) teve como objetivo analisar a relação entre as políticas de ação afirmativa e a universidade pública através do sistema de cotas para estudantes negros na Universidade Federal do Maranhão. Nesse sentido, a autora discute o processo de implementação das cotas por meio da análise das estratégias utilizadas para aprovação do referido programa e da atuação dos principais sujeitos envolvidos.

O método da pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica, com a utilização de autores voltados ao estudo do racismo, desigualdades raciais e toda a temática acerca da população negra, assim como à análise sobre os muitos aspectos relativos às ações afirmativas no Brasil; realização de entrevista aberta com os dois principais sujeitos envolvidos no processo de

implantação do sistema de cotas na UFMA: professor Aldir Araújo, pró-reitor de ensino da UFMA, e professor Carlos Benedito Rodrigues da Silva, do departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA e coordenador do NEAB; além de pesquisa documental, com estudo de documentos oficiais da aprovação do “Programa de Ações Afirmativas”, inicialmente proposto pelo NEAB.

Em sua análise, Maciel (2009) parte de duas hipóteses: as políticas de ações afirmativas são rejeitadas por conta do racismo presente na sociedade brasileira, correspondendo a importantes medidas no enfrentamento do racismo, à medida que combatem os seus efeitos, e, em segundo lugar, dizem respeito à efetivação de alguns aspectos de democratização do ensino superior.

No estabelecimento da relação entre ação afirmativa e universidade, ponto de partida e objetivo geral deste trabalho, Maciel (2009) afirma que a mesma se deu a partir de três eixos discursivos em torno de suas hipóteses: ação afirmativa e raça, ação afirmativa e enfrentamento do racismo e ação afirmativa, universidade e democratização do ensino superior.

Com relação às duas hipóteses norteadoras do trabalho, a autora afirma que as análises e argumentações a partir delas apontaram para duas questões: no que diz respeito às políticas de ações afirmativas como medidas que atuam no combate ao racismo, Maciel (2009) defende que é possível tomá-las no enfrentamento às desigualdades raciais, entretanto, é preciso admitir a abrangência desse fenômeno na vida social, sendo necessário que se identifique, de maneira objetiva, a realidade a ser alterada, definindo o caminho a ser seguido para esse fim.

Sobre a democratização do ensino superior a partir da adoção do sistema de cotas raciais, a autora defende que essa possibilidade é concreta. Contudo, para que atinja seus objetivos, é necessário que se garanta que seja aplicado de maneira abrangente. Em outras palavras, Maciel (2009) destaca a importância de que se tenha a dimensão do contexto no qual será aplicado, assim como o peso dos interesses favoráveis e contrários ao seu desenvolvimento.

A autora defende que a democratização do ensino superior, fim primeiro da política de cotas raciais, não é garantida simplesmente facilitando-se o acesso à universidade, mas à medida que se enfrente as resistências à sua adequada aplicação, fazendo valer o princípio de justiça não apenas na distribuição vagas, mas na distribuição de bolsas e na produção diferenciada de conhecimento, por exemplo.

Desse modo, Maciel (2009) destaca a necessidade de se garantir a ampliação institucional das ações afirmativas na UFMA para além das cotas, o que requer empenho e

vontade política de diversos setores, defendendo, também, a importância de se avaliar e acompanhar os avanços e limites do que já foi parcialmente implantado.

Na tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) UNESP-UFMA, Nunes (2011) trata das cotas para negros na UFMA, com o objetivo de investigar como a UFMA desenvolve o sistema de cotas para negros. Como objetivos específicos, tem-se: identificar as concepções sobre políticas de ação afirmativa e sistema de cotas para negros por parte dos gestores selecionados; apreender o sentido político do sistema de cotas pela UFMA; e averiguar se a ideologia da meritocracia tem ressonância nos resultados dos rendimentos acadêmicos dos estudantes selecionados na pesquisa.

Os sujeitos selecionados correspondem aos gestores diretamente envolvidos no sistema de cotas na UFMA, quais sejam: reitores, pró-reitores de ensino, e coordenadores dos cursos de Direito, Medicina e Pedagogia. Além disso, foi selecionada uma amostra dos históricos acadêmicos de estudantes dos cursos citados, com o objetivo de evidenciar que o sistema de cotas para negros não gera perda de qualidade do ensino, como muitos justificam em seus argumentos contra as cotas.

Buscando explicar a discriminação institucional desenvolvida nos contextos de trabalho nos Estados Unidos, e as relações sociais que eram estabelecidas entre os norte-americanos, Nunes (2011) volta-se ao conceito de *habitus*, de Bourdieu, para pensar a discriminação negativa. O *habitus*, para Bourdieu, é formado por estruturas internas e externas que se inter-relacionam dialeticamente.

Desse modo, as relações de discriminações negativas referem-se às estruturas externas que foram erigidas por um aparelho psíquico humano (as estruturas internas). A discriminação negativa corresponde à exterioridade da interioridade, e o sentimento de discriminar negativamente, por sua vez, é a interioridade da exterioridade. “Neste sentido, ninguém nasce discriminando alguém, mas aprende a discriminar de acordo com a cultura na qual se insere” (NUNES, 2011, p. 38).

Devido à falta de um registro histórico⁴ acerca do sistema de cotas na UFMA, com a ausência de documentos que descrevam a história das cotas na universidade e registrem a aprovação do sistema de cotas, para a descrição histórica acerca das discussões sobre o sistema de cotas na UFMA e sua posterior aprovação, Nunes (2011) utilizou-se de conversas

⁴ Por conta da ausência de um registro documental acerca do processo de implementação do sistema de cotas, utilizou-se de algumas destas pesquisas, dentre elas a do próprio Nunes (2011), para a elaboração da seção sobre o histórico das cotas na UFMA desta dissertação.

formais e informais acerca da criação das cotas (entrevistas com os sujeitos da pesquisa, além de conversas com professores e estudantes que vivenciaram o fato), além dos documentos gerados por conta do processo, como: ata da reunião do CONSEPE, o programa de ações afirmativas da UFMA, formulado pelo NEAB, e resoluções e manuais de vestibulares.

Nunes (2011) afirma que houve resistência por parte do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) no processo de discussão e aprovação do sistema de cotas raciais na UFMA, com uma parte dos professores discordando das cotas raciais, alegando ser preferível a adoção de cotas sociais.

Apesar da rejeição de alguns professores, o NEAB conseguiu apoio principalmente por parte dos discentes, e Nunes (2011) complementa que a resistência foi mais acentuada nos cursos da área da saúde (CCBS), “onde a maioria dos docentes e discentes é de pele branca e mentalidade branca” (NUNES, 2011, p. 141). O autor acrescenta que essa resistência se dá por conta do fato de as cotas raciais serem vistas como uma ameaça ao grupo racial branco que até então domina os espaços acadêmicos de maior prestígio e status social e que, por conta disso, nada fez para que tal realidade mudasse, deixando o grupo negro fora de tal espaço e mantendo seus privilégios. Entretanto, diferentemente do que aconteceu nos Centros da área da Saúde e de Exatas, houve ampla aceitação do sistema de cotas raciais no Centro de Ciências Humanas (CCH), assim como no Centro de Ciências Sociais (CCSo).

As entrevistas com os gestores da UFMA (ex-Reitor e ex-Pró-Reitora de Ensino que participaram à época da aprovação das cotas e atuais Reitor e Pró-Reitor de Ensino, além dos coordenadores dos cursos de Pedagogia, Direito e Medicina) foram conduzidas a partir de quatro perguntas: qual era a posição de cada um dos gestores sobre cotas para negros; quais eram seus posicionamentos acerca das políticas de ação afirmativa para os negros; de que forma relacionavam o sistema de cotas para negros no ensino superior com a política de ação afirmativa; e como veem o sistema de cotas para negros no contexto das políticas educacionais em nível nacional e em nível internacional.

Nunes (2011) conclui, com sua pesquisa, que uma das finalidades do sistema de cotas para negros na UFMA, qual seja o favorecimento da compreensão do sentido político por parte dos estudantes negros cotistas, não está sendo cumprida. Além disso, também foi possível constatar que não havia um acompanhamento, à época da pesquisa, por parte de seus gestores com relação aos alunos cotistas, assim como aos não cotistas.

Observou, ainda, que a universidade não dispõe de um banco de dados referente ao perfil socioeconômico dos estudantes cotistas, nem como de seus rendimentos acadêmicos. Como afirma Nunes (2011), tudo isso passou-lhe a impressão de que a UFMA preocupou-se

apenas em adotar o sistema de cotas, seguindo o exemplo de outras universidades públicas que já o haviam feito, sem, contudo, implementar um programa voltado a seu acompanhamento contínuo. Nunes (2011) defende que deveria haver um trabalho mais articulado por parte da Reitoria com a PROEN, com o NEAB e com o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) visando a uma ampliação nas ações para os estudantes negros cotistas.

Nunes (2011) também pôde perceber em sua pesquisa que a questão da meritocracia funcionou como um dos critérios relativos ao desempenho dos estudantes cotistas, mas não como o único critério. Não houve uma discrepância no rendimento acadêmico entre os estudantes cotistas (negro e escola pública) e estudantes da categoria universal. Houve momentos em que o rendimento acadêmico dos estudantes negros cotistas mostrou-se superior ao dos estudantes da categoria universal, como nos cursos de Direito e Pedagogia. No caso do curso de Medicina, apesar de o rendimento acadêmico dos estudantes da categoria universal ter se mostrado superior ao dos estudantes negros cotistas, Nunes (2011) afirma que o gap racial mostrou-se pequeno.

Nunes (2011) defende o sistema de cotas para negros nas universidades públicas não apenas por representar a reparação de uma discriminação historicamente estabelecida, que exclui e marginaliza a população negra, como também pela possibilidade de se desenvolver novas perspectivas de relações humanas, pautadas no respeito entre os indivíduos, que a diversidade étnico-racial pode promover.

b) Política de cotas raciais e vivências dos estudantes negros cotistas

Os trabalhos desse eixo têm título: “Efeitos da política de cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão: uma análise a partir da perspectiva de estudantes negros cotistas” (PINTO, 2014); e “As cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão: a trajetória do estranho” (CAMARGO, 2016).

Na dissertação de mestrado que corresponde ao único trabalho dedicado ao debate sobre cotas raciais na UFMA na área da Psicologia, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMA, no ano de 2014, Pinto (2014) analisou os efeitos do sistema de cotas raciais implementado na UFMA, a partir da perspectiva do aluno negro cotista desta universidade.

Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é de abordagem qualitativa, com referencial teórico-metodológico fundamentado no materialismo histórico-dialético, com utilização de roteiro de entrevista semiestruturada como instrumento de coleta

de dados, e participação de dez estudantes da UFMA do Campus de São Luís, que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas raciais, regularmente matriculados e cursando a partir do segundo período.

Pinto (2014) destaca a importância da Psicologia na contribuição da produção de conhecimento sobre o racismo, assim como suas consequências psíquicas tanto para o indivíduo discriminado, quanto para o que discrimina. A autora reforça, dessa maneira, a contribuição da Psicologia na análise dos fenômenos subjetivos ligados ao processo de construção da identidade da pessoa negra e de desenvolvimento de sua autoestima, enfatizando o dever da Psicologia de não ser conivente com práticas naturalizantes de exclusão e marginalização.

Com base nestas considerações, a autora desenvolve seu trabalho pautada nas seguintes questões: “Quais as implicações subjetivas decorrentes do ingresso da pessoa negra na universidade por meio da modalidade de sistema de cotas raciais? Tal sistema traria impactos significativos na construção da identidade desses sujeitos? Qual é o alcance dessa medida inclusiva na história de vida deles?”.

No sentido de analisar os efeitos da política de cotas raciais na UFMA, o trabalho teve como objetivos específicos: analisar como os estudantes cotistas da UFMA compreendem o preconceito e a discriminação racial no Brasil; verificar como os estudantes cotistas interpretam o fato de terem entrado na universidade através do sistema de cotas raciais; identificar as impressões dos alunos cotistas sobre as reações da comunidade universitária e sobre a presença do estudante negro cotista no Campus; identificar padrões de sociabilidade em alunos cotistas entre si, e entre cotistas e não cotistas, na visão dos alunos cotistas; e avaliar a percepção dos alunos cotistas sobre seu desempenho acadêmico.

A autora divide os resultados de sua pesquisa de campo em quatro capítulos, que referem-se aos quatro principais eixos de discussão a partir da análise das entrevistas, são eles: Família: a construção da submissão e do silêncio no processo de socialização; A discriminação racial e suas formas veladas de manifestação; A escola e sua estratégia de silêncio para não lidar com o racismo; As cotas raciais e os seus efeitos na perspectiva dos alunos cotistas.

No eixo dos efeitos das cotas raciais na perspectiva dos estudantes cotistas, Pinto (2014) afirma que apesar de a inscrição no vestibular pelo sistema de cotas raciais se dar pela autodeclaração, o que requer que o próprio candidato identifique a qual grupo racial pertence, a grande maioria dos estudantes entrevistados optou pelas cotas simplesmente pela

oportunidade de obter uma vaga no curso desejado, garantindo seu acesso ao ensino superior, sem que houvesse, portanto, uma reflexão mais acurada acerca de seu pertencimento racial.

A autora afirma, também, com base nas falas dos entrevistados, não ter havido nenhuma tipo de conflito por parte desses estudantes na escolha pelo sistema de cotas, apesar de toda a polêmica que o envolve.

Houve, ainda, nas falas dos entrevistados, uma associação entre cor e estratificação social, com a defesa das cotas sociais como mais eficazes no combate à discriminação e ao racismo, uma vez que os negros correspondem à maioria da população pobre no Brasil. Alguns estudantes pontuam a validade das cotas sociais em detrimento das cotas raciais no que diz respeito à democratização das vagas do ensino superior para estudantes negros.

Como defende a autora, “é importante pontuar que as ações afirmativas que envolvem o acesso ao ensino superior, só têm o poder de beneficiar parcela da população negra brasileira, qual seja, aquela que tem qualificação e capacitação requerida para tanto” (PINTO, 2014, p.128). Dessa maneira, essas políticas atendem a uma pequena parcela da população negra no Brasil, que já possui determinado nível de escolarização. Logo, não há como se desconsiderar a importância de aliar as políticas de ações afirmativas às de cunho universal.

Por conta disso, Pinto (2014) afirma que o fato de ter ingressado na universidade a partir do sistema de cotas não significou uma mudança no ponto de vista de determinados estudantes negros acerca da política de cotas raciais. Entretanto, dois estudantes entrevistados pontuaram que as cotas raciais significaram uma autorreflexão acerca da questão racial no Brasil.

Outro dado importante da pesquisa no quesito dos efeitos da política de cotas na perspectiva dos estudantes negros é a questão da discussão sobre a temática no ambiente acadêmico. Apesar de os estudantes afirmarem não ter havido uma mudança de comportamento por parte dos professores e demais alunos com os estudantes aprovados por meio das cotas raciais, os entrevistados defenderam que a temática deva ser mais discutida dentro da universidade. Pinto (2014) reforça essa questão, afirmando que a universidade ainda é um espaço elitista, considerada privilégio das classes média e alta.

Um ponto destacado pelos entrevistados diz respeito à falta de apoio da universidade aos estudantes cotistas a partir do momento que adentram a universidade. Não há uma política de assistência a esses estudantes, que, em sua maioria, encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, necessitando de políticas e medidas que garantam sua permanência na universidade e o término do curso de maneira satisfatória, como defende a autora.

Pinto (2014) destaca a importância da contribuição da Psicologia para os estudos voltados às relações raciais no Brasil, visando a uma produção de conhecimento que possa contribuir no combate e no enfrentamento do preconceito e da discriminação racial.

Em sua tese, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, Camargo (2016) buscou compreender as percepções e ações de alunos negros cotistas na UFMA, a partir de suas representações sociais, levando em consideração seu ingresso na universidade e suas interações com outros agentes desse espaço. Camargo (2016) buscou analisar a trajetória desses estudantes negros cotistas, a fim de compreender em que medida a inserção na UFMA possibilita transformações identitárias por parte dos estudantes negros cotistas.

Nesse sentido, Camargo (2016) conduziu sua pesquisa a partir de tais questões: Quais são as possibilidades de relacionamento entre alunos cotistas e não-cotistas? Como tem se dado a vida diária entre tais alunos? Como e quais têm sido as possibilidades de permanência do aluno cotista na UFMA?

Em sua análise, o autor utilizou-se das categorias de representação social, de Denise Jodelet (2001), definida como “conhecimentos práticos produzidos e utilizados no cotidiano para tornar familiar aquilo que não nos é familiar e nos causa estranhamento” (CAMARGO, 2016, p.30), e da noção sociológica do conceito de *estranho* de Frey (2003), para analisar as particularidades da trajetória desses estudantes cotistas na universidade, os quais vem sendo submetidos a condições sociais tais, historicamente mantidas, e que os fazem ser vistos na condição de *estranhos*.

Camargo (2016) ressalta que discutir ações afirmativas exige que se reconheça o racismo característico da sociedade brasileira, e mais do que isso, que para uma análise mais crítica da realidade brasileira, é necessário que se compreenda a maneira e intensidade através das quais esse racismo se manifesta, complementando que as cotas raciais configuram-se como uma temática complexa e muito pouco pesquisada.

Na pesquisa foram realizados estudos exploratório e transversal, baseados em documentos, observações e diário de campo, além de levantamento bibliográfico e realização de entrevistas, buscando uma compreensão da implantação das cotas raciais na UFMA e seus desdobramentos. Um ponto que o autor destaca diz respeito à importância de se ouvir não somente os alunos cotistas, como os não cotistas, para que se compreenda como se dão as relações raciais no ambiente acadêmico.

Nos relatos dos estudantes negros cotistas entrevistados compareceu a falta de apoio da UFMA depois que os mesmos ingressam na universidade. Uma vez dentro da academia,

passa a valer o argumento da meritocracia, e os estudantes sentem falta de uma assistência voltada para eles.

Os estudantes negros cotistas são representados como possuindo um capital cultural e econômico inferior aos não cotistas, e estes, por sua vez, são vistos como sujeitos ideais, que possuem um poder que os tornam capazes de ingressar na universidade sem depender das cotas. Cinco dos entrevistados afirmaram ser rotulados por colegas e professores como cotistas, e esse estereótipo de ser visto como incapaz, ou como alguém que possivelmente desistirá do curso, aparece nas falas como um incômodo para esses estudantes cotistas.

Camargo (2016) destaca as implicações danosas da assimilação da noção de meritocracia por parte dos alunos cotistas, uma vez que essa ideia desconsidera elementos fundamentais no processo educacional, como a qualidade do ensino e os aspectos culturais e financeiros. “A processualidade das cotas parece sugerir ao estranho uma trajetória de esforço e tentativa de assimilação de um modo de ser ‘universal’ (não cotista)” (CAMARGO, 2016, p. 105).

Camargo (2016) afirma que há, na universidade, uma hierarquização entre os cotistas, em que uns são vistos como mais estranhos que outros. Essa hierarquização determina tratamentos diferentes, por exemplo, entre os cotistas sociais com relação aos cotistas raciais, ou mesmo entre os cotistas raciais de acordo com a tonalidade de sua pele, mais clara ou mais escura. Nesse sentido, no topo da pirâmide estariam os alunos que ingressam na universidade pelo sistema de ampla concorrência, seguidos pelos cotistas sociais, e, por fim, os cotistas raciais.

Um ponto também destacado pelo autor a respeito do relato dos entrevistados consiste no fato de que, para alguns desses estudantes, o ingresso na universidade significou a oportunidade de assumirem sua negritude, a qual muitos insistiam em negar durante boa parte de suas vidas.

Como afirma Camargo (2016), “a cultura brasileira está referendada a partir da ideologia de branqueamento, suscitada desde o processo de colonização pelo colonizador [...]” (CAMARGO, 2016 p. 164), e essa ideologia, que determinou o homem branco europeu como padrão de referência, rejeita qualquer estereótipo que não se enquadre nesse padrão, o que se caracteriza como uma violência contra a identidade negra.

Camargo (2016) destaca que há muita intolerância racial e discurso de ódio no ambiente acadêmico, com a disputa entre negros e brancos por reconhecimento e prestígio. O espaço da universidade, ainda muito arraigado na ideia de meritocracia, parece sustentar e

reproduzir o discurso colonial de sujeitos divididos entre dominador e dominado, branco e negro, superior e inferior, mantendo, por conseguinte, mecanismos racistas de exclusão.

c) Cotas raciais e judicialização

O trabalho referente a esse eixo é intitulado “A oportunidade da cor: judicialização das cotas sócio-raciais da UFMA” (CARVALHO, 2016).

Nesse trabalho, tese de doutorado do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA, Carvalho (2016) analisa as causas e efeitos da judicialização tentada à política de cotas sócio-raciais, implantadas na UFMA para o ingresso nos cursos de graduação, pautando-se em uma reflexão relacional sobre o campo em disputa e seus agentes sociais, quais sejam, os candidatos, a Comissão de Validação de Matrícula (CVM), a Administração Superior da UFMA e a Justiça Federal do Maranhão.

Nesse processo, a Defensoria Pública da União (DPU) respalda os candidatos que concorreram a uma vaga nos cursos de graduação por meio da modalidade escola pública/negro e que obtiveram parecer de inaptidão. Representam a CVM e a Administração Superior da UFMA, o NEAB e a Procuradoria Federal no Estado, respectivamente.

Carvalho (2016) se utiliza, principalmente, das categorias analíticas negro, ação afirmativa, racismo institucional, hetero-identificação e judicialização para compreender seu campo de análise sob a perspectiva das especificidades das relações étnico-raciais no Brasil.

Em sua análise, a autora valeu-se de uma análise documental criteriosa sobre os editais que normatizam o ingresso ao ensino superior, além das demandas judiciais protocoladas pela DPU-MA contra a UFMA, em virtude dos atos administrativos da CVM. A pesquisa dividiu-se em três momentos: revisão de literatura, busca e investigação de documentos para compreender o Programa de Ações Afirmativas na UFMA e a judicialização do ensino superior, e, por fim, análise documental dos editais e processos judiciais. Carvalho (2016) voltou-se à leitura de Bourdieu (1996, 2000 e 2004) para início da construção de seu objeto e para construção metodológica de sua pesquisa, baseada na noção de campo, estruturando sua análise sob uma perspectiva reflexiva e relacional.

Propondo uma análise relacional da questão racial por meio do entrecruzamento dos campos acadêmico e jurídico, a autora volta-se à reflexão da questão racial no Maranhão, apontando como as decisões judiciais são reflexo da atuação omissa da Administração Superior da UFMA frente às suas demandas.

Nesse sentido, Carvalho (2016) destaca a importância da identidade na superação das desigualdades no contexto da discriminação e do racismo institucional, pontuando que a igualdade racial é vista como um direito primordial. Entretanto, aponta que o judiciário que analisa as leis voltadas para a garantia desses direitos ainda está pautado na ideologia do mito da democracia racial e da ideia de meritocracia, mascarando a real dimensão do racismo.

Carvalho (2016) chama a atenção para o racismo sutil no Brasil, que encontra-se impregnado no cotidiano nas mais diversas instâncias da sociedade, e, por conta disso, cor e raça são determinantes da exclusão social. A autora demonstra como o silêncio e a minimização da discussão sobre racismo também aparecem no debate sobre a adoção do sistema de cotas raciais, relatando falas de educadores da UFMA que rejeitam o sistema de cotas no ensino superior, recorrendo ao argumento de que o mesmo se caracterizaria como uma discriminação às avessas.

Nesse sentido, Carvalho (2016) defende as cotas como um instrumento de democratização da universidade, durante muito tempo um espaço elitista, pontuando a educação como promotora da erradicação da pobreza, da construção de uma sociedade mais justa e, aliada a isso, como instrumento de combate ao racismo. Contudo, a autora chama a atenção para o fenômeno da “judicialização da educação”, em que a intervenção do poder judiciário nas questões educacionais, visando à proteção e garantia de direitos, passa a envolver questões em que demandas judiciais “[...] resultam em condenações das mais variadas, como, por exemplo, as disputas geradas nas universidades federais a partir da implantação do sistema de cotas raciais [...]” (CARVALHO, 2016, p. 63-64), com apelo à pretensa inconstitucionalidade do que seria uma discriminação positiva, ou questionando a atuação da CVM em relação às autodeclarações.

Nesse aspecto, Carvalho (2016) pondera que mesmo com a consideração de que todos os indivíduos são iguais perante a lei, há de se ter o reconhecimento da diferença, no sentido de que há grupos que possuem suas particularidades, e que as mesmas asseguram a esses grupos o direito de reivindicar medidas que garantam os seus direitos. Nesse sentido que as identidades, como a autora prefere se referir, carregam não somente uma pluralidade étnica, social e cultural, como, também, política.

Apesar de defender o sistema de cotas como fundamental na garantia da presença notória dos negros na universidade, Carvalho (2016) destaca que mesmo entrando na universidade, o estudante negro ainda passa por dificuldades relativas à sua permanência e ao ingresso no mercado de trabalho após o término do curso. Nesse ponto, a autora ressalta que não houve, por parte da UFMA, uma política de assistência voltada aos alunos cotistas, no

sentido da permanência e da inclusão, e que, além disso, houve uma resistência por parte da universidade visível em editais confusos e discriminatórios.

Outro ponto destacado pela autora diz respeito aos critérios de autodeclaração e heteroidentificação, com o questionamento do que deve ser priorizado no sistema de cotas, o aspecto identitário ou os traços fenotípicos declaradamente negros do candidato, além da questão da ancestralidade e da origem familiar.

Um ponto de extrema importância na análise da operacionalização do sistema de cotas na UFMA discutido por Carvalho (2014) refere-se ao fato de que as ações movidas pela DPU-MA se deram, principalmente, pela falta de critérios objetivos por parte da CVM. Nesse sentido, questões como afroconveniência (as fraudes por parte de candidatos que não seriam considerados negros e que aproveitam-se do processo para concorrerem a uma vaga na graduação a partir do sistema de cotas) demonstram que não houve consenso com relação à elaboração de um instrumento ou método mais organizado de verificação da modalidade de cotas. A autora critica a falta de um edital claro, o qual tornaria o processo mais legítimo e sem brecha para falhas. Somado a isso, Carvalho (2016) reitera o despreparo por parte da universidade com relação a essas questões devido ao fato de a UFMA não ter recorrido de nenhum processo que perdeu.

Os editais sem critérios e parâmetros claros tornam-se um obstáculo para a promoção das políticas de cotas raciais na UFMA de maneira organizada e eficaz. A própria universidade, ao se abster da contestação das decisões tomadas pela DPU-MA demonstra que não soube aplicar a política de cotas sócio-raciais na universidade de forma adequada, e que, ao assim proceder para barrar uma maior visibilidade da situação, torna-se conivente com a reprodução da exclusão racial. Nesse sentido, Carvalho (2016) destaca a importância da luta do movimento negro pela garantia de direitos e por uma qualidade de vida mais digna para a população negra, visto que a questão racial no Brasil é silenciada e não é discutida como deveria.

No que tange ao aspecto jurídico, a autora afirma que os devidos trâmites exigidos em lei foram seguidos em todos os processos. Contudo, sob uma perspectiva antropológica, pontua que “[...] o judiciário brasileiro apresenta uma seletividade racial em seus julgamentos, seja para condenar negros que respondem processos criminais, ou relativizar o crime de racismo, a ponto de torná-lo ineficaz: uma letra morta da lei” (CARVALHO, 2016, p. 197-198).

Por fim, Carvalho (2014) ressalta que as políticas afirmativas de caráter racial consistem em um avanço significativo no combate ao racismo. Entretanto, correm o risco de

tornarem-se *letras mortas*, constituindo-se em portas de entrada para a *oportunidade da cor*, sem o devido acompanhamento e fiscalização.

Três pontos, principalmente, podem ser apreendidos e destacados da análise das dissertações e teses voltadas para a pesquisa da temática das cotas raciais na UFMA: a resistência à política de cotas raciais na universidade, não somente por parte de seus gestores, docentes e discentes, como da sociedade de maneira geral; a falta de uma política de acompanhamento do sistema de cotas raciais e de assistência aos estudantes negros cotistas; e o número inexpressivo de pesquisas voltadas a essa temática.

Todos os trabalhos expõem a resistência à política de cotas raciais na universidade, inclusive até mesmo dos próprios cotistas, com falas de alunos negros que se dizem favoráveis às cotas sociais em detrimento das cotas raciais, assim como a negligência da universidade no acompanhamento e na preocupação com a ampliação do programa de ações afirmativas para além da reserva de vagas.

A resistência às cotas raciais diz muito da sociedade brasileira, que discrimina os sujeitos a partir de uma categorização racial, mas que mascara e nega o racismo veementemente. Essa característica do racismo no Brasil é o que o sustenta e dificulta o debate sobre a questão racial. Contudo, parece não haver o interesse necessário em se realizar pesquisas voltadas à discussão e avaliação da política de cotas.

No caso da UFMA, especificamente, podemos afirmar isso quando se faz um apanhado das pesquisas de pós-graduação com esse tema. Em dez anos de implementação das cotas na UFMA, tem-se somente sete pesquisas voltadas à discussão das cotas. Um número muito pequeno, dado o período de tempo de vigência e dada a necessidade de se acompanhar e avaliar a política de cotas, necessidade essa explícita e defendida em todos os trabalhos acima analisados.

Apesar de ser de fundamental importância que haja pesquisas voltadas para a descrição histórica do processo de discussão e implementação das cotas raciais na UFMA, até mesmo por conta da ausência de documentos que registrem esse processo, como apontado por Nunes (2011), é preciso que se investigue também os desdobramentos e experiências acadêmicas suscitadas pela adoção das cotas.

Dentre as seis pesquisas analisadas, somente duas realizam uma discussão sobre as cotas a partir de seus efeitos e consequências para esses estudantes negros cotistas. Ou seja, a partir de uma análise que volte-se para as vivências desses estudantes. Dentre esses dois trabalhos, somente um corresponde à área da Psicologia.

Acredita-se que a avaliação da política de cotas é de fundamental importância para que se garanta que seus objetivos sejam alcançados. E essa avaliação também passa pelo acompanhamento do que acontece na universidade, no sentido das vivências, das relações raciais que são estabelecidas e das possíveis dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros cotistas. Nesse sentido, a Psicologia pode e deve fazer parte desse acompanhamento, voltando-se aos efeitos e implicações subjetivas que o preconceito e o racismo vivenciados dentro da universidade podem ocasionar.

3. A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA EM PSICOLOGIA SOBRE COTAS RACIAIS

Qual seria, portanto, a especificidade do olhar da Psicologia no debate sobre a política de cotas raciais? E qual a necessidade de incluí-la na discussão?

A Psicologia, antes de tudo, deve ser social. Se se propõe a estudar o homem, o qual, por sua vez, é um ser social, que vive em uma sociedade a qual constitui, ao mesmo tempo em que é por ela constituído, a Psicologia também deve a esse social. Portanto, estudar e discutir questões que dizem respeito à sociedade e às relações nela estabelecidas também é dever da ciência psicológica.

É nesse contexto de toda uma história de racismo, que se manifesta de maneira muito sutil e dissimulada no dia a dia, do qual se tem notícias, frequentemente, através dos jornais, Internet e das redes sociais, que se faz necessário refletir sobre o processo de desenvolvimento das subjetividades dos negros, historicamente sujeitos aos mais diferentes tipos de discriminação, e pensar, conseqüentemente, sobre o processo de construção da identidade negra.

Conceito crucial e tão caro à Psicologia, a subjetividade está presente em qualquer discussão da ciência psicológica, seja qual for o âmbito da discussão, o referencial de análise, ou se volta-se para o indivíduo ou para o grupo. Diz respeito, antes de tudo, ao que é único ao sujeito, devendo ser, portanto, a principal preocupação da Psicologia. O que se entende, porém, por subjetividade?

3.1 Os conceitos de subjetividade e identidade nas relações étnico-raciais

Ferreira (2007, p. 15) refere-se à subjetividade como “[...] a constituição de um plano de interioridade reflexiva, em que cada vivência se encontra centrada e ancorada em uma experiência de primeira pessoa, de um ‘eu’”. E complementa que o propósito da história de um plano de interioridade não corresponde à busca de uma experiência universal no homem, mas à compreensão de como essa experiência, que o autor diz ser considerada uma das mais fundamentais na atualidade, se constituiu.

O autor afirma que essa história poderia ser incluída como parte do que Foucault considera como história das técnicas de si, em que o mesmo busca compreender as maneiras como os indivíduos relacionavam-se consigo mesmos desde a Antiguidade pagã. Ferreira (2007) aponta que, em alguns momentos dessa história, essa experiência de interioridade nem

mesmo fazia parte da existência dos indivíduos, e que, nesse processo, foi constituindo-se por meio de um conjunto de práticas, sofrendo transformações em sua configuração.

Portanto, o termo subjetividade e a própria noção que atribuímos a ela são resultado de um conjunto de transformações sociais e econômicas pelas quais temos passado como civilização desde a Antiguidade. Essas transformações permitiram que se chegasse à noção de interioridade como a conhecemos hoje, fundamental para a constituição e experiência do “eu”, objeto da Psicologia.

Contudo, como afirma Ferreira (2007), a história das técnicas de si na Antiguidade pagã nos mostra a ausência de uma universalidade no modo de subjetivação tal como o entendemos hoje, apoiado no que seria uma reflexividade sobre si mesmo, e que essa ideia de nos dedicarmos a desvendar esse verdadeiro eu interior não fazia sentido na Antiguidade greco-romana. Portanto, mesmo a máxima do oráculo de Delfos “conhece-te a ti mesmo” não se refere a uma interioridade, ao que seria o conhecimento de nossa intimidade, mas a uma medida ou controle; ou seja, refere-se à ideia de que o homem deveria reconhecer seus limites, que não é Deus, nem animal, e buscar uma vida baseada no autogoverno e na justa medida.

É apenas com a ideia de uma ética cristã, que surge a partir do século II d.C., que se desenvolverá a invenção da interioridade individualizada e da hermenêutica como instrumento de verdade. Surge, então, a figura do homem santo que precisa proteger-se das armadilhas do demônio para encontrar Deus no interior de seu verdadeiro eu.

Esse pensamento que vai se desenvolvendo no seio da vida religiosa, nos monastérios do Oriente, se difundirá até a modernidade através das instituições, das práticas culturais e dos hábitos individuais, ao passo que o eu, até então impedido de ser cultuado, transformar-se-á, na modernidade, em uma finalidade em si, sendo compreendido como o que há de mais íntimo e precioso em nós. Assim, “[...] O exame de si, outrora exercido através de instrumentos religiosos e jurídicos (como a confissão), cede aos aparatos científicos modernos (a anamnese, a entrevista clínica, os testes mentais)” (FERREIRA, 2007, p. 16).

A transformação na maneira de compreender o eu desde a Antiguidade cristã até a modernidade se dá, pois, na modernidade, surgem novas formas de se relacionar consigo, além da religiosa, permitindo que se pudesse voltar-se à vida interior. São elas a constituição do tema da sexualidade, assim como a separação entre os planos público e privado, resultado da constituição dos Estados modernos, com o surgimento das sociedades de corte e de suas regras de etiqueta. Esse contexto é fundamental para se entender o desenvolvimento de uma ideia de subjetividade na existência humana. Para Ferreira (2007),

[...] é no bojo das sociedades de corte que todo um conjunto de etiquetas e de representações públicas vai se constituindo, relegando ao plano íntimo uma série de atos e pensamentos. Esse processo vai se disseminando paulatinamente para diversos setores sociais, inicialmente estranhos à sociedade de corte, como os próprios grupos burgueses e urbanos (FERREIRA, 2007, p. 17).

O autor acrescenta ainda que, para alguns autores, como Peter Berger (1985) e Figueiredo (1992), essa experiência moderna foi de importante influência no campo psicológico. Para ambos, esse aprofundamento na diferenciação entre o público e o privado foi o que permitiu o surgimento dos saberes psicológicos, apesar deste último acreditar que isso só foi possível por conta de

[...] uma crise dessa subjetividade interiorizada, criando uma região de completa ignorância e desconhecimento para o sujeito. De modo mais seguro, podemos dizer que essa história reforça a da constituição de um plano interno de subjetividade, crucial para a constituição do campo psicológico (FERREIRA, 2007, p. 18).

A partir do século XVII surge uma nova forma de abordagem da interioridade, em que o exame dessa interioridade tem como fim o acesso à verdade e a fuga das ilusões. Nesse contexto, René Descartes surge como nome principal. Descartes atribui à subjetividade o suporte para que se possa distinguir a verdade do erro e para que se possa pensar no estabelecimento de novas verdades, e divide o interior do espírito entre uma razão de origem divina, onde reside o eu, como ponto central da consciência e da inteligibilidade, e uma região que se encontraria na fronteira desse espírito: as paixões. Há, portanto, uma cisão entre alma e corpo.

De acordo com Ferreira (2007), Locke (1624-1704), Berkeley (1685-1753) e Hume (1711-1776), entretanto, consideram que as paixões, ou seja, os sentidos, seriam a fonte do saber, atribuindo o caráter empirista ao conhecimento, em oposição à visão racionalista. O autor destaca que é, então, com o pensamento de Immanuel Kant (1781) que a ideia de uma cisão entre razão e sensibilidade é superada, a partir de uma nova concepção de subjetividade. Nesse ponto, o autor aponta que

[...] Nosso espírito passa a ser visto como composto por um sujeito transcendental (condição *a priori* do nosso conhecimento dos objetos, mas ao mesmo tempo incognoscível e opaco em si) e um sujeito empírico (cognoscível e composto pelas experiências que temos de nós mesmos). [...] Com essa nova divisão, impõe-se uma nova instância, o sujeito transcendental, que legitima o conhecimento dos objetos (uma vez que situados no tempo e no espaço), mas é completamente limitado quanto ao conhecimento de si (FERREIRA, 2007, p. 21).

Desse modo, as tentativas de se fundar uma Psicologia no século XVIII são criticadas, visto que esse sujeito transcendental jamais poderia ser acessado, delimitado no tempo e

espaço. Kant defende que uma psicologia empírica só seria possível através da análise de nossas experiências conscientes (o sujeito empírico), a partir de uma matematização e de maneira objetiva.

É quando surge na Alemanha, no final do século XIX, o projeto da psicologia enquanto ciência da experiência, baseado na fisiologia e apoiando-se no conceito de sensação como um elemento objetivo e passível de ser matematizado. Tudo isso por conta do movimento de que a Psicologia, para ser reconhecida como ciência, deveria adequar-se aos novos parâmetros que exigiam o rigor de uma experiência que fosse cientificamente mediada e matematizada.

O conceito de sensação substitui, então, a ideia de sujeito transcendental de Kant, o que possibilitou que Wilhelm Wundt iniciasse o movimento de tornar a Psicologia uma ciência independente. Como defende Ferreira (2007), a crítica de Kant à psicologia empírica possibilitou o surgimento do projeto da Psicologia como ciência rigorosa da experiência, sendo que essa visão kantiana sobre a subjetividade não influenciou apenas esse projeto, mas a toda a Psicologia, a partir do estabelecimento de uma relação entre sujeito empírico e sujeito transcendental. “É deste modo que a psicologia tenta unir aquilo que a modernidade tentou cindir: o sujeito transcendental ou epistêmico e o sujeito empírico, impuro” (FERREIRA, 2007. p. 22).

Contudo, o pensamento de Wundt já era o de uma perspectiva mecanicista, determinista, do homem, e, para tentar superar as contradições e dicotomias próprios do humano, sendo que os seguidores do projeto de Wundt de tornar a Psicologia uma ciência de rigor, assim como as diversas perspectivas teóricas que lhes sucederam e as abordagens psicológicas que foram se constituindo nesse processo não deixaram de se apoiar nessa dicotomia, sem conseguir superar essa polarização do fenômeno psicológico.

A Psicologia Sócio-Histórica surge num movimento de se tentar superar essa que seria uma visão incompleta do ser humano, buscando unir esses aspectos como complementares, como uma contradição característica do homem, ao invés de vê-los como oposição um ao outro.

Para a Psicologia Sócio-Histórica, que se fundamenta no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método, o homem é concebido como ativo, social e histórico. A sociedade é vista, então, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material, as ideias como representações da realidade material, a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas ideias, e a história, como o movimento contraditório constante do fazer humano.

Como pontua Bock (2007), quando se fala em subjetividade humana, fala-se, também, da objetividade em que vivem os homens. Só se pode compreender o mundo interno, se compreendermos o mundo externo, pois os dois são aspectos de um mesmo movimento, um processo no qual, ao mesmo tempo que o homem constrói e modifica o mundo, o mundo, por sua vez, propicia elementos para a constituição psicológica do homem.

No que tange ao fenômeno psicológico, Bock (2007) pontua que este

[...] deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. [...] Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundir. A linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade. O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social (BOCK, 2007, p. 22-23).

Desse modo, o mundo social e o mundo psicológico estão atrelados, caminham juntos em seu movimento. Portanto, “para compreender o mundo psicológico, a Psicologia terá obrigatoriamente de trazer para seu âmbito a realidade social na qual o fenômeno psicológico se constrói; e, por outro lado, ao estudar o mundo psicológico, estará contribuindo para a compreensão do mundo social” (BOCK, 2007, p. 26).

Furtado (2007, p. 86) afirma que a subjetividade é algo socialmente construído, e que se expressa no plano individual (crenças, valores e comportamentos individuais), e aponta que a mesma possui duas vertentes: a subjetividade como experiência de si e como expressão de um conteúdo social que está à disposição dos sujeitos e que é construído historicamente. O autor complementa essa ideia, acrescentando que as duas formas não são dicotômicas. “Na realidade, trata-se das duas faces de um mesmo fenômeno que tem sua aparência na experiência de si” (FURTADO, 2007, p. 87).

Ao se falar em subjetividade, não há como se desconsiderar a identidade. A identidade, ponto crucial da realidade objetiva, encontra-se em relação dialética com a sociedade e é, portanto, formada por processos sociais. Não há como se desvencilhar o homem da sociedade, logo, não se pode separar a identidade do social. Dessa forma, uma vez cristalizada, a identidade

[...] é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (BERGER e LUCKMANN, 2012, p. 221).

A identidade não é algo acabado em si mesmo, mas que está em constante criação e recriação, à medida que acontece historicamente. O social, que encontra-se atrelado à historicidade, é constitutivo do homem, ao mesmo tempo que é, por ele, constituído. Não é possível falar-se, portanto, em uma identidade acabada, algo que diz respeito ao indivíduo e somente a ele, desvincilhado das relações sociais que estabelece desde o seu nascimento. Ou melhor, antes mesmo que nasça, uma vez que, antes de vir ao mundo, a família (pai, mãe, irmãos) já se dirige àquele indivíduo. A identidade deriva, portanto, da dialética entre o indivíduo e a sociedade.

Portanto, nas palavras de Berger e Luckmann,

[...] as perguntas relativas ao estado psicológico não podem ser decididas sem o reconhecimento das definições da realidade admitidas como verdadeiras na situação social do indivíduo. Expressando-nos de maneira mais precisa, o estado psicológico é relativo às definições sociais da realidade em geral, sendo ele próprio socialmente definido (BERGER e LUCKMANN, 2012, p. 224).

Ciampa (1997, p. 64) diz que é através do grupo social, que existe objetivamente, com sua história, normas, tradições e interesses, e do reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados, que se dá o conhecimento de si, acrescentando que um grupo existe objetivamente através das relações que seus membros estabelecem entre si e com o ambiente em que vivem, ou seja, pelo seu agir. O autor afirma que:

As identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social ao mesmo tempo que reagem sobre ela conservando-a ou a transformando. As atividades de indivíduos identificados são normatizadas tendo em vista manter a estrutura social, vale dizer, conservar as identidades produzidas, paralisando o processo de identificação pela reposição de identidades pressupostas, que um dia foram postas (CIAMPA, 1997, p. 67-68).

Desse modo, a identidade, que é um produto de um constante processo de identificação, muitas vezes é vista como um fenômeno completo, fechado, já dado, em vez de algo que se dá a todo tempo, expressando o movimento do social; esse movimento do social é, como diz Ciampa (1997), em última análise, a História, sendo impossível, portanto, que o homem deixe de ser social e histórico. Como defende o autor, ele não seria homem absolutamente.

O grande problema em negar o caráter sócio-histórico de construção da identidade, ou seja, uma identidade que é construída a partir do social e que, ao mesmo tempo, o constitui e o produz, é considerá-la como um fenômeno acabado em si mesmo, individualizada, que diz respeito ao indivíduo e somente a ele, como algo que já está dado.

Ou seja, pressupõe-se uma identidade que, fechada em si mesma, é constantemente repostada e, nessa reposição, legitima-se a identidade pressuposta, pois essa legitimação é importante para que se mantenha a objetividade da realidade social e, conseqüentemente, as identidades, ou os papéis, as posições dos indivíduos necessárias à manutenção dessa dinâmica.

É por essa razão, como defende Ciampa (1997), que

[...] uma vez que a identidade pressuposta é repostada, ela é vista como *dada* – e não como se *dando* num contínuo processo de identificação. É como se uma vez identificada a pessoa, a produção de sua identidade se esgotasse com o produto [...] Daí a expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com o que é (e conseqüentemente ser tratado como tal). De certa forma, re-atualizamos através de rituais sociais uma identidade pressuposta que assim é repostada como algo já dado, retirando em conseqüência o seu caráter de historicidade, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social (CIAMPA, 1997, p. 66).

A partir de tais considerações acerca do caráter social da identidade, de como ela se constitui e se transforma, é interessante pensar como se dá o processo de construção da identidade dos negros na sociedade brasileira. Como fica a subjetividade de indivíduos que têm toda uma história de discriminação, em que a eles são dadas e referidas características negativas, estereotipadas e estigmatizantes, que os diminuem e colocam suas aptidões, qualidades e capacidades em xeque?

Se o homem é um ser social, que nasce e cresce em sociedade, sua identidade se constrói nesse contato com o social. Logo, o indivíduo se representa ao mesmo tempo que é representado, ou seja, o seu eu (sua identidade, a maneira como o indivíduo vê o mundo e a si mesmo, seu autoconceito e autoestima) não se “desenvolve” por si só, individualizado e fechado em si mesmo, alheio aos que estão à sua volta; ele se constrói, também, a partir da maneira como o outro o vê, como o outro o identifica e o representa.

Autoconceito e autoestima são conceitos distintos, mas interligados um ao outro. Cerqueira et al. (2004) apontam que o autoconceito está relacionado à percepção que o indivíduo tem de si mesmo, decorrente da maneira como ele se vê, e a autoestima refere-se a uma atitude valorativa do indivíduo, positiva ou negativa, em relação a si próprio, ou seja, o sentimento que ele tem por si mesmo.

O autoconceito advém da relação entre o indivíduo consigo mesmo, com eu corpo e com seu meio social. É, portanto, um conceito dinâmico, que se modifica de acordo com as experiências do sujeito e que, para ser compreendido, é preciso a avaliação das diversas variáveis que o afetam.

O autoconceito não representa uma identidade estática que independe das relações sociais do indivíduo; ele é dinâmico, ou seja, ele se modifica em função das experiências do sujeito, assim como pode influenciá-las. Desta forma, pode-se entender o autoconceito como uma variável do comportamento humano que intervém neste, influenciando a avaliação que o indivíduo faz de si mesmo, de seu comportamento e de sua movimentação nas diversas situações sociais (CERQUEIRA et al., 2004, p. 36).

De acordo com Mosquera e Stobaus (2006), a autoestima significa o quanto o sujeito gosta de si mesmo, o quanto se ama e se aprecia, e surge da constante interação do sujeito com o grupo, que o leva a se entender e a entender os outros, do modo mais real possível. Interinfluências constantes que nos levam a nos entender e entender os outros, de modo o mais real possível.

A autoestima é o conjunto de atitudes que cada pessoa tem sobre si mesma, uma percepção avaliativa sobre si próprio, uma maneira de ser, segundo a qual a própria pessoa tem ideias sobre si mesmo, que podem ser positivas ou negativas. Não é estática, pois apresenta altos e baixos, revelando-se nos acontecimentos sociais, emocionais e psíquico-fisiológicos (psicossomáticos), emitindo sinais detectáveis em vários graus (MOSQUERA & STOBAUS, 2006, p. 85).

Então, a maneira através da qual o indivíduo vê o mundo passa pela maneira com a qual o mundo o vê, ou seja, como a sociedade o reconhece. O seu eu é constituído pelo “eu” que a ele é atribuído pelo outro. Se o outro me rotula e me identifica como sendo de um jeito ou de outro, esse jeito será o jeito que atribuirei a mim; eu me vejo, também, como o outro a mim se refere. É importante se pensar, então, o processo de construção do “eu” dos negros na sociedade brasileira.

Esse movimento de construção da identidade, ou como definem Ferreira e Camargo (2013), essa *‘dinâmica de identificação’* é “[...] um processo dinâmico em torno do qual o indivíduo se referencia, constrói a si e a seu mundo e desenvolve um *sentido de autoria* em sua própria vida. Cremos ser uma categoria efetivamente importante na constituição do indivíduo, determinando sua autoestima e sua maneira de existir” (FERREIRA & CAMARGO, 2013, p. 187).

A legitimação da escravização dos negros foi tão cuidadosamente explicada e articulada, e o racismo à brasileira é tão dissimulado e sutil, que o processo de discriminação racial no Brasil se deu “[...] de maneira tal que sugere estar incorporada nas construções pessoais dos indivíduos uma concepção de menor valia do negro em comparação ao branco. Isso nos remete a uma ideia de desumanização do negro” (FERREIRA & CAMARGO, 2013, p. 176). Assim, os negros têm sido, historicamente, remetidos ao desprestígio e à exclusão social.

Ainda nas palavras dos autores,

[...] a cor e as características físicas acabam operando como referências que contêm duas faces associadas de forma inseparável, a raça e a condição social, o que leva o afrodescendente a julgar-se inferior, não somente quanto ao aspecto racial, mas também em relação aos aspectos socioeconômicos [...]. Entretanto, há muitas pessoas negras que ainda negam a existência do preconceito, claramente reproduzindo a crença em uma democracia racial, atitude que tende a manter a ideia de serem as mazelas inerentes ao destino humano do negro (FERREIRA & CAMARGO, 2013, p. 178).

Jodelet (2012, p. 59), quando refere-se à educação como determinante de “[...] um estilo cognitivo que utiliza clichês e estereótipos, de maneira rígida, generalizando-os a todas as pessoas de uma mesma categoria, sem levar em conta as diferenças individuais, e não é capaz de mudá-los na presença de informações novas ou contraditórias [...]”, afirma que essas são características que explicam, também, a maneira como o preconceito funciona.

O preconceito étnico-racial é construído e a discriminação é a sua expressão comportamental, como afirmam Ferreira e Camargo (2013). O preconceito é, pois,

[...] um julgamento de valor, construído culturalmente e destituído de base objetiva, pertencendo à classe de mitos desenvolvidos através da socialização [...] O grupo dos negros passou a ser considerado inferior, crença que passou a ter a função de justificar a dominação sobre ele. À medida que o grupo dominado passa a compartilhar das mesmas crenças sobre si mesmo e se submeter ao controle imposto, o processo passa a ser legitimado (FERREIRA & CAMARGO, 2013, p. 180).

É nesse contexto de toda uma história de discriminação, que compromete o livre exercício da cidadania dos negros, que torna-se difícil a construção de uma identidade em torno de valores positivos. E o que é mais perigoso e que é decorrente dessa insistência em se considerar o Brasil o país da democracia racial, onde o racismo não existe e onde há a harmoniosa convivência entre brancos e negros, é que “[...] o afrodescendente⁵ tem sido induzido a acreditar que, ao perceber-se discriminado, seu sentimento de menos valia decorre de uma fantasia sua ou, o que é pior, da falta de qualidades pessoais” (FERREIRA & CAMARGO, 2013, p. 181).

Ainda, como afirmam os autores, esse contexto faz com que “[...] os problemas etnoraciais sejam considerados sob o prisma da ‘culpabilidade da vítima’, isto é, que as condições sociais e econômicas precárias são fruto da inépcia e falta de capacidade pessoal dos indivíduos afrodescendentes” (FERREIRA & CAMARGO, 2013, p. 185).

Essa atribuição de valores negativos e de uma pretensa falta de capacidade dos negros, em comparação ao branco, incorpora-se ao mundo simbólico dos brasileiros, inclusive dos próprios negros, que introjetam esses valores negativos e passam a acreditar que, de fato, são

⁵ Os autores utilizam o termo afrodescendente, ou aquele que é descendente de africano, por ser considerado, principalmente à época da produção do texto, um dos termos mais adequados para se referir à população negra.

incapazes, além de associar esses valores às suas características étnico-raciais, o que, inclusive, dificulta o desenvolvimento de atitudes afirmativas em relação às suas especificidades raciais e o desenvolvimento de uma consciência negra.

Esse pensamento e essa imagem que os negros acabam desenvolvendo de si próprios, alimentados pela sociedade que discrimina e se utiliza de mecanismos racistas, ao mesmo tempo que os nega, é expressa, por exemplo, em suas próprias opiniões acerca da política de cotas. Muitos mostram-se contrários à reserva de vagas para negros nas universidades, justamente como uma maneira de negar esses valores que são difundidos e que acabam sendo incorporados por eles mesmos.

Maggie e Fry (2004) discutem a adoção da política de cotas raciais nas universidades a partir de cartas de leitores dirigidas ao jornal *O Globo*, entre os anos de 2001 e 2002, que demonstram a opinião popular acerca das cotas. Dentre essas reações, encontram-se opiniões dos próprios negros, como as citadas a seguir:

Sou negra e, como tal, manifesto o meu protesto contra o projeto de lei que estabelece cotas para minha raça para vagas em universidades e no serviço público. Esse projeto, na verdade, é um retrocesso do processo de integração dos negros à sociedade brasileira já que, através de uma segregação descabida, criará ressentimentos raciais, especialmente entre os mais jovens (Maria Eudóxia de Lima Paes Leme. *O Globo*, Cartas dos Leitores, 21 abr. 2002).

[...] é uma vergonha que num país como o Brasil se estabeleçam cotas raciais. Estão criando um monstro que até agora não existia no país: o racismo. Amigos negros – um advogado, outro engenheiro – sentem-se humilhados. O que deve ser estabelecido são cotas para políticos hipócritas: zero (Carlos Fernandes. *O Globo*, Cartas dos Leitores, 12 mar. 2002).

Na primeira fala, uma mulher negra se diz contra a política de cotas ao defender que, reservando-se vagas para os negros, estar-se-ia indo contra a já existente integração dos negros na sociedade, provocando segregação e ressentimentos entre as raças. Na segunda, um cidadão manifesta o sentimento de seus amigos negros, dizendo que os mesmos sentem-se “humilhados” com tal medida.

Ambas as opiniões expressam as consequências do tão difundido mito da democracia racial, que leva à existência de um “[...] preconceito ‘encarnado’, constituinte do mundo simbólico dos brasileiros, que alimenta uma visão negativa do afrodescendente, coexistindo simultaneamente com um discurso que a nega” (FERREIRA & CAMARGO, 2013, p. 183).

Ou seja, mesmo com o racismo que se manifesta todos os dias nas relações pessoais e que inferioriza os negros, a pretensa crença de que não há preconceito racial no Brasil é fortemente introjetada, inclusive pelos próprios cidadãos negros, que tendem a negá-lo de qualquer maneira. Ao mesmo tempo em que o preconceito contra a cor existe, há um

movimento e uma tendência a negá-lo a qualquer custo, negação essa compartilhada por alguns negros.

Ainda, o sentimento de humilhação compartilhado por alguns negros com relação à política de cotas e expresso na fala acima demonstra como alguns negros, de certa maneira, são passivos às discriminações que sofrem; ao mesmo tempo em que as sentem, são obrigados a negá-la. Se somos uma democracia racial, não há racismo. E se não há racismo, não há discriminação. Desse modo, alguns acabam atribuindo as dificuldades e desigualdades que vivenciam a si mesmos, como uma deficiência de qualidades inerente à sua “raça”.

Portanto, a política de cotas não só denunciaria esse preconceito que não existe, como evidenciaria a incapacidade intelectual dos negros. E então, “colocado à margem da história, da qual nunca é sujeito e sempre objeto, o negro acaba perdendo o hábito de qualquer participação ativa, até o de reclamar” (MUNANGA, 1986, p. 23).

Assim, alguns tendem a negar o racismo sofrido e a posição de sujeitos socialmente discriminados e essa atitude defensiva se expressa, por exemplo, na opinião contrária, no sentimento de humilhação com relação à adoção de ações afirmativas em benefício da população negra, como a política de cotas raciais nas universidades.

Como defende Telles (2003, p. 62), os dois pilares da ideologia racial no Brasil são a democracia racial e o branqueamento da população brasileira, através da mestiçagem. E são esses dois pilares que dão vez ao chamado racismo à brasileira: sutil e silenciosamente ele está presente no dia-a-dia, determinando as relações raciais, ao mesmo tempo em que é negado.

Desse modo, a insistência em se negar que há discriminações de cunho racial no Brasil gera duas graves consequências: a dificuldade, por parte dos negros, de construir uma identidade em torno de valores positivos e a falta de políticas públicas e adoção de ações afirmativas que combatam o racismo e promovam a inclusão social da população negra.

O breve percurso histórico acima desenvolvido acerca da noção de subjetividade nos ajuda a pensar como a visão sobre o homem e sua singularidade se transformou no decorrer dos séculos, chegando ao que hoje entendemos como subjetividade na Psicologia, e especificamente no olhar da perspectiva sócio-histórica, e nos ajuda a compreender como o social perpassa pela construção da subjetividade.

Pensando a realidade brasileira, não há como se ignorar a questão racial. É fundamental que se discuta e que se busque compreender como se desdobram as relações raciais no Brasil, caracterizado por um racismo silencioso, encarnado, que é expressão de uma

sociedade que exclui e discrimina a população negra, ao mesmo tempo em que nega a existência do preconceito.

O debate sobre a política de cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão, a partir do discurso dos próprios estudantes negros cotistas, significa, portanto, avaliar de quais maneiras a discriminação racial se faz presente na universidade, verificando-se como se dão as relações raciais no ambiente acadêmico, as possíveis dificuldades pelas quais passam os estudantes negros cotistas, e, dessa maneira, refletir sobre o que ainda precisa ser feito para se combater o racismo e, conseqüentemente, as discriminações sofridas pelos negros.

A contribuição da Psicologia nesse debate, e especialmente do referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica, perpassa por esse conceito crucial e tão caro à ciência psicológica: a subjetividade. A reflexão deve partir, portanto, de se pensar a subjetividade dos negros no contexto de toda uma história de discriminação e exclusão social.

3.2 O processo da pesquisa de campo

A pesquisa, do tipo qualitativa, analítica, fundamentou-se no referencial teórico-metodológico da Psicologia Sócio-Histórica, e foi realizada na Universidade Federal do Maranhão, na Cidade Universitária Dom Delgado, em São Luís.

Buscou-se entrevistar estudantes dos cursos de maior nota de corte de cada uma das unidades acadêmicas da Cidade Universitária (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, Centro de Ciências Humanas - CCH, Centro de Ciências Sociais - CCSO e Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - CCET), com o objetivo de compreender as vivências desses estudantes nos cursos considerados “de elite”, que historicamente são ocupados por uma maioria branca, tanto de docentes, quanto discentes.

Com respeito à seleção dos entrevistados, determinou-se o número de dois estudantes por curso, para que se entrevistasse um estudante de cada sexo, no sentido de ouvir as experiências dos dois grupos, totalizando o número de oito estudantes entrevistados, quatro homens e quatro mulheres.

Nesse sentido, aliando-se aos objetivos da pesquisa, buscou-se identificar quais são as dificuldades enfrentadas por esses estudantes negros cotistas, como são estabelecidas as relações raciais nesses cursos, e quais as estratégias de enfrentamento por eles utilizadas nos casos de preconceito e discriminação racial, pensando nesse contexto da convivência entre grupos distintos, branco e negro, com lugares sociais tão demarcados.

A seleção dos entrevistados abarcou, também, os estudantes que tivessem ingressado na Universidade Federal do Maranhão, na Cidade Universitária, a partir do sistema de cotas raciais (autodeclarados pretos e pardos), que estivessem regularmente matriculados, e cursando o penúltimo ou último ano do curso, com o propósito de ouvir quem já tivesse um percurso acadêmico considerável e um número significativo de experiências e vivências na universidade.

A escolha da entrevista enquanto procedimento metodológico se deu ao fato de se considerar um instrumento que possibilita o acesso à subjetividade do sujeito, a partir de seu discurso. Como pontua Aguiar (2001), a perspectiva sócio-histórica entende a linguagem ao mesmo tempo como mediação da subjetividade e como instrumento produzido social e historicamente; é instrumento fundamental no processo de mediação das relações sociais, por meio do qual o homem se humaniza e individualiza, apreende e materializa o mundo das significações que é construído no processo social e histórico.

Aguiar (2001, p. 131) ainda destaca que “[...] a fala, construída na relação com a história e a cultura, e expressa pelo sujeito, corresponde à maneira como este é capaz de expressar/codificar, neste momento específico, as vivências que se processam em sua subjetividade”.

Para dar início à coleta de dados, precisou-se fazer a seleção dos cursos de maior nota de corte de cada uma das unidades acadêmicas da UFMA, na Cidade Universitária. A seleção deu-se de acordo com a classificação do SISU (Sistema de Seleção Unificada), sistema do Ministério da Educação responsável pela seleção dos candidatos aprovados para o ingresso à universidade a partir de suas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Definiu-se selecionar os cursos de maior nota de corte dos anos de 2013 e 2014, uma vez que os estudantes a serem entrevistados estariam no penúltimo ou último ano do curso, obedecendo-se, desse modo, à classificação dos cursos de maior nota de corte do ano de ingresso dos entrevistados.

Para a seleção dos cursos, dirigiu-se ao site da internet “Blog do Enem”, voltado ao fornecimento de diversas informações relativas ao ENEM, e que dispõe de uma seção que fornece as notas de corte dos cursos de todos os institutos e universidades públicas nacionais, de acordo com a classificação do SISU.

Selecionou-se todos os cursos da Cidade Universitária (Campus Bacanga) e suas respectivas notas, e identificou-se o curso de maior nota de corte de cada unidade acadêmica. Esse processo foi feito por duas vezes, para identificação dos cursos relativos aos anos de 2013 e 2014, e constatou-se que nos dois anos os cursos de maior nota de corte de cada

unidade acadêmica permaneceram os mesmos. Desse modo, chegou-se aos cursos a serem contemplados na pesquisa: Direito, Engenharia Química, Medicina e Psicologia.

Concluída essa etapa, buscou-se identificar os estudantes que se enquadravam nos requisitos da pesquisa. Para isso, primeiramente solicitou-se a autorização para realização de pesquisa na UFMA à Reitoria da Universidade Federal do Maranhão (Anexo), através de requerimento com identificação da pesquisadora e discriminando os objetivos e coleta de dados da pesquisa.

Após autorização da Reitora Nair Portela Silva Coutinho, recorreu-se à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), especificamente à Divisão de Acesso à Graduação (DIAGRAD), com o documento de autorização da Reitoria, para solicitar o fornecimento da lista com os nomes dos estudantes que atendessem aos critérios de inclusão da pesquisa.

No DIAGRAD, houve a informação de que esse requerimento poderia ser feito via e-mail. Desse modo, enviou-se e-mail solicitando a lista dos nomes dos alunos ativos, autodeclarados pretos ou pardos, que ingressaram na UFMA nos semestres 2013.1, 2013.2, 2014.1 e 2014.2, nos cursos de Direito, Engenharia Química, Medicina e Psicologia.

Com a posse da lista, partiu-se para a próxima etapa: procurar os estudantes para o processo de aceite para participação na pesquisa. A abordagem aos estudantes se deu através de uma rede social da Internet. Selecionou-se os nomes dos estudantes que constavam na lista, e procurou-se por cada um deles, com exceção do curso de Psicologia.

Pelo fato de esta pesquisadora ser ex-aluna do curso de Psicologia da UFMA, os dois estudantes de Psicologia que participaram da pesquisa foram escolhidos pela proximidade, sendo que com a estudante entrevistada a abordagem se deu através de mensagem via rede social, e com o estudante entrevistado, pessoalmente. Ambos aceitaram de imediato.

Com relação aos outros seis estudantes, enviou-se mensagem aos que foram encontrados na rede social, identificando-se, relatando-se sobre a pesquisa e seus objetivos, explicando-se que a mesma ocorreria através de entrevistas, e interrogando-se se era de interesse do estudante a participação na pesquisa.

Pensou-se, de início, que o aceite dos estudantes não se daria tão facilmente, partindo do pressuposto de que se tratava de cursos elitizados, com a possibilidade dos estudantes que se autodeclararam pretos ou pardos não quisessem se expor.

Apesar de se pensar o contrário, rapidamente se obteve resposta dos estudantes aceitando participar da pesquisa. Como mandou-se mensagem para um número maior de estudantes do que se havia proposto a entrevistar, muitos não responderam, mas não se sabe dizer precisamente se isso se deu porque não quiseram participar, ou se nem chegaram a ter

acesso às mensagens, pois uma estudante de Medicina respondeu meses depois, quando a pesquisa já estava concluída, relatando que não costumava utilizar aquela rede social, mas que estava interessada em participar da pesquisa.

Rapidamente conseguiu-se o aceite dos estudantes dos outros três cursos, já que os entrevistados da Psicologia foram os primeiros, pela facilidade no contato. Entretanto, o contato com os estudantes de Medicina foi o mais demorado. Apenas uma estudante respondeu, relatando que estava fora da cidade e só voltaria no mês seguinte, pois era período de férias.

Porém, a estudante repassou nome e telefone de outros quatro colegas de turma que acreditava serem cotistas e que se interessariam pela pesquisa. Mas disse que só tinha certeza de que um deles havia entrado pelas cotas.

Entrou-se em contato com os quatro estudantes por mensagem de texto de aplicativo do celular, e dois deles responderam de prontidão, aceitando participar. O estudante relatou ficar muito feliz em ajudar, e disse que não só estava à disposição para participar, mas, também, ansioso.

No caso dos outros dois estudantes com os quais entrou-se em contato, a estudante disse que gostaria muito de ajudar, mas que não havia ingressado na universidade pelas cotas. O estudante disse que retornaria no dia seguinte, mas não entrou em contato.

Dessa forma, deu-se prosseguimento às entrevistas à medida que os estudantes respondiam aceitando participar, e completou-se o número de participantes que se havia definido para realização da pesquisa.

As entrevistas foram marcadas nos dias e horários sugeridos pelos entrevistados, nas dependências da UFMA, CCSO, CCH, CCET e biblioteca central, e no prédio de Medicina na praça Gonçalves Dias, e foram realizadas entre o período do mês de outubro de 2017 e março de 2018.

Obtiveram-se gratas surpresas durante a pesquisa, tanto em relação à receptividade dos sujeitos com relação à pesquisa, quanto ao número de entrevistados disponíveis a participar maior do que o definido previamente.

Alguns estudantes responderam às mensagens posteriormente, quando a pesquisa já estava em fase de conclusão, outros entrevistados não só toparam participar, como afirmaram poder indicar amigos cotistas que possivelmente se interessariam pela pesquisa. Infelizmente, por questão de tempo do curso de mestrado e prazo para realização da pesquisa, entrevistou-se apenas os oito estudantes previamente definidos enquanto participantes.

Outro ponto positivo diz respeito à receptividade dos estudantes, que destacaram a importância da pesquisa e a necessidade de se falar sobre o assunto. A estudante de Psicologia afirmou, no início da entrevista, que nunca havia conversado com ninguém sobre o assunto, apenas em sua análise. E a estudante de Medicina relatou que nunca havia parado para pensar nas dificuldades que tem de enfrentar no seu dia a dia na universidade.

Esse fato aponta para um espaço de fala que precisa ser criado para os estudantes negros cotistas. Esse é um primeiro dado de pesquisa: a necessidade que esses discentes têm de falar sobre seus processos subjetivos e identitários diante da questão racial.

Como instrumentos da coleta de dados, utilizou-se de roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A), gravador de áudio para a posterior transcrição das entrevistas, além de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), respeitando-se e assegurando-se os cuidados éticos envolvidos em pesquisas com participação de seres humanos.

Após essa etapa, as entrevistas foram transcritas na íntegra, para facilitar a leitura, categorização e seleção dos trechos a serem utilizados no texto deste trabalho, e posterior análise dos dados, à luz do referencial teórico-metodológico da Psicologia Sócio-Histórica.

Na análise, seguiu-se o pensamento de Aguiar (2001), que propõe que uma maneira de se proceder na análise dos dados na pesquisa fundamentada nesse referencial teórico consiste na organização do que é denominado “núcleos de significação do discurso”, ou seja, o pesquisador deve definir os que seriam temas, conteúdos, questões centrais apresentados pelo sujeito, não pela frequência em que aparecem, mas por ser aqueles que motivam, geram envolvimento e emoções:

Assim partindo-se das falas, conteúdos e emoções do sujeito, organizadas em núcleos, precisam ser articuladas com o processo histórico que as constitui, enfim com a base material sócio-histórica constitutiva da subjetividade, para aí sim explicitar como o sujeito transformou o social em psicológico [...] (AGUIAR, 2001, p. 137).

Essa organização se ateve aos objetivos da pesquisa e às categorias de análise que serviram de base para a elaboração do roteiro de entrevista.

Uma maneira de se proceder na pesquisa de perspectiva Sócio-Histórica é se adotar o processo interpretativo-constutivo da Epistemologia Qualitativa de González-Rey, coerente à proposta teórico-metodológica adotada. Esse processo é organizado a partir de um modelo em que, na interpretação elaborada pelo pesquisador sobre o fenômeno pesquisado, indicadores aparecem de maneira recorrente em momentos distintos da análise.

A construção de indicadores ao longo da pesquisa, por sua vez, gera elementos que ganham significado por meio da interpretação do pesquisador e que, com o desenrolar da pesquisa, vão sendo organizados em uma trilha de sentidos e significados encadeados entre si e que evidenciam o princípio construtivo-interpretativo da pesquisa (COELHO, 2014, p. 100).

Portanto, os indicadores não dizem respeito aos dados empíricos da pesquisa. Eles são produzidos a partir da reflexão continuada do pesquisador sobre as vivências dos contextos da pesquisa e sobre o conteúdo elaborado pelos sujeitos frente aos instrumentos utilizados.

No decorrer da análise dos dados, voltou-se à defesa de Aguiar, Bock e Gonçalves (2014) de que “[...] o movimento do pesquisador deve, em seu percurso analítico e interpretativo, no processo de apreensão das determinações, avançar em direção das zonas de sentido [...]” (AGUIAR, BOCK e GONÇALVES, 2014, p. 232).

As zonas de sentido correspondem à dimensão que expressa a subjetividade como uma síntese da articulação entre o social e o individual, visto que, como compreende a Psicologia Sócio-Histórica, mesmo aquilo que é individual, particular do sujeito, perpassa pelo social e é por ele constituído.

Atribuiu-se nomes fictícios aos estudantes entrevistados para que os mesmos não possam ser identificados e sua identidade seja mantida no mais rigoroso sigilo. De acordo com suas características do curso, idade, tempo de permanência na universidade, e renda familiar, os entrevistados foram identificados da maneira exposta no Quadro 01 abaixo.

QUADRO 01- IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDANTES NEGROS COTISTAS ENTREVISTADOS

Curso	Estudante	Idade	Período	Renda Familiar
Direito	Marcelo	24	9º	1 a 3 salários mínimos
	Maria	45	9º	Acima de 9 salários mínimos
Engenharia Química	Luciano	23	8º	1 a 3 salários mínimos
	Fernanda	22	9º	3 a 5 salários mínimos
Medicina	Gustavo	23	9º	1 a 3 salários mínimos
	Bruna	23	8º	1 a 3 salários mínimos
Psicologia	Adriano	22	8º	1 a 3 salários mínimos
	Simone	25	10º	5 a 7 salários mínimos

Fonte: Quadro construído pela autora.

4. OS ESTUDANTES NEGROS COTISTAS DIANTE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA UFMA

No início de cada entrevista, buscou-se saber a respeito de como foi o processo de escolha pelo curso por cada um dos estudantes entrevistados, além de questioná-los sobre a decisão de ingressar na universidade através do sistema de cotas raciais e suas avaliações acerca da política de cotas, de qual seja o seu significado.

Dessa maneira inicia-se este capítulo com a fala dos entrevistados a respeito do momento de escolha pelas cotas e sua opinião sobre a política, como uma maneira de identificá-los inicialmente para iniciar a discussão com os relatos dos estudantes sobre cada aspecto que buscou-se analisar na pesquisa enquanto objetivos.

Inicialmente o propósito era identificar as dificuldades comuns a esses estudantes de acordo com o relato de suas experiências e analisar o impacto dessas dificuldades em sua autoestima e autoconceito. Entretanto, como ambos os conceitos não apareceram de maneira tão clara no discurso dos entrevistados, decidiu-se analisar de que maneira os estudantes enfrentam essas dificuldades e os efeitos subjetivos que essas situações lhes produzem.

No que diz respeito à decisão de ingressar na universidade a partir do sistema de cotas para negros, o aspecto que prevaleceu no discurso dos estudantes cotistas foi a questão da “facilidade” de acesso à universidade, o qual, sem as cotas, não lhes seria possível, devido às altas notas de corte no sistema de ampla concorrência, principalmente no que se refere aos cursos usualmente mais disputados.

Marcelo afirma que disputou no sistema de cotas na categoria para preto ou pardo, de escola pública e com renda inferior a 1,5 salários-mínimos, e que sua nota no ENEM se enquadrava dentro da nota de corte do curso de Direito na categoria das ações afirmativas, declarando: “Eu nem lembro muito bem das razões propriamente, mas vi tanto a questão da viabilidade e do acesso no primeiro semestre por meio das ações afirmativas naquele ano, acho 2014”.

Maria relata que a decisão de concorrer ao vestibular por meio das cotas raciais, autodeclarando-se preta ou parda, deu-se com o objetivo de ter um diferencial no momento da avaliação, por conta da diferença entre as notas no sistema universal e nas ações afirmativas, e afirma:

O curso de Direito, na realidade, foi um sonho antigo. Foi a minha primeira opção quando eu fiz vestibular, quando eu tinha 17 anos, há muito tempo atrás, há mais de 20 anos atrás. Então, só que na época, eu vinda de escola pública, não existia políticas de cota e eu não tinha condições, meu Deus, de competir com aquela galera que saía da escola particular e eu não passei para Direito, passei para minha segunda opção, que foi Pedagogia na UFPE. Só que eu fiquei com essa vontade, mas me

formei, trabalhei na área né, e já depois de casada, com os filhos crescidos, eu resolvi tentar o ENEM, aproveitando esse viés da política de cotas, como eu sou egressa da escola pública, e aí eu consegui, apesar de não me enquadrar na renda, nessa renda de um salário mínimo e meio, porque eu trabalho, meu marido trabalha, mas mesmo assim por dentro do edital eu estava incluída. Candidata autodeclarada negra ou parda, independente de renda, e aí foi assim que eu consegui realizar o meu sonho, né, de cursar o Direito (MARIA).

Luciano também enfatiza a questão da nota, declarando que a única influência nessa decisão de concorrer pelas cotas raciais foi a “questão matemática”. Afirma que obteve uma excelente pontuação no ENEM, dentro da categoria de escola pública, e que por sua nota se enquadrar dentro da nota de corte nas cotas para negros, “foi perfeito”, passando na primeira chamada, em quarto lugar.

Fernanda pontua que obteve uma boa nota no ENEM, mas que por ser egressa de escola pública e pelo histórico do curso de Engenharia Química com notas muito altas, decidiu em conjunto com um amigo que concorreriam pelo sistema de cotas como uma certeza de que daria certo e seriam aprovados.

Ao ser questionada sobre a decisão de concorrer a partir das cotas raciais, além de escola pública, Fernanda acrescenta que a nota de corte somente na categoria escola pública estava mais alta, utilizando-se, portanto, do direito que possuía de concorrer como cotista negra.

Quando eu cheguei no curso, eu me dei conta disso, de que todos os meus colegas de turma são pessoas de escolas particulares aqui em São Luís. Principalmente quando eu cheguei aqui eu me dei conta disso, que fizeram cursinho... a gente não fez cursinho, a gente.. eu vim direto do ensino médio, e aí eu já tinha a consciência disso, né, com quem eu vou concorrer à vaga. Então, como eu percebi que ia afunilando a nota, que ia ficando menor, então eu selecionei esses dois critérios. Eu tinha o direito de negro, né, e escola pública e a renda inferior ao salário mínimo, aí por a nota ser menor lá, aí eu escolhi essa área (FERNANDA).

Gustavo, ao falar sobre sua experiência no momento da decisão de concorrer pelas cotas raciais, afirma que, na verdade, essa decisão se deu “desde sempre”, por conta de ter estudado desde a quarta série do ensino fundamental em escola pública, com ensino médio cursado no IFMA do campus Monte Castelo.

Então já conhecendo como é que é o meu... o ensino público e conhecendo como é que é o ensino privado, não só de São Luís, como do resto do país e do mundo, né, eu já sabia que eu ia precisar das cotas. Porque desde sempre a gente que estuda em escola pública não passa em ampla concorrência, não passa. Então por isso, desde que eu comecei a estudar pro meu vestibular, eu já sabia que concorreria pela cota. Seja ela de escola pública, seja ela racial. [...] Mesmo a minha nota sendo relativamente alta, e eu posso dizer que ela foi a maior de todos os cotistas, ainda assim ela não entrava na nota da ampla concorrência. Eu fui o primeiro de todos os cotistas, mas não seria o último da ampla concorrência (GUSTAVO).

Questionado sobre o fator racial na escolha pelas cotas para negros, especificamente, Gustavo enfatiza que, mesmo se enquadrando em qualquer uma das categorias de cotas (racial, escola pública e renda), optou por concorrer apenas na cota racial, em particular, desconsiderando os fatores de renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo ou ensino médio cursado em escola pública, como uma maneira de favorecer amigos que também estavam tentando o ingresso na universidade. Disse que como sua nota era muito alta, decidiu por concorrer na categoria em que não os excluísse da nota de corte, tendo por isso decidido pela cota racial, mas tendo em mente que poderia concorrer em qualquer uma delas.

Bruna relata que já havia passado no vestibular da UEMA na categoria de ampla concorrência, mas que no caso do ENEM, só passaria dentro das vagas na categoria de cotas.

Então como eu me enquadrava em todos eles (referindo-se às categorias negro, escola pública e renda), e eu me considero parda, e segundo o IBGE parece que pardo é enquadrado como negro, né... e aí eu falei: “mãe, só dá pra essa opção aqui”. Aí a gente: “ah, então vamos botar!”. E não fiquei com vergonha, para te falar a verdade, porque era uma oportunidade, né (BRUNA).

Adriano pondera que antes de justificar sua decisão de concorrer pelo sistema de cotas raciais precisa ressaltar de onde vem. Relata que nasceu em um território totalmente negro, o bairro da Liberdade, em São Luís (MA), e que esse foi um fator de grande peso para que assumisse esse lugar (reconhecer-se enquanto negro).

Relata que cursou o ensino médio no Liceu maranhense, e que lá já participava de movimentos e realizava discussões sobre racismo com amigos. Chegou a cursar História e Filosofia na UFMA, sem ter sido através do sistema de cotas, e no curso de História conheceu pessoas que estavam engajadas em discussões sobre cotas e questões raciais como um todo que o fizeram “abrir os olhos para muita coisa”.

Adriano conta que quando cogitou prestar o vestibular para o curso de Psicologia, a primeira coisa que pensou foi: “a nota é muito alta, não vou conseguir em ampla concorrência”, e conta que tinha amigos, com condições financeiras bem melhores do que a sua, que estudavam no Liceu pela possibilidade de concorrer ao vestibular de Medicina através da cota de escola pública. Relata uma greve pela qual passou, durante o segundo ano, que fez com que alguns conteúdos ficassem atrasados no cronograma, enquanto amigos próximos que estudavam em escolas particulares já tinham adiantado todo o conteúdo.

Existia uma discrepância muito grande de acesso ao conhecimento meu e deles, e aí eu pensei na possibilidade de cotas, não somente por me reconhecer enquanto uma pessoa negra, mas como uma questão também de acesso. Eu vi as cotas naquele momento como uma possibilidade de acesso a um... a um lugar que queria estar, e a um curso que eu queria fazer. E aí naquele momento foi essa a ideia, né, a decisão de escolher (ADRIANO).

No momento da escolha de concorrer ao vestibular na categoria de cotas raciais, o estudante precisa autodeclarar-se preto ou pardo, seguindo a classificação racial do IBGE, identificando, dessa maneira, o seu grupo de pertencimento racial enquanto o grupo negro. Entretanto, como afirma Penha-Lopes (2008), essa é, oficialmente, uma atividade nova no Brasil, o que faz com que a autodeclaração racial se torne uma questão empírica.

Percebe-se no discurso da maioria dos estudantes entrevistados, que essa autodeclaração se deu dessa maneira, pois afirmam que a escolha pelas cotas raciais se baseou na possibilidade de um acesso mais rápido à universidade e da garantia da vaga no curso desejado, sem uma real reflexão acerca de seu pertencimento racial e do que a autodeclaração significa.

Mesmo os estudantes que afirmam que já se reconheciam enquanto negros no momento de escolha pelas cotas raciais relatam que essa decisão se deu por conta da viabilidade de acesso à universidade, uma vez que a nota de corte era alta nos cursos escolhidos.

Apenas uma estudante, Simone, não menciona esse fator, atribuindo aspectos acerca do processo de reconhecimento da sua identidade ao momento de escolha pelas cotas raciais. A estudante é a única que não ingressou na universidade na época dos demais entrevistados. Simone iniciou sua vida acadêmica na UFMA, no curso de Psicologia, no ano de 2010, mas chegou a reprovar algumas disciplinas em um momento que afirma ter vivido problemas em sua casa, encontrando-se, no momento da entrevista, na fase final do curso.

Quanto à sua decisão de concorrer a partir das cotas raciais, Simone diz que considera que tenha sido uma decisão impulsiva, pois não se considera, e, principalmente, não se considerava àquela época, uma pessoa politizada, em termos do que significa esse movimento e “o que as pessoas querem quando elas dizem ‘eu vou entrar por esse meio aqui porque é a minha identidade’”. Mas refere-se ao momento e a essa identidade como algo que talvez estivesse em construção, acrescentando que sua decisão de concorrer enquanto cotista negra foi contra a vontade de sua família.

“Eu lembro que meu cabelo nessa época era alisado, e era alisado porque eles não aguentavam meu cabelo alto, entendeu, então diziam assim ‘tu tem que alisar esse cabelo’, então era um movimento contrário o tempo inteiro” (SIMONE). E complementa relatando a resistência de seus pais com relação às cotas raciais, que insistiam a ela e a seu irmão que tentassem de uma outra forma, mesmo a estudante sendo negra e seu irmão tendo um tom de pele ainda mais escuro que o seu.

Porque o que eles passavam para a gente é que esse caminho aqui é um caminho para fracos, é um caminho para gente que quer conseguir entrar de uma forma mais fácil, né, e aí isso de alguma forma... sei lá, eu não sei te dizer exatamente como foi isso, mas eu disse assim “não, cara, eu vou entrar por aqui porque eu sou negra e ponto final” (SIMONE).

Sobre o significado da política de cotas raciais para esses estudantes, seus pontos positivos e negativos, a maioria analisa as cotas como uma política imprescindível na tentativa de se reparar as desigualdades educacionais e ocupacionais entre a população branca e negra brasileira, consequência de uma história de preconceito e discriminações raciais, mantidas pela manutenção diária do racismo estrutural e da situação precária da educação pública no Brasil.

Marcelo menciona que nasceu numa região muito pobre no bairro da Alemanha, e que morou por toda a sua vida na Vila Itamar, bairro periférico de São Luís, mas que sua mãe sempre o motivou e incentivou a estudar. Por conta disso, sempre compreendeu os lugares como acessíveis, mesmo sem as condições materiais para isso e sem saber “como chegar lá”. Nesse sentido, Marcelo defende e reconhece a importância da política de cotas raciais no acesso a lugares tão distantes de quem vive a sua realidade.

A política de cotas assim, como ela é colocada, eu vejo como abertura de possibilidades. Possibilidades para lugares que antes as pessoas que nasceram no lugar onde eu nasci provavelmente estariam com um esforço sobre-humano, com desgastes que normalmente as pessoas que convivem com a gente no mesmo ambiente, na mesma sala, não passaram. [...] Porque ao longo da vida estudantil a gente vai vivendo muitas segregações e eu só percebi, só tenho isso mais claro nos últimos 2, 3 anos, que eu vou olhar pra trás e ver os colegas que tavam no ensino fundamental junto comigo, grande parte dos que completaram a 8ª série comigo estão mortos ou estão presos, e muitos colegas que estudavam comigo, a gente sempre fazia parte dos mesmos grupos, tinha uma forma de pensar semelhante, tiveram que deixar de estudar porque tiveram que começar a trabalhar, outros foram pais, e são contingências da vida, que é muito comum nos bairros periféricos, que vão nos separando de certa forma, e aí sempre tem um ou outro, assim, que a gente consegue se reencontrar por aqui pela UFMA e já no curso superior (MARCELO).

E complementa mencionando o argumento que muitos lançam mão em suas análises sobre os aspectos negativos da política de cotas raciais de que ela significaria uma perda na qualidade do ensino superior, ao permitir o ingresso de estudantes que possuem uma formação de má qualidade no ensino médio e na educação básica, diferentemente dos que ingressam na universidade pela ampla concorrência.

Marcelo afirma que estudou parte do ensino médio no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), e que lá já existe uma pré-seleção dos estudantes que se sobressaem, de alguma maneira, em comparação aos estudantes das demais escolas públicas. E chama a atenção para

o aspecto da equidade que precisa ser levado em consideração na discussão, ressaltando o que na sua visão seja um aspecto positivo da política de cotas raciais: uma política transitória, em que a busca deva ser para que as pessoas consigam ter autonomia em suas vidas, conquistando o que desejam a partir de seus esforços.

Como diz Boaventura de Sousa Santos, a gente tem direito à igualdade, mas também tem direito à diferença na medida em que somos diferentes. E essas diferenças elas nos colocam condições de concorrer igualmente entre aqueles que convivem nas mesmas condições fáticas, econômicas... nas mesmas, entre aspas, mas semelhantes condições sociais (MARCELO).

Maria menciona como o ensino público no Brasil encontra-se defasado, tanto por questões de estrutura, como por questões políticas, e afirma que, na sua compreensão, as cotas vieram resgatar o sonho dos estudantes de escola pública de ingressar na universidade. E ressalta o sonho não somente dos que hoje concorrem ao vestibular, mas dos muitos estudantes que, como ela, não conseguiram realizar seu sonho. Hoje, aos 45 anos, Maria é formada em Pedagogia, mas afirma que seu sonho, aos 17 anos, era cursar Direito.

Eu não tive oportunidade na minha época, né, nos idos de 90, 89, quando eu fiz vestibular pela primeira vez. Não existia política de cota e eu fiquei fora, eu fiquei fora do sonho, eu fiquei fora de repente da minha maior habilidade que seria essa, e hoje a cota, pra mim, ela veio resgatar, veio resgatar essas pessoas que ficaram, né, e veio eu acho que tentar minimizar essas desigualdades, que a questão do negro, além da cor, é uma questão histórica que influencia nos empregos que essas pessoas têm, nas condições de vida que essas pessoas têm, então, para mim, a política de cota é positiva. Pra mim também a UFMA ela consegue acompanhar esse movimento, ela consegue se inserir nessa política, entendeu. Para mim é muito positiva (MARIA).

Para Fernanda, a política de cotas raciais é uma maneira de fazer justiça à condição social dos estudantes que dela se utilizam, ressaltando sua importância não somente a nível nacional, como, principalmente, no estado do Maranhão, dadas as condições sociais da maioria da população maranhense.

Na verdade eu acho escassa a política de cotas no Maranhão, né, que é o estado mais pobre do Brasil, o estado que tem uma... acho que 80% da população tá na educação pública, que tem uma educação pública muito precária, então eu acho que é uma maneira de fazer justiça, ou pelo menos ir tentando amenizar os problemas que a desigualdade social causa no Brasil (FERNANDA).

Na compreensão de Gustavo, as cotas significam oportunidade, e destaca a mudanças 10 anos de política de cotas com o aumento de negros e pobres dentro da universidade. Gustavo ressalta a importância dessa mudança no curso de Medicina, por exemplo, que ainda

possui o estereótipo de ser um curso de elite, de pessoas ricas, e que muitos ainda veem médicos com *black power* e *dreads* no cabelo como “uma coisa estranha”: “Então eu vejo como oportunidade. Para mim essa oportunidade não poderia ser dada de melhor forma no momento que a gente vive. Porque é fácil dizer, claro, a gente tem que melhorar a educação básica, mas melhorar a educação básica é um processo” (GUSTAVO).

Bruna relata que, para ela, o lado negativo seria que a política de cotas não significa a melhora do ensino médio (público), mas ressalta sua importância enquanto uma política provisória, que possibilita que a população menos favorecida adentre a universidade.

Na minha sala, por exemplo, tem acho que só... são poucos negros assim em relação à sala como um todo, pessoas que se autodeclaram negras, né, eu acho que umas 8 e dentro de 50, por exemplo. Aí eu fico avaliando, se não tivesse essa política, quanto daqueles estariam ali, então acho que poucos. Não pelo fato em si de serem negros, mas tu sabe, né, pela barreira social de oportunidades que são colocadas (BRUNA).

Acrescenta a importância da presença no ambiente acadêmico dos chamados “pequenos grupos”, ao mesmo tempo em que destaca que são, na verdade, a maioria, que possibilita uma maior mobilização da própria universidade a respeito da discussão sobre essas temáticas. Bruna exemplifica citando os debates sobre racismo e política de cotas que costumam acontecer através do diretório acadêmico.

Na sua época de ensino fundamental, no bairro da Liberdade, Adriano conta que muitos estudantes queriam estudar na universidade, mas não conseguiam. E sempre que alguém fugia à regra, e conseguia a aprovação no vestibular, a comemoração era coletiva: “Eu lembro que quando saía o resultado do vestibular na rádio, as pessoas soltavam foguete, era uma festa, todo mundo se mobilizava para parabenizar a pessoa que tinha passado” (ADRIANO).

Por conta disso, Adriano afirma que sempre lhes foi passada a ideia de que conseguir uma vaga na universidade era muito difícil: “É difícil, mas eu acho que é difícil para quem tá na periferia, sabe, eu acho que é difícil para quem não tem acesso. E aí a cotas eu vi como essa possibilidade, né” (ADRIANO).

Apenas um estudante, Luciano, afirma não considerar o fator racial como preponderante na discussão sobre cotas, mas, sim, o fator socioeconômico. Apesar de reconhecer a oportunização do ingresso de pessoas negras no ensino superior enquanto um ponto positivo da política de cotas raciais, Luciano defende que o uso somente de cotas sociais faça mais sentido.

Só que eu vejo como um ponto negativo, é... o país, no caso aqui o Brasil, por ser um país extremamente miscigenado, entendeu, brancos, negros, índios, enfim.. eu

não vejo como fosse via de regra cota de negro. Eu ficaria mais, no caso, satisfeito, se fosse no caso cotas sociais, como foi o caso que me levou mais a escolher, foi ser de escola pública [...] apesar de minha escola ter um nível bem legal, tem muitas aprovações no ENEM, é.... não vejo como, por ser negro, ou qualquer outra cor, seja fator de influência, mas basicamente o nível de estudo. Como, por exemplo, uma família que pode pagar um cursinho pré-vestibular de 500 reais mensais e uma família que não pode pagar os 500 reais mensais. Aí eu vejo que o grande fator de influência nisso é mais social, entendeu? Eu vejo que cotas sociais seria de maior valia do que cotas raciais (LUCIANO).

A opinião de Luciano representa a de muitos que se consideram contrários à utilização de cotas raciais no ensino superior. Guimarães (2003) aponta que no início da discussão sobre a implementação de políticas de ações afirmativas voltadas à população negra no Brasil, alguns setores do governo mantiveram-se resistentes à adoção de medidas racialistas, apesar de se ter constatado que as barreiras educacionais que atingem a população negra no país são o principal obstáculo à igualdade racial.

O próprio Ministério da Educação negou o caráter racial das desigualdades no setor da educação, atribuindo a essas desigualdades a má qualidade do ensino fundamental público e as questões de classe social. Dessa maneira, alguns setores defendiam que o acesso dos negros à universidade só seria alcançado com o investimento na universalização do ensino fundamental e médio, através de medidas adotadas pelo governo que viriam a trazer resultados a longo prazo.

Com relação aos que defendem a adoção de políticas universalistas, que corrigiriam o cerne da questão, a saber, a baixa qualidade do ensino público fundamental e médio, muitos autores defendem que a política de cotas não deve se dar sem essa política universalista, que busque corrigir a qualidade do ensino nas escolas públicas. Ambas são complementares, uma não deve existir sem a outra.

A política de cotas seria, então, uma medida emergencial, transitória, necessária por conta da constatação de que no Brasil a pobreza tem cor. Estudantes negros são desfavorecidos, mesmo quando encontram-se em condições semelhantes a estudantes brancos. Pereira (1996) reforça essa opinião, quando diz:

É claro que a situação racial no país, por se expressar dentro de um sistema de classes, está, por assim dizer, contaminada por muito daquilo que define classe social. Nem poderia ser diferente. Porém, não se pode confundir as duas instâncias e nem ignorar o peso da variável raça nas relações sociais e nos projetos de mobilidade social da população negra no Brasil (PEREIRA, 1996, p. 78).

Portanto, ao se atribuir ao plano da classe questões de natureza racial, contribui-se para a manutenção da verdade histórica de que o Brasil é o país da democracia racial,

sustentada por muitos que insistem em ignorar as desigualdades entre brancos e negros existentes neste país.

Por conta disso, muitos são levados a acreditar no mito de democracia racial, inclusive os próprios negros, posicionando-se contra a política de cotas raciais. Nesse sentido, é importante que se reflita a questão de que ao se combater a pobreza e as questões de ordem social, combate-se também, automaticamente, o racismo.

Percebe-se a contradição no discurso de Luciano, que, ao mesmo tempo que se utilizou da política de cotas raciais para garantir o seu acesso à universidade, posiciona-se contrário à mesma. Essa introjeção da ideia de democracia racial é tão forte, que os próprios negros desconsideram o fator racial presente nas desigualdades sociais no país, e isso tem efeitos no processo de construção e reconhecimento de sua identidade. Esse aspecto será discutido posteriormente na seção sobre identidade.

A respeito do significado da política de cotas, Simone foge à resposta da maioria dos entrevistados, e atribui a sua importância ao aspecto da identidade “de cada um”, como a estudante pontua. Simone destaca a importância de se considerar o processo de construção da identidade de cada sujeito individualmente, e acredita que escolher ingressar na universidade a partir das cotas raciais significa assumir um lugar, mesmo que o sujeito ainda não tenha incorporado esse lugar, “porque é uma questão de passo a passo”.

A partir do discurso de Simone e do seu processo de construção e reconhecimento de sua identidade, considerou-se a estudante enquanto exemplo do que define Ciampa (1987) como “sujeito emblemático”, tratado como um singular que é significativo no universal, alguém que antecipa formas de individuação e abre um leque de possibilidades ao grupo social (GRIEBELER, 2015), e que será melhor discutido nos próximos capítulos.

Com relação às dificuldades enfrentadas durante o curso, os entrevistados citaram a questão financeira e o esforço que lhes é exigido para acompanhar o ritmo do curso, principalmente quando se fala dos cursos de maior nota de corte, nos quais a exigência costuma ser maior. Por virem de uma formação mais comprometida em escola pública, os estudantes destacam o esforço para acompanhar os colegas de turma que ingressaram via ampla concorrência, em sua grande maioria egressos de escolas particulares.

Ao discorrer sobre seu percurso acadêmico, Luciano destaca as oportunidades que a universidade oferece no que diz respeito à pesquisa, iniciação científica, bolsas de incentivo, programas de esporte, a chance de viajar para congressos e conhecer lugares novos. Porém, chama a atenção para a dificuldade que o estudante enfrenta ao ingressar na universidade com

um nível de exigência maior do que estava acostumado no ensino médio, afirmando faltar “um pouco de suporte”.

Porque acontece, é um choque de realidade extremamente grande. A pessoa passa ali do ensino médio pro ensino superior, ainda mais quando numa casa não tem alguém com uma formação acadêmica, então você não tem aquele suporte, você fica um tanto que desamparado psicologicamente, entendeu? Passa por um trauma... uma pessoa que vem todo o ensino médio ali com notas excelentes, passa... é acostumado, chega aqui pega essa primeira porrada e não tem a quem recorrer [...] Aí dependendo do psicológico da pessoa acaba desmoronando, e de certa forma isso influencia negativamente o desempenho curricular (LUCIANO).

Contudo, Luciano não associa essa dificuldade à sua cor, ao fato de ter ingressado pelas cotas raciais. Destaca que essa dificuldade nada tem a ver com o fato de ser negro, e que com relação ao fator racial, essa diferença acaba no SISU, no momento em que o estudante escolhe concorrer a partir do sistema de cotas, e que “depois é só uma questão de desempenho pessoal”.

Luciano afirma que o peso de entrar por cotas, independente da categoria raça, é maior já dentro do curso, enfatizando que essa dificuldade sentida pelo estudante ao iniciar sua vida acadêmica advém de uma base não tão sólida no ensino médio.

Em sua fala, Fernanda pontua a questão de ser egressa de escola pública enquanto uma das dificuldades enfrentadas, principalmente no início do curso. “Da educação de escola pública eu senti que existe uma diferença assim, um abismo gritante. Eu tinha que me esforçar dez vezes mais do que o restante do pessoal quando eu queria aprender uma coisa, né” (FERNANDA).

Um argumento defendido por quem se diz contrário às cotas é o de rebaixamento da qualidade do ensino superior, justamente por conta da questão de os estudantes negros serem egressos de escolas públicas, com uma formação defasada, e não conseguirem acompanhar o ritmo acadêmico.

Como apontam Ferreira e Mattos (2007), não basta ser negro para assegurar o ingresso à universidade, tem que ter qualificação. Além disso, os autores citam pesquisa a partir de análises dos efeitos das políticas adotadas pela Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul que aponta dados de estudantes cotistas que têm o desempenho tão bom quanto, ou até melhor do que os não-cotistas.

Como já citado anteriormente a respeito da pesquisa de Nunes (2011) sobre a política de cotas raciais na UFMA, não houve discrepância no rendimento acadêmico entre os estudantes cotistas (negro e escola pública) e estudantes da categoria universal. Em cursos como Direito e Pedagogia, o rendimento dos cotistas foi superior aos demais, e em outros

casos, como no curso de Medicina, os estudantes não-cotistas mantiveram rendimento superior aos cotistas, mas com uma diferença pequena.

Esse ponto surge nas falas de Fernanda e Maria, que afirmam que os estudantes cotistas dos seus cursos, Engenharia Química e Direito, tendem a ser os mais interessados e dedicados.

A maioria vem por esse caminho de ser negro de escola pública, então como a gente precisa se esforçar mais pra manter o ritmo do curso, a gente acaba sendo dos alunos de destaque no curso. Acho que os melhores alunos que a gente tem no curso hoje são, principalmente, os que vêm de escola pública e pela cota de negro (FERNANDA).

Há uma divisão no momento fora da UFMA, né, e na sala de aula. Eu percebo que há essa divisão. Agora em termos de rendimento, de conhecimento, de aprendizado, não [...] Eu observo também que os cotistas, eles são mais esforçados, eles faltam menos aula, eles participam mais, eles chegam mais próximo do professor, como se eles valorizassem mais aquele espaço (MARIA).

Outro ponto mencionado por Fernanda diz respeito à dificuldade de conciliar trabalho e estudo, realidade enfrentada pela maioria dos estudantes cotistas, que precisam trabalhar durante a graduação para ajudar nas despesas de casa ou para conseguir se manter na universidade.

Fernanda relata que começou a trabalhar ainda no ensino médio, numa termelétrica, quando ainda morava no interior do estado. Quando veio morar em São Luís, pediu demissão do emprego e passou o ano de 2014 apenas de dedicando ao curso de Engenharia Química, pois tinha aula no turno da manhã e da tarde. Em 2015, quando a maioria das disciplinas passaram para o turno da manhã, voltou a trabalhar.

A estudante afirma que sua dificuldade tem sido a gestão do tempo, pois estuda pela manhã e trabalha à tarde, afirmando que acredita ter tido depressão por conta da rotina pesada.

Eu era uma pessoa que praticava muito esporte durante minha adolescência, e aí eu parei assim, bruscamente, quando eu entrei pra Engenharia Química, porque eu tava trabalhando e estudando. [...] É um curso muito pesado, Engenharia Química é um curso muito difícil. Minha turma, nós entramos quarenta, hoje nós somos oito, ou seja, a quantidade de pessoas que desistiram, né (FERNANDA).

No seu relato sobre as dificuldades que tem enfrentado na universidade, Bruna destaca o aspecto financeiro, enfatizando a questão da mobilidade, citando, também, a rotina corrida e a sobrecarga de estudos no curso de Medicina.

Relata que algumas dessas dificuldades surgem devido ao fato de os professores tratarem todos os estudantes da mesma forma, sem levar em conta as especificidades da realidade da maioria dos estudantes cotistas.

O bom é porque a gente é tratado da mesma forma. Tu chega na sala, os professores te veem como futuros médicos, eles não querem saber tua origem. E isso também acaba sendo uma coisa negativa, porque por não querer saber tua origem, é... passa, por exemplo, a exigir muitas coisas que, às vezes, a gente não é capaz de fazer [...] Muitas aulas práticas da gente são em hospitais diferentes, né, são muitos hospitais, então se não fosse carona de um ou de outro, a gente que anda de ônibus não ia chegar a tempo. Então os professores, também, eles não ponderam muito isso, sabe. Tipo uma professora minha, ela queria que todo mundo tivesse 7h30 lá no Anjo da Guarda. Acho que pra ela é fácil, porque ela pega um carro dela, né, mas pra mim, eu tenho que descer na integração e tal... ela não aceita atraso, então eu tenho que sair muito cedo de casa pra poder chegar a tempo, e, às vezes, acabo chegando assim primeiro, aí tenho que ficar lá, né, porque depende muito de ônibus, ônibus é sorte. Aí enquanto isso tem outros professores que eles perguntam, né, “tu veio de ônibus?”. Aí a gente fala “foi”. “Então tá bom”, aí eles acabam não aplicando falta (BRUNA).

À primeira vista, parece democrática a ideia de todos os estudantes serem “tratados da mesma forma”, o que indicaria uma suposta ausência de discriminação no tratamento e na relação professor-aluno. Entretanto, ignorar a realidade do estudante cotista, com dificuldades em comum sentida pela maioria deles, demonstra descaso com o desempenho desses estudantes, principalmente em um curso em que o aluno é tão exigido.

Esse comportamento possivelmente advém da oposição de muitos professores do curso de Medicina e da área da saúde com relação a adoção da política de cotas raciais na UFMA, dado citado por Nunes (2011) em sua pesquisa, já anteriormente mencionado e que será retomado mais a frente, na seção de sobre as relações raciais na UFMA.

Bruna menciona o curso de residência médica pelo qual os médicos têm de passar após a graduação, e relata a diferença na preparação para a residência entre os alunos cotistas e os não-cotistas:

Tem uns cursos para fazer residência, que é tipo vestibular de médico, e a maioria dos meus amigos que são cotistas, nenhum vai fazer. É muito caro, eu acho que é mais de mil reais por mês, nem sei o valor, e quase toda a sala faz, mas tem um grupo que não faz e a gente já percebe que esse grupo é os que são cotistas. Então a gente tenta se esforçar ao máximo, então acho que eles mesmos acabam sendo a inspiração da gente, entende, nossos próprios amigos acabam sendo inspiração para a gente se esforçar, pra competir com quem faz o curso, né (BRUNA).

A estudante exemplifica a situação, chamando a atenção para o fato de que, em muitas situações, os estudantes da ampla concorrência acabam saindo à frente dos não-cotistas, no sentido de terem condições de se preparar melhor.

Eu queria muito fazer o curso de bioestatística, porque eu não sei mexer em Stata, por exemplo. Eu não vou poder fazer [...] sem condição de dar quinhentos reais, então eu tô aprendendo no youtube. E é uma coisa, assim, que vai deixando a gente para trás, sabe, querendo ou não. Então a gente já tem que perder tempo, por exemplo, assistindo aula em youtube, aprender tudo isso e... deixa outras coisas para trás, né (BRUNA).

Em determinado momento de sua fala, Bruna menciona a rotina e a competitividade no seu curso, além da questão financeira e dos gastos que surgem no decorrer da graduação.

Eu saí de muito projeto, assim, porque na Medicina, por mais que, tudo bem, tá tudo ali pra ti, mas ainda tem aquela coisa de analisar currículo e isso é muito forte. Pelo menos a gente, entre os alunos, em si, isso é muito forte. Não assim, “eu tenho que ser melhor que tu” diretamente, mas cada um quer fazer um projeto para o lattes ficar mais cheio, e aí eu vi que isso tava me agoniando muito, então aí eu deixei uns dois projetos ou três e comecei a fazer futsal, que eu amo fazer futsal, eu amo futsal e eu acho que isso melhorou muito minha trajetória, senão eu ia ficar um pouquinho doida (sorri). [...] Mas eu gosto do que eu aprendo lá dentro, assim, dos professores dando aula, porque eles acabam sendo nossa referência, dos projetos que a gente pode participar, eu acho bem interessante, só que algumas vezes, assim, são nos dado muita sobrecarga de tudo, né, e também tu tem que visitar o hospital, tem que fazer projeto, mas, meu Deus, não tenho dinheiro para tirar xerox disso, então não tem dinheiro para imprimir. Por exemplo, eu tive que imprimir vários termos de consentimento pro meu projeto e não sai do bolso do professor, sai do aluno, e parece que eles não têm noção disso (BRUNA).

Bruna também cita a questão da necessidade de bolsa para se manter na universidade e a incerteza com relação a ela, e diz que esse tipo de situação, de ter que esperar a bolsa quando ela atrasa, por exemplo, “acaba deixando a gente triste, o cotidiano fica triste”. A estudante retorna a essa questão financeira e a dificuldade de se manter no curso quando questionada como é ser negra na UFMA.

Eu acho que, ainda assim tu é cercada de estigma, assim. Por exemplo, é... nunca, nunca eu sofri assim em termos de... diretamente. Mas as pessoas acabam te falando “não” [...] Então acho que ser negro na UFMA é tu ainda tentar buscar alguém a quem recorrer [...] A gente acaba às vezes sendo estigmatizado, porque a gente depende daquilo, então a gente fica sufocado com aquelas coisas que a gente tem que ouvir, tipo: “não, tem que esperar... depende de bolsa, mas tem que esperar” [...] A universidade, assim, eu vejo que ela tem ampliado, claro né, com essas políticas e tal, mas ainda assim as pessoas acabam se separando por conta disso, né, ter que depender disso, ter que depender daquilo, esperar (BRUNA).

Marcelo cita o aspecto econômico enquanto sua única dificuldade no curso. Em 2014, seu pai precisou fazer uma cirurgia devido a uma hérnia de disco, e teve o benefício de auxílio-doença cancelado.

E a renda lá de casa caiu drasticamente, aí tem eu, mais dois irmãos, e todos têm que pagar passagem para ir para a aula e coisa do tipo. Então eu creio que foi esse foi o momento de maior dificuldade [...] em questão dos recursos que tinham em casa e em relação a como dividir isso em questão de passagem e coisa do tipo, tem dia que dá para vir, tem dia que não dá para vir (MARCELO).

Em sua fala, Adriano também menciona a questão financeira e a permanência na universidade enquanto dificuldade diária de muitos estudantes que ingressam por meio das cotas raciais.

Eu acho que a cotas, na estrutura que tá organizada na UFMA, ela é um acesso, mas pra mim não é um acesso total. A gente entra, mas não sei como é a permanência de várias pessoas. A minha, por exemplo. Eu precisava da bolsa permanência e ela acabou, aí eu pedi renovação, aí eu fiquei esperando o processo muito grande e eu acho que é sabido da gente, né, que a grande maioria da população negra é pobre. Acho que isso é sabido, que existe uma questão de desigualdade aí muito grande. Então é uma felicidade muito grande ver a sala com diferenças, a universidade com diferenças, mas também é uma tristeza muito grande ao ver um amigo meu vir conversar comigo muito triste dizendo que não vai poder frequentar a universidade por esse mês ou por esse semestre, que não vai poder estudar tal texto, não vai poder fazer tal coisa, porque não tem dinheiro. Eu acho que isso é uma questão muito pesada também (ADRIANO).

As dificuldades financeiras citadas por cinco dos oito estudantes entrevistados chamam a atenção para o aspecto da permanência dos estudantes negros cotistas na universidade. Como já mencionado anteriormente, Silva, Maciel e Rodrigues (2012) destacam que essa questão, tão defendida pelo NEAB na formulação de um programa de ações afirmativas, foi ignorada no momento da aprovação da política de cotas raciais na UFMA.

No caso de Maria, a estudante ressalta que por ter uma condição financeira diferenciada, fazer parte de uma outra faixa etária, já se encontrar inserida no mercado de trabalho, e já ter a sua família, sua dificuldade no curso resume-se à falta de tempo. Entretanto, destaca que mesmo fazendo parte de uma realidade socioeconômica distinta da maioria dos alunos cotistas, considera-se inserida culturalmente, afirmando que sentiu a realidade desses estudantes ao entrar no curso de Direito.

Em sua fala, Maria cita todas as dificuldades comuns aos estudantes negros cotistas e que foram citadas pelos entrevistados: a dificuldade financeira, a rotina sobrecarregada de estudos e o esforço para acompanhar o restante da turma. Segundo a entrevistada, a sua turma é dividida entre o grupo da “direita” e o grupo da “esquerda”: “Uma professora, [...] ela até um dia brincou, ela dizia que a nossa turma existia um apartheid. Existia a turma da esquerda, ela enquanto professora ela observou isso, ela falou isso brincando, mas é uma realidade... existia a turma da esquerda e a turma da direita” (MARIA).

Maria afirma que essa divisão na turma foi “inconsciente, não foi nada proposital”, mas que aconteceu de os cotistas sentarem do lado esquerdo da sala e os estudantes de ampla concorrência, do lado direito. E na sua percepção sobre as especificidades e dificuldades da realidade do estudante cotista, destaca-se a desigualdade socioeconômica em relação ao

restante da turma, e, conseqüentemente, seu impacto no dia a dia desse estudante e na sua subjetividade.

O que eu noto é que eles... nós, nós, cotistas da esquerda, a gente tem mais dificuldade, a gente sofre algumas pressões a mais. O curso de Direito é um curso altamente competitivo, altamente competitivo. A turma da direita, a turma da ampla concorrência, socialmente eles têm carro, eles têm os livros que eles querem, eles têm os melhores lanches, eles têm uma boa alimentação, a mãe traz ou eles vêm de carro. A turma da esquerda, a turma das cotas, é uma turma que acorda 5h da manhã, que pega o ônibus lá na Cohab, que pega o ônibus lá na Vila Itamar, pra poder chegar na hora. Não tem todos os livros, tem a xerox, quando tem a xerox. [...] Eu tinha colega, desse grupo da esquerda, que eles amanheciam o dia pra poder dar conta de estudar tudo, então o dia deles era muito mais cansativo, e eu chamava a atenção para a questão da saúde mental [...] (MARIA).

Maria também destaca a questão da competitividade no curso de Direito, e como os estudantes cotistas, por viverem uma realidade distinta, se esforçam para acompanhar o ritmo do restante da turma.

O pessoal da direita por eles ter essa facilidade, ter o carro para vir de manhã e à noite, muitos faziam oito, nove disciplinas, e aí o pessoal da esquerda, com essas dificuldades, eles queriam acompanhar esse ritmo. E eles se submetiam a rotinas desumanas, né, que ao final do curso, infelizmente, nós tivemos uma amiga, cotista, negra, que descompensou, desenvolveu esquizofrenia e teve que trancar o curso de Direito [...] E eu tenho outros exemplos no curso de Direito, de alunos que estão trancando por questões dessa competitividade, dessa loucura de fazer oito, nove disciplinas, concorrência de nota, concorrência de espaço [...] Então imagine, pegue essa camada que já vem com o ensino defasado, infelizmente, não tem condições sociais que facilitam, e se colocam nessa pressão e se cobram e, assim, muito complicado [...] Então pra mim era um maltrato, e eu vi essa realidade nos alunos cotistas, entendeu (MARIA).

As diferenças socioeconômicas e de oportunidades educacionais anteriores da população negra em relação ao grupo branco fica evidenciada no relato dos estudantes negros cotistas sobre seu dia a dia e dificuldades na universidade. Esses estudantes acabam tendo dificuldades a mais durante o curso, tornando o percurso acadêmico ainda mais pesado.

E não há como se desconsiderar os efeitos subjetivos desse dia a dia muitas vezes tão adverso. Nesse sentido, buscou-se identificar de quais maneiras os estudantes enfrentam essas dificuldades, e seus efeitos na sua subjetividade.

4.1 Enfrentamento às dificuldades e seus efeitos subjetivos

Quando questionados a respeito de como enfrentam essas dificuldades, os estudantes citaram a importância do convívio e apoio entre si, da convivência com a família e amigos e do lazer para superarem as dificuldades referentes à rotina de muito estudo e responsabilidades, o auxílio de bolsa-permanência, bolsas de iniciação científica e estágio no

enfrentamento das dificuldades financeiras durante o curso, bem como ajuda profissional nos casos em que sentem a sua saúde física e/ou mental comprometidas.

Para Luciano, a dificuldade que sentiu de acompanhar o ritmo do curso e das disciplinas que exigiam uma base mais completa em sua formação escolar é superada com o convívio e ajuda dos amigos, sem os quais considera difícil para o aluno progredir por conta própria.

Pra enfrentar, no caso, a dificuldade, a gente corre atrás do prejuízo. No caso, se junta ali com quem tem um pouco mais de facilidade, recorre a outros meios, amigos... eu sei que um fator muito, de grande [inaudível] no círculo acadêmico é a questão de relação interpessoal, entendeu. É algo extremamente útil e que sem uma relação é muito difícil a pessoa progredir, assim, sozinha, sozinha, caminhar sozinha (LUCIANO).

Segundo Fernanda, a sua estratégia para enfrentar a rotina cansativa de trabalhar e estudar, e dar conta do ritmo intenso que o curso de Engenharia Química exige, foi lançar mão de “sacrifícios pessoais”, recorrendo a ajuda médica quando percebeu os efeitos do cansaço excessivo em sua saúde:

Sacrifícios mesmo pessoais, que eu acho que foi até isso que me levou a ter depressão. De deixar de sair com os amigos para ficar em casa estudando, de deixar de sair, de deixar de me divertir. [...] Foi no começo do ano passado, eu já vinha me sentindo muito cansada, muito desgastada, e aí no começo do ano passado eu procurei uma psiquiatra, porque eu tava me achando que tava com diagnóstico de depressão. E aí ela confirmou, e eu acredito que era por conta de ansiedade, de estresse. [...] Só que fiz o tratamento direitinho, no começo eu usei uma medicação pra ansiedade, só que acho que com três, seis meses, na verdade, a psiquiatra tirou. E aí eu consegui meio que organizar, né, voltar ao meu equilíbrio emocional em relação a isso (FERNANDA).

Para enfrentar, principalmente, a dificuldade e incerteza sobre como se deslocar até a universidade, já que depende de passagem de ônibus, após um corte significativo na renda de sua família, Marcelo cita que buscou uma oportunidade de estágio para que pudesse complementar a renda familiar.

Relata que em 2016 teve a oportunidade de fazer intercâmbio no Canadá pelo programa Cidadão do Mundo, e que foi justamente nessa época que seu pai perdeu o auxílio-doença, comprometendo a renda da família consideravelmente. Quando retornou do intercâmbio, Marcelo afirma que foi quando “as coisas ficaram bem difíceis”, citando a sua “angústia” com relação a garantir uma renda complementar.

Porque a minha preocupação maior era conseguir o quanto antes um estágio pra eu poder ajudar nas despesas de casa, e a minha angústia foi que eu fui chamado pra entrar no estágio no período que eu tava em Toronto ainda, e quando, eu voltei, acho que depois de uns quatro, cinco meses eu fui chamado em outro estágio. A dificuldade atenuou, mas até hoje ainda... porque o benefício dele só foi

reimplantado acho que antes de ontem, por meio de uma decisão judicial. Acho que o período de dificuldade maior vai passar nos próximos três... no próximo mês pra frente (MARCELO).

Ainda assim, Marcelo não considera que isso tenha interferido no seu desempenho acadêmico, pois afirma que, apesar da situação financeira delicada de sua família, seus pais nunca impuseram aos filhos a necessidade de trabalhar e contribuir com a renda da família enquanto condição para continuarem estudando.

Gustavo destaca a importância de programas de auxílio financeiro na superação das dificuldades desta ordem que surgem ao longo do curso, e afirma: “as (dificuldades) financeiras a gente enfrenta principalmente correndo atrás de bolsa”. O estudante relata que participava desse tipo de programa desde o seu ensino médio no IFMA, e que costumava trabalhar no departamento do seu curso de Informática no turno vespertino para receber uma ajuda financeira.

Afirma que aquele valor que recebia na sua época de estudante de ensino médio era suficiente e atendia às suas necessidades, mas que quando se entra na universidade os gastos aumentam e as necessidades são diferentes, ressaltando a importância de um auxílio financeiro para conseguir permanecer na universidade. Para isso, recorre às bolsas, como muitos dos seus amigos também o fazem, destacando que para se manter na universidade, precisa também de bolsa que consegue com participação em projeto de pesquisa de iniciação científica, por exemplo, além da bolsa do Ministério da Educação (MEC) da qual se beneficia.

Gustavo relata que está no aguardo de confirmação de nova bolsa por ter tido seu projeto de extensão aprovado, mas que desde agosto de 2017 tem se mantido apenas com a bolsa do MEC, e, por isso, esses meses tem sido “muito difíceis”. “Depois que minha bolsa do PIBIC acabou, hoje eu recebo só a do MEC. Que o problema dela é que, às vezes, atrasa e muito, e aí a gente não consegue se programar para as coisas que a gente tem que pagar”. Cita, por exemplo, seus gastos com a comissão de formatura, e complementa: “a gente quer dar esse presente mais para a nossa família do que pra gente mesmo” (GUSTAVO).

Segundo Gustavo, a bolsa permanência MEC atende acadêmicos dos cursos de turno integral, com carga horária diária de mais de cinco horas de permanência na universidade, e de baixa renda familiar. Sobre a bolsa permanência oferecida pela UFMA, similar à do MEC, Gustavo descreve:

Elas só diferem porque o da UFMA, ele pede com que a pessoa trabalhe ou faça alguma atividade durante determinado horário. Então quem eu conheço da UFMA que usa o permanência UFMA, eles trabalham em departamentos três dias na semana. Eles trabalham assim (GUSTAVO).

A partir da fala de Gustavo, volta-se à questão da permanência dos estudantes negros cotistas na UFMA enquanto um ponto de fundamental importância a ser discutido e repensado. Diante das falas dos entrevistados, que citam a dificuldade em se manter no curso, não há como se ignorar a necessidade de uma assistência em nível financeiro, dentre outras igualmente importantes.

Gustavo cita uma bolsa permanência oferecida pela UFMA aos estudantes de baixa renda, mencionando a prestação de serviços nos departamentos por três dias da semana enquanto condição para obter o benefício. Contudo, cabe questionar até que ponto esse auxílio em especial de fato pode ajudar os estudantes na sua rotina acadêmica, principalmente em se tratando dos cursos de maior nota de corte, que exigem estudos e dedicação em maior grau.

É incontestável a importância da presença de estudantes negros nos cursos tidos como elitizados, de maioria branca, dada a forma como a sociedade brasileira se constituiu, com a supremacia branca compreendida enquanto o grupo padrão, dominando os setores e instituições de maior status, e demarcando as diferenças socioeconômicas e de oportunidades entre os dois grupos.

Entretanto, quando se fala nesses mesmos cursos, em que os alunos são tão exigidos, tão sobrecarregados, têm rotinas tão cansativas e marcadas, muitas vezes, pela competitividade, como apreendeu-se do discurso dos entrevistados, como condicionar o auxílio financeiro a um trabalho que ocupe o estudante três vezes na semana, tempo precioso para a sua formação. Se a realidade de ter que estudar e trabalhar não é considerada a mais indicada para um estudante que já possui outros entraves e obstáculos a mais do que aquele de vida social e econômica mais tranquila, como impor tal situação ao estudante que precisa de auxílio?

Analisando os discursos dos estudantes ao se referir às suas dificuldades acadêmicas e à maneira de enfrentá-las, encontra-se os termos: “desamparado psicologicamente”, “porrada”, “triste”, “estigmatizado”, “sufocado”, “tristeza”, “maltrato”, “sacrifícios”, “depressão”, “angústia”.

Como já mencionado anteriormente, há pesquisas que demonstram que o desempenho dos estudantes cotistas, em diversas áreas, é tão bom quanto, e às vezes até mesmo superior aos estudantes não cotistas. Cardoso (2008) cita esses dados de sua pesquisa na UnB, demonstrando que mesmo quando o rendimento dos não-cotistas é superior aos cotistas, como na área de saúde, a diferença é pequena. A autora cita, também, que, contrariamente à sua hipótese, a taxa de evasão dos cotistas é menor do que a dos não-cotistas.

Ainda que devamos analisar sempre cada realidade, podendo o cenário na UFMA ser diferente dos que já foram encontrados, esses dados provavelmente estão associados ao fato de os estudantes cotistas valorizarem muito mais a universidade e o curso por conta das condições socioeconômicas às quais estão submetidos, atribuindo à graduação a possibilidade de ascender social e economicamente. Essa valorização e bom desempenho aparecem na fala de duas entrevistadas. A questão é: a que custo os estudantes cotistas estão se mantendo na qualidade do curso a despeito dos obstáculos para a sua manutenção em cursos caros?

Contudo, atendo-se aos termos há pouco mencionados, não há como se desconsiderar os efeitos subjetivos causados por todas essas dificuldades, e o esforço exigido para se manter na universidade com um bom desempenho. Desse modo, há de se priorizar um plano de acompanhamento e de assistência a esses estudantes, tão bem pensado e defendido no início das discussões sobre as cotas raciais.

Um ponto a se destacar é que a questão racial, como por exemplo, o racismo, não apareceu em destaque nos discursos dos estudantes como uma dificuldade. Podemos analisar, pela história da formação da sociedade brasileira, que os obstáculos financeiros apresentados pelos estudantes negros nos cursos historicamente dados a uma elite branca, tem estreita relação com questão racial. As dificuldades apontadas não são de Bruna, Marcelo e dos outros, mas de um grupo étnico-racial.

4.2 As relações raciais na UFMA: ninguém quer falar de negro, ninguém quer falar de cotas

Com a implementação das cotas raciais na UFMA, deu-se o aumento do número de estudantes negros em um espaço historicamente considerado como pertencente a uma maioria branca. E ainda hoje há polêmica e debate acerca da necessidade das cotas.

Nesse sentido, buscou-se identificar como se dão as relações raciais na UFMA, a partir do discurso dos entrevistados sobre o relacionamento que estabelecem com os colegas e professores nos cursos analisados. Para isso, dividiu-se este tópico em duas seções: relacionamentos entre os estudantes e relacionamentos entre estudantes e professores.

4.2.1 Relacionamentos entre estudantes

A respeito do relacionamento entre os estudantes na UFMA, os entrevistados citam comparecer muito mais uma divisão a nível social, entre os alunos cotistas e não-cotistas,

devido à realidade de cada um dos dois grupos, com diferenças socioeconômicas muito demarcadas. Segundo os estudantes, o fator racial não comparece enquanto uma questão aparente nessas relações.

A maioria dos entrevistados relata que a convivência entre os estudantes tende a ser harmoniosa, sem experiências relacionadas a discriminação racial. Apenas um entrevistado, Adriano, relata já ter vivenciado situações de preconceito no seu dia a dia na universidade, citando uma, especificamente, em que se sentiu discriminado.

Contudo, mesmo os demais entrevistados afirmando não terem vivenciado situações discriminatórias com relação à sua cor ou características fenotípicas no convívio com os estudantes, a resistência às cotas por parte de alguns colegas de turma aparece mais diretamente no discurso de duas entrevistadas, Fernanda e Simone.

Nas relações que são estabelecidas entre os estudantes nos quatro cursos analisados, percebe-se que há muito mais uma divisão entre cotistas e não-cotistas, pelo menos de maneira mais explícita, tanto pela diferença socioeconômica entre os grupos, quanto por situações onde há alguma manifestação de preconceito.

Sobre o relacionamento entre os alunos brancos e negros, Marcelo afirma:

Ah, é muito tranquilo. Muito tranquilo, porque a turma, como um todo, a gente até brinca ainda, porque desde o primeiro período tem sempre as identificações, e a turma, já no primeiro período, ela meio que se meio que polarizou, mas ela se polarizou no sentido, assim, de renda. Porque o pessoal que, por exemplo, com uma renda muito mais alta, eles geralmente moravam todos perto, [...] eles geralmente se conheciam e a tendência é de se aproximar mais, e do outro lado também a mesma coisa. Só que mesmo tendo essa, vamos dizer, essa certa polarização desde lá do começo, essa certa proximidade entre grupos, a questão, assim, em relação a negro ou não negro nunca foi uma questão que se evidenciou. Pode ter existido, mas nunca se evidenciou e sempre foi muito tranquilo, tanto em diversas confraternizações que a gente sempre organiza, quanto nas relações dentro da sala mesmo (MARCELO).

O termo “lado” utilizado por Marcelo na frase “do outro lado a mesma coisa” expressa a separação entre cotistas e não-cotistas que comparece também nas falas de Bruna, Adriano e Maria. Interpretar os grupos como lados demonstra que são dois lugares muito demarcados, e a diferença socioeconômica entre os dois explicita essa distinção.

Maria também chama a atenção para o aspecto socioeconômico enquanto uma variável que prevalece nas relações entre os estudantes de sua turma, provocando uma divisão entre os alunos, apesar da boa convivência entre todos. E afirma não observar diferenças ou discriminações entre os alunos com relação ao fator racial.

Eu não observo bem essa diferença por ser branco ou negro, eu não observo. De modo geral, independente da cor da pele, eu observo a diferença pelo nível social .

Na turma da qual eu faço parte há uma divisão muito grande. Divisão nos locais de onde a gente senta, o momento da gente fazer as atividades, estudar pra prova. Pra você ter uma ideia, no início do curso a gente sempre teve um grupo pra sala. Mas depois a gente ficou sabendo que o grupo da direita, né, coincidentemente direita e esquerda, eles tinham feito um grupo pra eles, só pra eles, pra compartilhar material, discutir prova, avaliação, e aí a gente ficou assim. E a gente percebia que o grupão não tinha mais tanto uso... Aí a gente também criou um grupo, que eu brinco que é grupo da esquerda, com xis, e começa por aí, pelos grupos de whatsapp. Então eu observo que tem várias coisas que diferencia. Algumas informações, elas não circulam. Um exemplo: fulano conseguiu uma prova de turmas passadas, às vezes só compartilha no seu grupo [...]. Mas há uma divisão no momento fora da UFMA, né, e na sala de aula. Eu percebo que há essa divisão (MARIA).

Para Bruna, a convivência com os colegas de turma se dá de maneira tranquila, e a estudante também aponta para o fato de a questão racial não comparecer nas relações. Diferentemente do relato de Maria, Bruna afirma que a turma se ajuda como um todo: os resumos são compartilhados com toda a turma, e quando surge oportunidade de bolsas, por exemplo, todos ficam sabendo. Entretanto, a estudante também destaca a “separação” que existe entre os cotistas e os não-cotistas, no que se refere à realidade financeira desses estudantes.

A gente nem sabe quem é cotista ou não. Só que acaba sendo assim, por exemplo, as pessoas que não foram pra uma festa, é... não foram por que? Porque tá sem dinheiro, aí acaba que outro fala assim: “eu não fui, porque eu tô sem dinheiro”, “ah, eu também não fui por isso”, aí acaba... essas pessoas acabam se juntando e saem pra outro lugar. Então acaba dividindo aos poucos, sem perceber. [...] Então, às vezes, assim, a sala, em si, ela não te discrimina muito por tu ser cotista e tal, mas acaba surgindo essas divisões por isso, entendeu. Diretamente, nunca sofri por ser cotista, ser negra, etc., mas as ocasiões que vão surgindo acabam te separando, acabam separando as pessoas. Então sair em turma há muito tempo eu não faço, que eles saem pra lugares muito caros (BRUNA).

A questão de os alunos da turma não saberem quem é cotista e quem não é, que comparece no início da fala de Bruna, foi citada também por Luciano, Gustavo e Adriano. Gustavo menciona que os estudantes não costumam falar que são cotistas, até porque muitos não se enquadram nos requisitos e são estudantes que fraudaram as cotas.

Adriano também cita o fato de até hoje não saber quem são os cotistas da sua turma. Diz que já tentou saber junto com outro amigo, de formas indiretas, ao propor algumas discussões dentro do grupo, mas que aconteceu de as pessoas não se acusarem e não falarem nada. Luciano associa o fato de não se saber quem é cotista à convivência harmônica entre os colegas:

Pra resumir tudo, eu tô aqui há... o meu curso é de cinco anos, eu tô aqui há quatro anos, e pessoas do mesmo período que eu não sabem que eu sou cotista e eu também não sei quem é cotista do meu curso. Então, por aí você tira que tem uma relação

extremamente saudável com todos, entendeu. É algo que nunca foi de relevância, nunca. Na verdade, nesses anos nunca nem me perguntaram sobre isso (LUCIANO).

Três pontos chamam a atenção nessas falas, principalmente na de Luciano. O primeiro é que parece haver uma tentativa por parte do estudante de demonstrar que o racismo não faz parte de sua vida. Voltar-se-á a essa questão mais à frente, na seção sobre identidade.

O outro ponto é de se questionar o porquê desse silêncio sobre ser ou saber quem é cotista. Não se fala sobre isso porque realmente é irrelevante, não faz diferença para os estudantes, ou há razões para se ignorar essa informação? As falas de Fernanda e Simone demonstram que ser cotista parece sinônimo de ser malvisto pelos colegas e até mesmo pelos próprios negros.

Ainda fica como um ponto de inquietação: por que os estudantes tomam a desigualdade econômica como um fato naturalizado que permite a separação e não questionam as origens históricas dessa desigualdade associada a questão racial, que agora aparece nos cursos de elite de maneira mais marcante? Talvez esse questionamento explique o silêncio sobre as cotas e uma suposta “harmonia” nas turmas.

Fernanda relata que no seu curso nunca sofreu nenhum tipo de preconceito com relação ao fato de ser negra, mas pondera: “eu acho que se eu tivesse um tom de pele mais marcante do negro, eu conseguiria falar essa experiência de uma maneira melhor”. Contudo, enfatiza que não sente diferença no tratamento entre os estudantes com relação à cor da pele, afirmando que todos são bem tratados, inclusive “os que são negros mesmo, visualmente você olhando, eu nunca notei nenhum tipo de preconceito com eles em relação a isso”.

A estudante considera essa convivência “uma coisa bonita” no curso de Engenharia Química, pois apesar de haver nas conversas um certo preconceito da maioria dos estudantes com relação à política de cotas, afirma que o mesmo talvez seja “intrínseco”, e que só se percebe no discurso, mas que no dia-a-dia, nas vivências, não se nota esse preconceito.

Na verdade, assim, pelo menos na Engenharia Química existe um choque, né, os meninos da minha turma, alguma vez a gente tava comentando, e aí eu comentei que eu tinha entrado por cotas, aí todo mundo “ah, como assim tu entrou por cota de negro?”, até porque a maioria discorda, né [...] Mas em relação a cor eu nunca senti nenhum tipo de preconceito, nenhum tipo de represália. Só isso, esse susto, que eu acredito que, em conversas que a gente tem às vezes, eu já percebi que a maioria é contra a política de cotas. Falam que é desnecessária (FERNANDA).

Sobre a expressão “os que são negros mesmo”, que associa o tom mais escuro da pele a uma experiência de racismo mais contundente e também categoriza a negritude, entre os “mais” e “menos” negros, aprofundar-se-á melhor no próximo capítulo.

Quando Fernanda menciona que há um preconceito “intrínseco”, que não se manifesta às claras, mas aparece no discurso de maneira sutil, retoma-se ao chamado preconceito encarnado apontado por Ferreira e Camargo (2013), ao qual já se referiu anteriormente, que é característica do racismo à brasileira. A estudante também não consegue associar a opinião acerca da política de cotas com opiniões acerca das relações étnico-raciais no Brasil.

Fernanda enfatiza que não percebe esse discurso prevalecer no tratamento dos estudantes com seus colegas, afirmando que essa crítica que muitos fazem não aparece de maneira muito declarada em suas falas, “mas deixa aquele ar de que dá pra conseguir sem cota e tudo”. Sobre a opinião dos colegas, Fernanda descreve:

Eles costumam... conversas, assim, que a gente já teve, conversas casuais, eles acham errado, né, de que aquele discurso de que todo mundo tem as mesmas oportunidades. [...] Aquele discurso da meritocracia que a maioria das pessoas fazem. Se alguém não consegue as coisas, é porque não corre atrás e tal, né, que eu inclusive acho um absurdo uma pessoa que mora no Maranhão (sorri) manter esse tipo de discurso, né. Que a gente vê a nossa realidade como é muito gritante. Quando tu sai daqui, né, e mora em outro lugar e volta pra cá, tu percebe como existe muito absurdo aqui no nosso estado. [...] Então existe isso, sim. Eu acredito que a maioria é contra. Até pelo histórico social de criação, de educação, talvez vindo de uma base familiar que tem mais estrutura e que ostenta esse discurso, né, de que “eu tô aqui porque eu consegui, eu tô aqui porque eu me esforcei”. Então todos sempre têm esse discurso (FERNANDA).

Um ponto interessante que aparece na fala de Fernanda diz respeito ao fato de essa convivência harmônica, sem preconceitos ou discriminações, apesar de um discurso que demonstra a reprovação da maioria dos alunos com relação à política de cotas raciais, estar associada à comprovação por parte dos alunos cotistas de que são capazes de ter um bom rendimento, e por conseguinte, estarem no mesmo patamar dos alunos que ingressaram na categoria de ampla concorrência.

Sobre essa questão, Fernanda pontua:

Agora que a gente já tem um histórico construído... eu falo, porque eu conheço os meninos assim que também entraram por essa cota, acho que são seis ou doze, alguma coisa assim, que a gente já tem uma certa, é... visão dentro do curso, não existe mais nenhum tipo de comentário. Mas eu acho que os alunos que entram lá no primeiro período, já passam por esse tipo de comentário, né, até eles construírem a carreira deles aqui dentro e provarem que podem ter um rendimento tão bom ou melhor do que os alunos que não entraram por cota (FERNANDA).

Interessante isso de o não preconceito, a não reprovação explícita e direta e a boa convivência estarem associados à comprovação de um bom rendimento por parte dos alunos cotistas. Isso comparece na fala de Fernanda:

Eu aqui comigo e com meus colegas de turma, talvez não exista por conta do nosso rendimento acadêmico sempre ter sido bom, então isso acaba mostrando de que “ah, os alunos cotistas podem estar no mesmo patamar acadêmico”. Mas talvez um aluno que enfrente dificuldade por vir de uma estrutura familiar, educacional, que não deu toda estrutura pra ele, com certeza ele deve sentir (FERNANDA).

A concepção de meritocracia, citada por Fernanda, corresponde a um dos argumentos defendidos por quem se diz contra às cotas raciais. Para algumas pessoas o problema das cotas está justamente em ignorar e contrariar a noção de mérito e valor individual, e a ação afirmativa iria contra um princípio universalista básico, a saber, o de que a lei deve ser aplicada aos indivíduos, e não, a grupos específicos. Ou seja, ao indivíduo, independente de suas características naturais e de sua pertença social.

Para os que assim pensam, reservando-se cotas para um grupo específico, estar-se-ia contrariando um valor tão importante e igualmente tão difundido nesta sociedade, o de que para se alcançar uma vaga na universidade, temos que fazer por merecer, ferindo os princípios de equidade e individualidade tão caros à ordem democrática. A opinião dos colegas de Fernanda de que “dá pra conseguir sem cota” expressa esse tipo de pensamento.

Contudo, como defende Guimarães (2005), essa concepção “trata-se de algo grave, principalmente quando aplicado a uma sociedade em que é tão difícil fazer pautar a conduta das pessoas por valores de universalidade, formalidade, mérito e competência.” (GUIMARÃES, 2005, p. 201).

É importante salientar que os que defendem a política de cotas raciais não criticam os valores individualistas em si, mas a ideia de que esses valores:

[...] estruturam ou orientam, sempre, ações específicas. Ao contrário, os valores, em geral, escondem e justificam ações diferentes das que explicitam. Ou seja, a primeira resposta dos defensores das ações afirmativas, que empregam critérios raciais explícitos, é que não existe, de fato, nenhuma esfera social que opere com base no puro mérito, se é que existe “puro mérito” (GUIMARÃES, 2005, p. 178).

O que deve ser refletido e questionado é se o mérito, ou quaisquer outros dotes intelectuais, não são encobertos por desigualdades raciais e de classe, as quais podem ser reparadas por políticas compensatórias. Num certo sentido, a política de ação afirmativa seria “uma defesa da legitimidade do mérito e uma tentativa de livrá-lo da contaminação de acidentes raciais, étnicos ou sexuais; sua virtude está em procurar evitar que mecanismos meritocráticos acabem por concentrar no topo indivíduos de uma mesma raça, etnia ou sexo”. (GUIMARÃES, 2005, p. 204).

Esse preconceito ao qual Fernanda se refere, com relação às críticas de muitos alunos sobre a política de cotas raciais, aparece mais concretamente nas vivências de Simone, que descreve uma experiência de discriminação no início do curso de Psicologia.

Acho que no quarto período, eu passei por uma situação muito escrota, muito chata. Eu tava na ágora com um grupo de pessoas da nossa turma original, e sabe o que eles fizeram? Eles começaram a fazer tipo uma entrevista entre nós: “Tu entrou por cota? qual?”, “tu entrou por cota? qual?”. E eles chegaram em mim: “tu entrou por cota?”. Aí eu falei “sim”. Me olharam muito feio, muito feio mesmo [...] Aí um deles pegou e falou: “fulana (outra aluna da turma) é negra, né, eu acho que ela também entrou”. Aí ficaram aquela coisa assim, estranha... E aí foi uma situação muito chata, porque eu falei, mas sabe aquela fala, assim, “eu vou ter que falar, porque eu não posso aqui... eu tô sendo uma impostora se eu não falar”, né. Mas aí logo em seguida foi uma situação muito chata, me olharam torto e começaram a falar umas coisas, não foi legal (SIMONE).

Ainda sobre sua experiência com os alunos na universidade, Simone cita ter presenciado uma situação em que uma estudante negra se posicionou contra a política de cotas raciais, pontuando que esse preconceito nem sempre vem somente dos brancos, mas os próprios negros, em parte dos casos, são contrários às cotas raciais.

Eu nunca vou esquecer disso, a gente tava numa roda de conversa, ela começou a falar que ela não aceitava, que pra ela era outro caminho, que era por causa dessas cotas que continuava esse preconceito inteiro, imenso. Ela reproduziu algo que eu li na revista Veja uma vez, foi mais ou menos isso. Eu nunca vou esquecer, eu até falei isso pra ela: “olha, tu tá reproduzindo o que eu li um dia desse numa revista, muda tua ficha aí”. E aí ela falou o que ela tinha pra falar e foi embora, né. É o que eu tô te falando, não vem só dos brancos, os próprios negros, tem uma porção bem grande, que fala que não, que não aceita esse lugar (SIMONE).

“Esse lugar” ao qual Simone se refere é o do sujeito que é visto como incapaz e inferior, que tem as suas qualidades e competências colocadas em xeque, como já citado anteriormente, quando Ferreira e Camargo (2013) citam a ideia de “culpabilidade da vítima”, e apontam para a característica do racismo no Brasil que dissemina uma visão negativa dos negros, ao mesmo tempo que nega o preconceito.

Por isso os próprios negros muitas vezes são contra a política de cotas raciais, como uma maneira de negar esses valores compartilhados e que são incorporados por eles mesmos. Como afirmam Maggie e Rezende (2001), o caráter nocivo da coexistência do mito da democracia racial e do racismo se dá “[...] porque o primeiro existe para ‘mascarar’ o segundo, impedindo a tomada de consciência daqueles que são oprimidos pelo racismo, dificultando a formação de um movimento negro grande e eficaz, e contribuindo, portanto, para a manutenção do status quo” (MAGGIE E REZENDE, 2001, p. 8).

Adriano relata que nunca houve situações de discriminação em sua turma original, e que sempre houve discussões em sala a respeito de questões sociais, inclusive a questão racial, mas que a turma em que se encontra atualmente, após ter tido uma experiência de intercâmbio e ter passado para a turma do período anterior, é mais segregada, a estrutura da turma é marcadamente dividida e os alunos tendem a não falar muito entre si.

No que diz respeito à UFMA, de maneira geral, Adriano diz perceber que existe o preconceito, mas considera que na sua unidade acadêmica, o Centro de Ciências Humanas, “ele não é tão perceptível. É algo mais, pelo que eu percebo, é algo mais silenciado, é algo mais... é uma agressão visual, é um tipo de agressão mais silenciada, sabe”.

Mesmo não passando por experiências de preconceito mais explícito e direto com os colegas de turma, Adriano relata uma situação em que se sentiu discriminado por alunos do seu curso de Psicologia durante uma experiência na Liga de Psiquiatria.

Adriano conta que foi convidado pela companheira de seu professor no curso de Psicologia a participar da apresentação de um projeto de pesquisa sobre consultório na rua, no prédio de Medicina. Por se tratar de um tema que correspondia a um de seus interesses de pesquisa, a população de rua, Adriano decidiu participar daquele momento, mas relata que alunos da Psicologia, que faziam parte da Liga de Psiquiatria, incomodaram-se com a sua presença.

Mas acabou que eu não fiquei na pesquisa, porque quando eu cheguei, tinha alunos de Psicologia e esses alunos de Psicologia eles se sentiram altamente incomodados com a minha presença ali. É... ah, “o quê que isso faz aqui?”. Se refere a mim como “isso”? Não sei até que ponto dessa pessoa, né, ela se dirige a esse “isso” a mim como uma série de ataques de racismo ou, enfim, não sei qual foi o preconceito dela ali categorizado, mas foi um preconceito muito grande, eu senti isso, muito forte, né. [...] E aí eu: “cara, não vou ficar aqui, não” [...] É isso, né, “em todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, e aqui nesses cursos também tem. E é assim que acontece as coisas. Então depois disso daí eu fiquei triste pra caramba, assim. [...] Mas isso foi um evento, pra mim, muito chato, sabe. Porque eu já tinha sofrido vários olhares, assim, sabe, mas ter escutado isso foi uma coisa diferente pra mim (ADRIANO).

Dos entrevistados, Adriano é quem traz situações em que o fator racial aparece de maneira mais explícita, enquanto os demais relatam experiências mais voltadas para uma discriminação ou divisão a nível socioeconômico, entre cotistas e não-cotistas, alguns até mesmo afirmando não considerarem a raça enquanto uma questão no relacionamento entre os estudantes.

Entretanto, cabe questionar até que ponto o fator racial é desconsiderado na maneira como as relações são estabelecidas entre os estudantes nesses quatro cursos. Mesmo sem relatos de um racismo direto nessa convivência, há um preconceito e discriminação com

relação aos cotistas, seja de maneira implícita, apenas com a divisão da turma como muitos colocaram, seja de maneira mais declarada, como se percebeu nas falas de Fernanda e Simone.

Quando se fala em cotas sociais, parece haver um consenso de que elas são necessárias por conta do comprometimento da educação pública no Brasil, então não há polêmica em torno de sua constitucionalidade ou legalidade. Com relação às cotas raciais, vê-se o debate que as mesmas tendem a causar, ainda hoje, após dez anos de cotas na UFMA.

Não há como se desconsiderar que exista um racismo nessas colocações contrárias às cotas. A sua polêmica reside, justamente, no ponto já discutido no decorrer deste trabalho: o mito da democracia racial que sustenta a estruturação da sociedade brasileira entre dois grupos, o branco e o negro, e garante a manutenção dessa dinâmica.

Dessa maneira, o estudante negro cotista precisa se haver com duas questões: o preconceito com relação à sua cor, já sentido fora da universidade, e o preconceito com relação a ser cotista, onde é exigido o tempo inteiro a provar que merece um lugar na universidade.

Não se percebeu diferenças entre os cursos na maneira como as relações entre os estudantes são estabelecidas. Em todos os cursos compareceu essa divisão demarcada entre cotistas e não-cotistas, provavelmente por se tratar de cursos elitizados, onde a presença branca, com outra realidade socioeconômica e outra mentalidade, é maioria.

Os cursos onde esse preconceito mostrou-se de maneira mais declarada foram os cursos de Engenharia Química e, curiosamente, de Psicologia. Nos cursos de Engenharia, por serem da área de Exatas, possivelmente há a tendência de os estudantes posicionarem-se dessa maneira por serem cursos mais rígidos, com um certo nível de cobrança e exigência, e onde não há o costume de se discutir tanto questões sociais.

O curso de Psicologia chama a atenção com seus dois estudantes relatando experiências em que se sentiram vítimas de preconceito e discriminados, em que se espera um pensamento voltado ao outro e àquilo que é subjetivo, ao que é humano. Esse dado reforça a necessidade de se discutir o racismo e as questões a ele relacionadas no curso, e de se questionar o porquê de a Psicologia não considerar a questão racial como um problema seu.

4.2.2 Relacionamentos entre estudantes e professores

A respeito do relacionamento entre professores e alunos, os estudantes afirmam que de maneira geral ocorre de forma saudável, sem manifestações diretas de preconceito racial ou

situações explícitas de discriminação. A maioria relata não ter vivenciado situações dessa ordem, ou mesmo presenciado.

Maria e Bruna mencionam professores atenciosos, que entendem as especificidades dos estudantes cotistas, e que oferecem assistência em determinados momentos. Contudo, as duas estudantes, assim como Gustavo e Simone, relatam situações pontuais pelas quais passaram ou souberam, em que o preconceito tenha se manifestado.

Maria relata um caso específico na sua turma de Direito, mencionando um professor que, segundo a estudante, corresponde a uma exceção dentre os demais. A estudante afirma que o mesmo possui um perfil “bem elitizado”, e que já responde a alguns processos. Por ser um caso público, prefere se reservar e não citar as falas desse professor, pois pode identificá-lo por serem bem características dele. Mas afirma que seu tratamento era diferenciado, e cita o exemplo de que costumava lançar falta em alunos que não haviam faltado, e que, coincidentemente, eram os alunos cotistas, de condição social menos privilegiada.

Simone afirma saber de apenas uma situação, a qual não presenciou, mas ficou sabendo. Conta que um professor do curso de Psicologia teria chamado uma aluna do curso de “macaca”, em tom de brincadeira. A estudante afirma que ficou sabendo pela própria vítima, sua amiga, que é negra, mas não sabe dizer se é cotista.

Bruna e Gustavo relatam situações no curso de Medicina. O estudante destaca que o hospital ainda é uma instituição de médicos brancos “e que ainda veem os alunos negros com um olhar diferente”. Menciona que o preconceito com relação ao cabelo é bastante presente no hospital, ele mesmo já tendo passando por uma situação por conta de um único dread no cabelo que usou durante um tempo. E conta que um amigo, que usa *black power*, já foi questionado por uma professora se ele manteria aquele cabelo “grande” após se formar.

Gustavo ressalta que mesmo sem ocorrer situações de racismo explícito por parte dos professores, percebe, por vezes, um tratamento diferenciado.

Então, acredite, nenhum deles ainda chegou pra mim e disse: “não, porque você é preto”, “não, porque você é menos inteligente” [...] Mas a gente percebe quando um professor dá mais crédito pra outro aluno, ou pra um grupo de alunos do que pra outro grupo, e a gente não percebe diferença nenhuma, se não ser a cor da pele. Nenhuma, a gente não percebe diferença nenhuma. Então a gente percebe que quando a gente erra, às vezes a gente é cobrado mais, e quando o outro erra, às vezes ele recebe um sorriso (GUSTAVO).

O estudante exemplifica citando um professor cujas aulas tinham uma dinâmica diferentes dos demais. Eram os próprios alunos que ministravam as aulas, e o professor escolhia quem ficaria responsável e a maneira de apresentar.

Gustavo afirma considerá-lo “extremamente racista” devido às experiências com suas aulas, e conta que as pessoas com quem o professor conversava ou escolhia para apresentar as aulas eram todas brancas, e a única negra que já havia sido chamada, “era a negra mais clarinha dentre todos”.

Das vezes que ele chamou, o primeiro negro que ele chamou pra falar alguma coisa, foi porque a gente chegou atrasado. E a gente chegou atrasado de propósito, porque a gente queria chegar atrasado e ver se talvez provocando ele, ele chamaria. E ele o fez. Então ele chamou pra fazer a parte mais difícil, e até hoje eu não esqueço, foi bem recente isso, né. Isso foi uma experiência ruim que eu tive e que eu não pude tirar nada de bom dessa experiência, nada, nada. Nem mesmo fortalecer a minha autoestima, não pude. Então foi uma experiência ruim, mas que serviu pra eu identificar que existem pessoas assim ainda e vão existir por muito tempo (GUSTAVO).

Bruna também cita a questão do preconceito com relação ao cabelo, mencionando que presenciou casos de dois amigos que escutaram comentários do tipo: “meu Deus, tu vai assustar o paciente se não cortar esse cabelo”. A estudante destaca que os professores costumam não querer saber a origem dos alunos, se vêm de escola pública ou privada, e que acha que “preferem deixar isso mesmo para a reunião de professores”.

Segundo Bruna, eles costumam brigar entre si acerca de suas opiniões sobre a política de cotas, mas não transferem isso para o aluno. E cita uma discussão entre dois professores em uma rede social:

Dois professores tavam brigando, né, que um era a favor e outro não, na rede social. Aí só um aluno... todo mundo tava vendo e tal, né, assim, tirando print, mostrando nos grupos. Aí só um foi capaz de falar lá, né, dar a sua opinião. As pessoas preferem não comentar muito o assunto. Mas, assim, elas se assumem. Por exemplo, tem uma turma, a gente fala: “eu sou”, “eu sou”, mas ninguém fala assim “ah, eu acho isso de cotas”, ninguém fala nada, prefere não falar. Então acho que também por isso nunca sofri nada (BRUNA).

Todos os estudantes entrevistados, mesmo os que não vivenciaram situações de preconceito racial no relacionamento com os colegas ou professores, afirmam acreditar que existe racismo na universidade. Para Marcelo, há uma tolerância, mas o preconceito ainda existe. O estudante afirma: “Possivelmente até dentro mesmo do curso de Direito, mas há aquela certa parcimônia, as coisas não se manifestam de forma clara”.

Na opinião de Luciano, isso acontece por conta de o racismo ser muito combatido atualmente. Então mesmo que haja professores com pensamentos racistas, por exemplo, estes acabam sendo suprimidos, por temerem a exposição.

Excetuando-se casos pontuais, como o professor citado por Maria, e o caso citado por Simone, os entrevistados afirmam que não há discriminação por parte dos professores na relação com os estudantes negros cotistas. Essa boa convivência, no entanto, é questionada,

não só pelos casos citados pelas estudantes no curso de Direito e Medicina, como pela opinião de dois entrevistados, Marcelo e Luciano, que afirmam haver na verdade *uma “parcimônia”*, ou um temor à exposição. Parafraseando o professor citado na introdução: ninguém quer falar de negro, ninguém quer falar de cotas.

A exceção diz respeito ao curso de Medicina, em que os dois entrevistados do curso citam manifestações racistas de professores com relação ao cabelo de estudantes negros. Gustavo ainda refere sentir-se tratado de maneira diferente, juntamente a outros colegas negros, por um professor que exige e cobra mais dos alunos cotistas. E Bruna relata a “briga” entre os professores, pelo fato de alguns posicionarem-se contra as cotas.

Como mencionado, Nunes (2011) aponta esse aspecto no seu trabalho sobre o processo de aprovação das cotas raciais na UFMA. O autor cita a resistência nos cursos da área da saúde, mais elitizados, com relação às cotas raciais, destacando que todos os professores do curso de Medicina presentes no momento de discussão da aprovação se abstiveram de votar, retirando-se do salão nobre do Palácio Cristo Rei onde se dava a votação.

Nunes (2011) destaca que fizeram isso em forma de repúdio, e provavelmente omitiram-se para não se contrapor ao Reitor, à época Fernando Ramos, que fazia parte do curso de Medicina.

O autor faz referência à “mentalidade branca” da maioria branca que compõe os cursos mais elitizados, como o de Medicina, que veem a presença do grupo negro, proporcionada pela política de cotas, como uma ameaça, uma vez que o grupo branco foi quem sempre se manteve ocupando determinados espaços, como a universidade.

Como afirma Vieira (2016), as teses racialistas defendidas no período abolicionista e de construção da nação partiam do pressuposto pautado em uma relação unívoca entre “civilização e branquitude”, com a efetiva discriminação racial contra os negros e a desvalorização de suas características.

Nessa dinâmica criaram-se regras que garantem privilégios a alguns sujeitos, no caso, a população branca, que se vê dominante nessa hierarquia estabelecida e que tem o interesse de mantê-la, em detrimento do grupo negro. Para isso, opõe-se a políticas que garantam a inserção dos negros em espaços que foram historicamente ocupados pelo seu grupo.

5. SER NEGRO E COTISTA

Quando se trata de uma pesquisa em Psicologia sobre as vivências de estudantes negros cotistas, além de buscar compreender as relações raciais no ambiente e identificar as dificuldades particularmente sentidas por esses estudantes, não há como desconsiderar os efeitos subjetivos do cotidiano e das experiências vividas na universidade.

Nesse sentido, buscou-se analisar a subjetividade desse estudante, no que se refere a como ele se sente no ambiente universitário e como se avalia em seu percurso acadêmico, além de compreender a construção da identidade dos estudantes negros, e se a política de cotas raciais interfere ou influencia nesse processo, seja no momento de escolha pela cota racial, seja no dia a dia na universidade e as questões que podem surgir.

Além de questionados sobre vivências de preconceito e discriminação racial no ambiente acadêmico, os entrevistados também foram interrogados se já sofreram racismo fora da universidade, como se deu o processo de reconhecimento da identidade negra, se reconheciam-se enquanto negros antes de ingressar na UFMA pelas cotas raciais, e se esse ingresso alterou, de alguma maneira, sua identificação como negro.

Mesmo sem o relato de experiências e situações vividas de preconceito racial declarado na universidade, todos os estudantes relatam já ter vivenciado situações em que houve uma manifestação de preconceito e discriminação racial em algum nível.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender e descrever os efeitos subjetivos das experiências de discriminação vividas por esses estudantes, assim como o processo de reconhecimento de sua identidade.

5.1 Processos de construção de subjetividade de estudantes negros cotistas

Questionado a respeito de se considerar negro antes de entrar na universidade pelas cotas raciais, Marcelo afirma que “inteiramente, muito”, e discorre sobre esse processo:

Esse é um ponto muito curioso, porque quando eu era criança era um ponto muito problemático, porque qualquer coisa relacionado ao negro era sempre muito depreciativo, tanto em questões das relações entre colegas na sala de aula, quanto os comentários que a gente ouvia nas ruas, quanto determinados apelidos ou coisas do tipo. Então, enquanto criança eu já me via com uma certa questão muito importante, porque era uma questão de afirmação. **Porque você se via enquanto negro, mas você via o seu papel e a sua condição como de certa forma desvalorizada, subcolocada, um local secundário, onde a importância... é quase um cidadão de segunda classe.** (MARCELO, grifo da autora)

O trecho grifado da fala de Marcelo exprime o conceito de colonialidade do ser proposto por Maldonado-Torres (2007) e discutido anteriormente. O autor auxilia na compreensão na compreensão dos efeitos da experiência da colonialidade na constituição da subjetividade e da experiência vivida dos sujeitos subalternizados.

No que diz respeito à experiência racial, Maldonado-Torres (2007) defende que a invisibilidade e a desumanização são as expressões primárias da colonialidade do ser. O que é invisível em relação ao negro é a sua própria humanidade. É um ser que “não-está-aí”.

O estudante conta que essa consciência só surgiu posteriormente, com o tempo, principalmente quando deixou o seu bairro para ir estudar no Liceu. Afirma que essa foi uma questão durante toda a sua adolescência, mas que durante o ensino médio foi exposto a diferentes formas de pensar, e todas as leituras, discussões em sala e assuntos das aulas lhe deram suporte para ter consciência de sua posição, de onde veio, sua condição enquanto negro e como a cultura negra foi tratada no Brasil.

Marcelo diz acreditar que quanto mais informações se tem, mais se tem suporte para tomar decisões sobre como seguir a vida, e afirma que foi a partir daí, de sua experiência no ensino médio com discussões e conhecimento sobre a sua história, que sua negritude deixou de ser considerada enquanto algo de menor valor, e passou a ser motivo de orgulho. Marcelo destaca a importância de conhecer sua história e de se reconhecer enquanto negro no processo de autoafirmação, uma vez que os negros são vistos como inferiores, sendo sempre mais cobrados e tendo suas capacidades questionadas.

Eu me sinto negro, sei da minha história, sei do peso que eu carrego, e dentro da universidade a gente vê o quanto isso é importante, porque em determinados momentos a gente tem que se... não é que se veja notar, como é que eu posso dizer... os testes, a forma de se colocar e a forma como você é visto, elas exigem de você muito mais pra você poder superar aquele papel de que geralmente você é visto. Geralmente não se vê no negro uma capacidade de, por exemplo, entrar nos meios de pesquisa ou tá dentro dos centros de discussões e debater com argumentos entre qualquer plateia. E eu sempre senti isso como... a gente tem que se afirmar meio que duas vezes, a gente tem que tá sempre muito seguro do que a gente tá falando, a gente tem que ter autoridade pra tratar de determinados pontos e falar sempre com segurança e ter um nível de desempenho semelhante ao dos colegas pra que essa questão, ela não se coloque em primeiro plano (MARCELO).

A expressão utilizada por Marcelo “sei do peso que eu carrego” também demonstra esse aspecto de uma subjetividade que é constituída em tornos de valores negativos, em que o indivíduo é sempre questionado ou visto com desconfiança. Há um “peso” que faz parte desse processo e que é constitutivo desse sujeito.

Com relação a situações de preconceito racial pelas quais já tenha passado, Luciano diz que “não é algo muito confortável de se conversar”, mas que as situações típicas são

aquelas geralmente consideradas “brincadeiras”. Para o estudante, antigamente o racismo era mais explícito e hoje está “mais sofisticado”, com o uso de eufemismos para suavizar expressões ou comentários racistas, e complementa relatando como se sente nessas situações:

“Ah, era só uma brincadeira”, só que no fundo, no fundo eu tô usando aquilo ali pra atingir alguém. [...] A gente sorri, só que não se sente muito confortável de tá ouvindo aquilo constantemente, entendeu. [...] Tipo que em conversa ali entre amigos, você tá falando de um assunto um pouco complicado, é... policiamento, bandidagem, esse tipo de coisa, e alguém acaba soltando que “ah, quem tem a maior chance de ser o revistado daqui?”, “quem tem maior chance de ser preso?”, entendeu. Aí acaba apontando pra quem? Pra pessoa com a pele mais escura. E isso não é muito legal de se passar (LUCIANO).

A fala de Luciano remete mais uma vez à concepção de racismo à brasileira já discutia anteriormente, um preconceito racial que foi incorporado nas construções pessoais dos indivíduos, que discriminam racialmente o outro que é visto como de menor valor. Tão encarnado, que se dá de maneira sutil, nas “brincadeiras”, mesmo quando o indivíduo que discrimina não se considera preconceituoso.

Adriano considera que é “tolerado” em alguns espaços pelo fato de a cor da sua pele não ser tão escura. Não acredita que haja uma aceitação, e, sim, uma tolerância em relação à sua presença, mas, ainda assim, relata situações de preconceito pelas quais já passou. Como exemplo, cita o preconceito sofrido por parte da polícia ao pegar o ônibus para voltar para casa:

Várias vezes já teve blitz, e, quando eles não mandam descer todo mundo do ônibus, eles apontam as pessoas que eles querem pra descer. Então já teve vezes que o ônibus tava com todo mundo sentado, né, aí o cara aponta só pra mim, pra eu descer. Eu: “qual foi teu critério de seleção, cara?!”. Não dá pra questionar isso pra ele, né, porque, enfim, a diferença entre mim e ele é que ele tem a força. E eu não tenho. Então isso acontece assim fora daqui da universidade, essas questões (ADRIANO).

A menção à tolerância associada a uma cor “não tão escura” remete à concepção de “preconceito de cor” discutida por Guimarães (2005), que caracteriza a maneira como a discriminação racial ocorre no Brasil.

Alguns autores acreditam que nem se pode falar da existência de grupos raciais no Brasil e, sim, de “grupos de cor”, uma vez que há uma dificuldade em se definir quem é negro no Brasil, visto que não há regras claras que determinem uma descendência biológica e que não se definem os negros com a máxima de que uma gota de sangue negro faz de alguém um negro (GUIMARÃES, 2005). Em vez disso, diferenças de aparência física e a variedade de status adquiridos e adscritos, interagindo entre si, que ditam as classificações.

Para Guimarães (2005), entretanto, é falsa essa noção nativa de cor, pois só é possível que se pense na “cor” como algo natural “[...] se supusermos que a aparência física e os traços fenotípicos são fatos objetivos, biológicos, e neutros com referência aos valores que orientam a nossa percepção. É desse modo que a ‘cor’, no Brasil, funciona como uma imagem figurada de ‘raça’.” (GUIMARÃES, 2005, p. 46). Sem a existência de regras claras de descendência, não há como se falar em “raças”, mas em grupos de cor.

Contudo, não há uma objetividade, não há nada espontaneamente visível nos traços fenotípicos (como cor da pele, espessura dos lábios e dos cabelos ou formato do nariz), nem mesmo há uma especificidade ou mais fácil discriminação nesses traços do que em outros, como a cor dos olhos ou tamanho dos pés.

Esses traços só adquirem importância e significado quando fazem parte de uma ideologia preexistente – que estabelece e cria os fatos e relaciona-os entre si – e que, por isso, funcionam como critérios de classificação. Destaca: “Em suma, alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais.” (GUIMARÃES, 2005, p. 47). Nesse sentido, quanto mais escura a tonalidade da cor da pele, maior o preconceito racial e a discriminação.

Adriano também menciona a sua experiência no curso de Psicologia, fazendo um comparativo com os cursos de História e Filosofia. Relata que tanto no curso de História, na UEMA, como no de Filosofia, na UFMA, não sofreu situações de preconceito ou discriminação, diferentemente de sua experiência na Psicologia:

[...] E lá eu não tive nenhum tipo de preconceito, na Filosofia, também não. Mas quando eu entrei no curso de Psicologia, sim. E aí isso foi uma coisa que me entristeceu muito, assim. Eu, pô, tô num espaço universitário onde tava discutindo coisas em outros cursos de uma forma tão grande, tão legal, [...] e eu chego aqui e a pessoa olha, porra, “teu cabelo é engraçado”. Não é engraçado, não, cara, não tem palhaço aqui (sorri). Meu cabelo é assim. E aí isso incomoda, sabe [...] (ADRIANO).

Simone cita o racismo presente na sua vida desde a infância, quando já ouvia comentários que depreciavam suas características físicas, até mesmo dentro da sua casa. A estudante afirma já se identificar enquanto negra antes de ingressar na universidade, apesar de essa identificação não significar uma aceitação. Relata perceber-se negra por conta desses acontecimentos desde a infância, que chamavam a atenção para seus atributos físicos, mas que o reconhecimento enquanto negra, propriamente dito, deu-se posteriormente. Sobre o momento em que se percebeu negra, relata:

[...] Eu lembrei exatamente de um, foi uma lembrança da infância, de eu na mesa com meu pai, meu irmão e minha mãe, todo mundo comendo, e eu falando mal do nariz do meu irmão, né, que é um pouco mais bolinha, e meu pai pegou e disse assim: “para de falar isso, porque o teu nariz é de negro, tua boca é de negro, teu cabelo é de negro”. E eu não sei que diabos deu depois que ele veio dizer que eu tinha que alisar meu cabelo. É uma coisa muito complicada. Eu lembrei disso agora por que? Porque eu acho que naquele momento eu descobri que eu era negra. Mas não aceitei. Tanto é que eu alisava meu cabelo desde os 12 anos. Aos 12 anos de idade, eu pedi pra minha mãe me levar no salão e alisar o meu cabelo. E foi assim até os 18 anos, que foi a época que eu entrei aqui (SIMONE).

Simone conta que hoje usa seu cabelo natural, mas que não teve paciência para passar pela transição. Quando começou a se reconhecer e aceitar como uma mulher negra, raspou o cabelo, para não ter que esperar o tempo que ele levaria para crescer ao natural. Destaca que esse processo que muitas mulheres negras vivenciam por conta do cabelo, por exemplo, é uma tentativa de ser aceita “a todo custo, à força”.

Sobre isso, Simone complementa: “Essa aceitação, às vezes, ela meio que destrói com a tua identidade mesmo, porque, imagina só, tu nasce negra, né, tu nasce com o cabelo desse jeito, e aí com o tempo tu vai percebendo que tu tem que ter um cabelo mais baixo, por exemplo, para as pessoas te olharem” (SIMONE). E exemplifica contando que na época em que alisava o cabelo, gostava de colocá-lo para o lado, para que ele se mexesse, e que pensava: “as pessoas vão poder olhar e tal, e eu vou poder ter um comportamento igual àquela mulher que realmente tem o cabelo liso”, entendeu, isso era uma coisa que tava muito presente”.

Esse aspecto de querer “ter um comportamento igual àquela mulher que realmente tem o cabelo liso” demonstra a força do ideal de branqueamento imposto aos negros por conta de uma ideologia que instituiu o branco enquanto padrão de humanidade.

Como aponta Bernardino (2004), “o ideal do branqueamento não ficou restrito ao campo da política de imigração [...] mas ganhou vida própria entre os brasileiros, passando a significar a desvalorização de uma estética, cultura e história negra em favor de uma estética, cultura e história branca” (BERNARDINO, 2004, p. 17).

Simone descreve sua rotina na época em que alisava o cabelo, ressaltando que essa experiência talvez tenha sido um trauma muito grande, e para onde não quer voltar mais:

Eu passava, assim, a tarde inteira trancada no quarto, escovando eu mesma o cabelo, porque não adiantava esperar pra ir no salão, eu tinha que fazer isso com frequência, porque se a raiz cresce um pouco, ela fica aquela coisa assim, então era constantemente escovando, escovando a raiz, e pranchando, e o quarto inteiro aquela fumaça, aquela coisa horrível, do couro cabeludo tá queimando. [...] É isso que eu tô tentando falar, **é uma coisa que o tempo inteiro estão pedindo da gente: “olha, te**

adequa! Não, acho que tá errado. Te coloca nesse lugar, tu pode ficar melhor assim”
(SIMONE, grifo da autora)

Essa desvalorização com relação às suas características físicas, presente na vida de Simone desde a infância, permanece ainda hoje através dos comentários com relação ao seu cabelo natural. Por conta disso, para a estudante, ser negra no Brasil é pesado, e, ao mesmo tempo, é maravilhoso, e justifica:

Quando é pesado? Quando eu não consigo entrar em determinado grupo, no meio de algumas pessoas, sem ter que me alterar inteira pra aquelas pessoas me aceitarem. Por exemplo, como várias pessoas chegaram pra mim e disseram assim: “eu adoro teu cabelo, porque ele não é fuá. Olha, não deixa teu cabelo ficar fuazado, ok?”. **Isso dói pra caramba**, entendeu. Por que eu tenho que deixar meu cabelo bem assentado, entupir de creme pra tu me aceitar aqui? Mas é maravilhoso também, é ótimo estar no meio daquelas pessoas que te aceitam e que dizem “teu cabelo tá lindo, cara. Deixa ele mais fuá ainda”. Então acho que ser negro no Brasil hoje infelizmente ainda é muito difícil, muito pesado, muito pesado mesmo, assim, pro próprio negro, saca. É o que eu tava te falando, eu acho que os negros, na maioria, eles não se aceitam. As pessoas não estão se aceitando. E isso é uma coisa que pra mim é difícil de falar pela minha própria perspectiva, entendeu, eu acho que desde o momento que um negro não se aceita, ele tem que buscar entender por que que ele não se aceita, e isso foge de um padrão, entendeu. (SIMONE, grifo da autora)

O “não se aceitar” está ligado a essa desvalorização dos negros e de suas características, que acaba por destruir a identidade negra. Essa destruição, ou esse “apagamento”, como já se ouviu certa vez, é tão nocivo, que faz os negros rejeitarem a si próprios, suas características e sua história. E esse movimento não se dá sem efeitos subjetivos.

Nesse sentido, discute-se na próxima seção os desdobramentos dessa dinâmica na construção da identidade dos estudantes entrevistados, partindo-se do momento da escolha em concorrer ao ENEM a partir das cotas raciais às suas vivências e experiências na universidade.

5.2 Processos de construção identitária de estudantes negros cotistas

Em continuidade ao que foi adiantado na seção anterior, sobre os efeitos na construção da identidade dos negros que têm sua história e características físicas e culturais depreciadas e desvalorizadas social e historicamente, inicia-se esta seção com a experiência de Luciano, a partir do seu relato sobre o processo de reconhecimento de sua identidade.

Na fala de Luciano, percebe-se uma certa negação de sua identidade enquanto negro, que talvez não se dê de maneira consciente, mas que é efeito dessa dinâmica e faz com que o estudante desvalorize a sua identidade negra, de alguma maneira.

Há uma certa contradição no discurso de Luciano, que ao mesmo tempo em que diz reconhecer-se enquanto negro, parece rejeitar as especificidades dessa negritude, e ao mesmo tempo em que diz considerar o racismo ainda muito presente, e sofrer de comentários depreciativos sobre sua cor de pele e sua condição, dizendo até ser difícil falar sobre isso, afirma identificar-se “como um negro que é muito aceito”.

Parece haver uma tentativa de Luciano, um esforço a todo custo, como colocou Simone, de ser visto como alguém de valor, e para isso, parece se esforçar para embranquecer de alguma maneira.

Outros dois entrevistados, Simone e Adriano, compartilham da opinião de Luciano de que muitas vezes os próprios negros são preconceituosos uns com os outros, por não aceitarem, por exemplo, a mulher negra que alisa o cabelo, ou o negro que decide não se utilizar das cotas raciais para entrar na universidade, e por isso defenderem a liberdade do negro ser livre para viver e experienciar a sua negritude da maneira que lhe faça sentir bem, para que o movimento não deva partir para um radicalismo, em que os próprios negros sejam mal vistos e excluídos por não se enquadrarem no que o grupo impõe enquanto a maneira correta de ser negro.

Contudo, percebe-se na fala de Luciano uma certa ironia em alguns momentos, e uma tentativa de negar tudo o que é atribuído ao negro enquanto suas características, história e cultura africana.

Para Luciano, quando criança o negro nega o seu fenótipo por ter um nariz “um pouco mais largo” e por ter aprendido que o nariz afilado é mais bonito, e afirma que esse era o pensamento que costumava ter em relação a si próprio. Mas relata que à medida que foi amadurecendo e vivendo, passou a ter um olhar de que isso não é um aspecto negativo, nem positivo, apenas mais uma maneira de ser, que não há nada de diferente nisso.

Luciano afirma: “Porque a gente recebe tanta pressão, que, às vezes de maneira inconsciente a gente acaba julgando apenas uma coisa como bonita, e outra coisa como feia. Uma como errada e outra certa”. Por isso, defende a importância de programas sociais que discutam essas questões, o que considera que ainda falta na universidade.

Apesar de tudo, falta muito. Tem muito evento na universidade, muita coisa, muita palestra, só que morre. Tu vai, sobre negro... “uh, nossa, que coisa linda, nossa, que mulher maravilhosa, com um saião comprido, e um black power e um cordãozinho... morreu ali, pronto. Depois não tem. Essa é uma outra questão também que eles

veem como negro, às vezes, muito estereotipado aqui dentro da universidade, muito estereotipado. O negro tem que usar black power, ele usa alargador, ele sabe cantar hip hop e esse tipo de coisa. É algo também que é extremamente ruim, às vezes. Pensa que é algo positivo, é algo negro, tipo, que embeleza isso, endeusa isso, só que é horrível. Eu como negro, não quero um black power pra mim. Eu posso escolher não ter um black power, entendeu. Esse tipo de coisa também acaba sendo uma maneira de discriminação, às vezes dos próprios negros com outros negros. Achar que todo negro tem que ser igual, entendeu. É algo que eu vejo muito forte aqui dentro da universidade também (LUCIANO).

Mais do que defender a liberdade de ser, se comportar e se vestir como lhe faz bem, e não ser discriminado por outros negros por conta disso, percebe-se na fala de Luciano uma certa depreciação ao que ele caracteriza como “estereótipo” do negro, que diz respeito, justamente, às características e especificidades da cultura africana.

Sobre o que considera muito imposto pelo movimento negro, Luciano opina:

O negro ele tem que ser ali de movimento social, ele tem que ir pra rua, ele tem que militar e vestir uma camisa no peito. “Ó, como é que tu é negro e não vai lutar por ti?”. Enfim, essas coisas são muito forçadas, muito forçadas mesmo, entendeu. E esse tipo de coisa eu não acho legal. Pode ir por aí nesse centro e conversar com alguém desse movimento negro que você vai perceber isso. Muito forte. Muito forte mesmo. E isso eu não me sinto bem, nada bem com isso (LUCIANO).

Luciano complementa que não vê necessidade de participar de grupos do movimento negro.

Cada um é livre pra participar do que quiser, mas, particularmente, eu não vejo necessidade e tampouco importância de participar desse tipo de movimento. Porque eu vejo que é algo muito de momento, entendeu. Às vezes se grita muito alto, mas e aí? O quê que isso gera? Nada. Nada, nada, nada, nada, nada. Nunca chegaram pra mim e falaram a respeito desse apoio pra trabalhar alguém que sofreu racismo, eu nunca vi esse tipo de coisa. Ah, tem muito evento, tem muita roda de tambor de crioula, tem muita roda de cultura africana, estudo de cultura africana. Pra quê que eu quero saber isso? Se meu amigo bem aqui sofreu uma discriminação, dizendo que ele é inferior, como que eu vou ajudar ele? Eu vou falar a história da África pra ele ou ensinar ele a tocar no tambor de crioula? Isso vai ajudar em que? Não, não. Eu vejo algo como legal, bonito, até participo, às vezes vou assistir que acho bem interessante, mas não é algo tão funcional na hora de tu conversar com alguém. Por que, por que, por que tem que ser tudo igual? Aí esse tipo de coisa às vezes eu acho estranho. [...] Aí nesses próprios panfletos que a gente recebe ali, a gente vê o negro lá com essa roupona assim colorida, é muito bonita de se ver, esse cordãozão, só que ele também não é tratado ali com uma roupa social, uma roupa assim mais formal [...] (LUCIANO).

E o estudante ressalta que assim como o negro não se sente aceito em um mundo branco, em que os personagens de um filme ou série aos quais ele assiste têm a pele clara, e os brinquedos têm os olhos azuis, ele também não se sente aceito pelos grupos do movimento negro “justamente pelo fato de não querer ter essa conduta do negro padrão”.

O “negro padrão” ao qual Luciano se refere diz respeito justamente ao que caracteriza os negros enquanto sua identidade, sua história e cultura. Ferreira e Camargo (2013) apontam que a atribuição desses valores negativos incorpora-se ao mundo simbólico dos brasileiros, inclusive dos próprios negros, que introjetam esses valores e os associam às suas características étnico-raciais, dificultando o desenvolvimento de atitudes afirmativas em relação às suas especificidades raciais e o desenvolvimento de uma consciência negra.

Há uma resistência por parte de Luciano com relação ao que é característico de sua história, e a valorização de um embranquecimento, quando refere-se a “uma roupa social, mais formal”, uma vez que as características fenotípicas, morais e comportamentais às quais se atribui valor são aquelas que se aproximam do que é considerado o modelo branco-europeu.

Retomando-se o conceito de identidade compreendido à luz da Psicologia Sócio-Histórica, enquanto uma identidade que deriva da dialética entre o indivíduo e a sociedade e que se encontra em permanente construção e reconstrução, pode-se considerar o processo de construção da identidade de Luciano enquanto um exemplo do que Ciampa (1987) denomina identidade “mito”.

O autor compreende a identidade enquanto um processo de metamorfose permanente, e mesmo quando a identidade é percebida enquanto estática, na verdade ocorre uma transformação, no sentido de que através de suas ações, o indivíduo “repõe” aquilo que a sociedade “põe” como certo, ou seja, aquilo que as normas sociais e a ideologia dominante determinam como o mais adequado.

Mesmo quando parece não haver movimento e transformação na identidade, é o trabalho da reposição que sustenta a *mesmice*. Quando há a reatualização da identidade pressuposta, através de rituais sociais, dá-se essa reposição. Contudo, quando isso ocorre, exclui-se o caráter de historicidade da identidade.

A identidade “mito” diz respeito a esse processo, “em que apenas se reproduz o social sem questionamento e/ou responsabilidade por parte do próprio indivíduo com relação a sua identidade. A ideia de ‘*mesmice*’ corresponde a esta aparente não transformação da identidade” (PACHECO E CIAMPA, 2006, p. 164).

Sobre perceber-se negro e se identificar enquanto tal, Marcelo afirma que esse momento se deu entre o primeiro e o segundo ano do ensino médio, e que aconteceu por conta tanto de leituras e estudos sobre a questão negra no Brasil, como por questões relativas à representatividade.

Marcelo cita a filmografia americana como algo de grande ajuda nesse processo, pelo fato de identificar-se com negros em posições que, segundo Marcelo, o negro geralmente gostaria de estar, e destaca a questão do exemplo. Sobre isso, afirma:

Nos filmes, a gente começa a ver que a gente pode e deve ter orgulho de como a gente é e de nossa origem. Tem a questão do reconhecimento, mas tem também a questão do reconhecimento de quem ainda mantém essas raízes e ver isso não como um fator negativo, como eu geralmente aprendi, é sempre o macumbeiro, ou é sempre aquele desvalor sobre qualquer fato da origem africana ou qualquer elemento da cultura negra. Então o reconhecimento ele vem tanto de mim enquanto negro, mas na minha formação humanística, vamos dizer assim, mas tanto no reconhecimento da cultura negra como um todo da qual eu faço parte e da qual eu sei que ainda trago elementos muito fortes ainda, apesar de não ser participante ou não ter crescido dentro de elementos fortes da cultura como um todo (MARCELO).

Em contraponto à opinião de Luciano, Marcelo destaca a importância do reconhecimento de sua história e cultura negra para o reconhecimento de sua identidade, independente de uma experiência de maior ou menor aproximação com esses elementos. Esse movimento é imprescindível para que o indivíduo possa superar esse desvalor atribuído às características que o identificam e as reconheça enquanto suas.

Sobre se o ingresso na universidade pelas cotas raciais alterou em algum sentido o reconhecimento de sua identidade enquanto negro, Marcelo afirma que acrescentou, no sentido de que o tema é muito mais debatido. E destaca a importância de ter colegas que discutem e pesquisam sobre o tema.

A gente sente muito mais, como é que eu vou dizer, muito mais ligação. Tem muito mais pessoas pra discutir, muito mais pessoas que passaram pela mesma experiência, e isso dá uma certa segurança, uma certa, como é que eu posso dizer... a palavra não é tranquilidade... não sei qual é a palavra a dizer, mas há uma maior ligação, o tema não é algo tão estranho (MARCELO).

Bruna afirma que concorreu ao vestibular pelo sistema de cotas raciais por se considerar parda, e, “segundo o IBGE, parece que pardo é enquadrado como negro”. E mesmo utilizando-se da denominação parda para se referir à sua cor, a estudante afirma que já se declarava negra antes desse momento.

Apesar de não ter um tom de pele escuro, segundo Bruna, essa auto-declaração deu-se por conta de suas características físicas contemplarem a classificação enquanto negra, referindo-se, principalmente, ao seu cabelo. Além disso, relata que seu pai é negro e sua mãe muito branca, “mas é do cabelo, que a gente fala, que não é cabelo bom, né, que as pessoas falam ‘cabelo diferente, durinho’, né, que é encaracoladinho e tal”.

Bruna atribui ao terceiro ano do ensino médio no IFMA como o momento em que se reconheceu negra, pois antes disso considerava-se “completamente alienada”. Relata que na sua turma de telecomunicações havia muitos debates, e o contato com aquelas pessoas a fez identificar-se com aquela realidade.

Antes de ingressar no IFMA, Bruna conseguiu bolsa e estudou em uma escola particular de São Luís, onde ainda criança se sentia muito reclusa e não conseguia se identificar com a realidade dos seus colegas, sentindo-se que aquele não era seu ambiente. Os colegas de turma tinham condições financeiras melhores que a sua, praticavam esporte e tinham coisas que seus pais não podiam lhe dar.

Mesmo tendo consciência de sua condição, e do que podia e não podia ter, Bruna afirma que sentia “uma coisa negativa” por conta das comparações das próprias crianças umas com as outras, sentindo-se pressionada e querendo também ter tudo aquilo no futuro.

Bruna considera, então, o período entre a oitava série e início do ensino médio como seu “grande passo”, sua “grande transição”, onde pôde identificar duas realidades e identificar-se com uma delas, destacando que o IFMA lhe possibilitou ampliar a mente para se auto-reconhecer negra e reconhecer sua situação financeira.

A respeito de sofrer racismo ou discriminação fora da universidade, Bruna afirma não sofrer preconceito por conta de sua cor, “talvez porque não seja tão negra”, mas que ouvia comentários com relação à sua fisionomia, como expressões “cabelo duro” e “nariz de negro”, exemplificando que na época de ensino médio lhe sugeriam fazer chapinha porque seu cabelo era duro.

Por não ser “tão negra”, Bruna afirma que costumava lançar mão da classificação do IBGE, que considera pretos e pardos como negros, pois temia que ao identificar-se como negra, as pessoas sugerissem que pudesse estar utilizando-se dessa identificação para se vitimizar. “Então eu já falava isso logo: ‘então, porque segundo o IBGE, sou...’, eu sempre falava isso. Aí mamãe já falou: menina, tá bom, para de falar isso”.

Percebe-se uma certa confusão na maneira como Bruna se identifica, ora afirmando considerar-se parda, e pardos e pretos são negros de acordo com a classificação do IBGE, ora afirmando declarar-se como negra, ora destacando não ser “tão negra”.

Mesmo reconhecendo-se negra, Bruna se classifica no grupo dos pardos, e quando diz não sofrer discriminação racial por não ser “tão negra”, a estudante na verdade parece se referir ao tom de sua pele. Por não ter uma pele tão escura, não seria considerada “tão negra”.

Sobre isso já foi discutido anteriormente a respeito da concepção de “preconceito de cor” que existe no Brasil, onde quanto mais escuro o tom de pele, maior a discriminação racial e as desigualdades socioeconômicas sofridas.

A confusão a respeito de sua classificação e os diversos termos utilizados por Bruna para referir-se a si própria, mesmo afirmando se reconhecer negra, surgem da ideia de miscigenação que existe no país e o conseqüente mito de democracia racial, com a defesa de que não existe discriminação racial em um país onde todos são negros.

Dessa maneira, o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento acabam por dificultar que as pessoas se classifiquem como negras no Brasil. E retomando-se ao ponto já discutido anteriormente, ambos tiveram como consequência a classificação baseada na cor, em vez de se falar em raça (BERNARDINO, 2002).

Esse processo de identificação e reconhecimento de sua identidade enquanto negro ou negra para alguns estudantes se deu de maneira mais tardia, e quatro dos estudantes entrevistados destacam que esse processo teve início, ou pelo menos se intensificou, após o ingresso na universidade.

Simone conta que quando foi à UFMA fazer sua matrícula, após a aprovação no primeiro ENEM unificado com a seleção do SISU, encontrou um professor que admirava muito, da sua época de ensino médio no Liceu, que estava trabalhando na comissão de matrícula. Sobre o momento do encontro e seus efeitos, Simone relata:

Quando ele olhou no papel lá que tava cotista categoria negro, ele me olhou muito torto, muito torto mesmo, e disse: “Simone, isso não é pra ti”. Aí eu: “como assim, como assim não é pra mim?” (sorri). Aí ele: “tu não precisa disso!”. Aí eu disse assim (sorrindo bastante): “mas, cara, porque...”. Aí ele disse: “tu não precisa disso. Eu acho que... tem certeza?”. Aí eu disse: “sim, é isso mesmo.”. Aí ele: “tá bom, então, né”, e ficou, assim, um clima muito estranho. Então a partir daí já foi uma série de coisas que aconteceram aqui, que de certa forma foi me inibindo, entendeu (SIMONE).

A estudante destaca que nesse momento, ainda não estava tão certa de que “entraria nesse lugar”, e que, na verdade, encontrava-se muito confusa em relação à sua identidade e a se reconhecer, verdadeiramente, enquanto negra. Simone relata que, à época, queria deixar a raiz do seu cabelo crescer, mas ao mesmo tempo também queria esticá-lo, e questionava o que fazer: esticar o cabelo e dar satisfação para os outros, ou deixar a raiz crescer e dar satisfação a si mesma. Enfatiza que, ainda assim, fez essa escolha, mesmo não precisando entrar na universidade pelas cotas, e, para a estudante, “entrar nesse lugar é ser mal visto por muita gente”.

Simone considera a construção e reconhecimento dessa identidade enquanto um dos aspectos positivos da política de cotas raciais, que surge depois de assumir esse lugar, como a estudante coloca.

Quando eu escolho entrar por política de cota negra, categoria negra, eu já tô entrando num lugar, ainda que seja ali no simbólico, só escritinho mesmo, ainda que eu não tenha incorporado isso, porque é uma questão de passo a passo, né, como foi na época. Eu tô tentando lembrar daquela época, mas falando hoje, entendeu? Ainda que seja uma construção, já é o primeiro passo pra eu poder afirmar pra mim e afirmar diante de todos, inclusive diante alguém que eu posso respeitar e admirar, como aquele cara, e dizer “cara, vai ser isso mesmo, porque eu me considero negra” (SIMONE).

Ainda sobre esse processo, Simone conta que o início do curso foi muito difícil, pois não era o que ela esperava, demorando muito para se encontrar na Psicologia. Relata que em muitos momentos sentiu-se excluída na sua própria sala de aula, por conta dessa dificuldade pessoal somada às conversas e aos olhares tortos.

Segundo a estudante, foi muito importante, nesse processo, conhecer e conviver com outros grupos, de pessoas com uma mentalidade diferente da maioria da sua turma. Cita as conversas e vivências com estudantes de cursos diferentes da UFMA, incluídos também alunos negros e cotistas, como importantes durante sua trajetória na universidade. Destaca, também, uma viagem em 2016, onde conheceu pessoas de diversas nacionalidades e diz ter “pegado um baque muito grande”, marcando esse processo de reconhecimento da sua identidade.

E aí eu lembro de um cara que ele me viu, eu tinha cabelo muito alisado, e: “nossa, tu parece uma índia, mas tu não é uma índia, tu é negra”. E eu disse assim: “nossa, pior, né, cara!” E aí depois que eu voltei, eu decidi raspar a cabeça e foi isso. Foi meio que um baque depois da viagem. [...] Eu acho que naquele momento eu pude, de alguma forma, tomar a palavra mesmo e assumir para as pessoas (SIMONE).

Sobre a aproximação e convivência com outros estudantes negros, Simone considera ter sido de muita importância e contribuição nesse processo de se reconhecer e aceitar enquanto negra.

Eu lembro de algumas delas que chegaram: “teu cabelo tá lindo assim, cara”. Aí eu: “tem certeza? Tô me sentindo tão estranha com essas coisas de rolinha, que é como eu chamava. Elas: “não, cara, tá lindo. Bagunça mais que é melhor”. Então é uma fala que eu não encontrava em outro lugar, entendeu? Por encontrar aquilo ali, era lá que eu queria estar (SIMONE).

Hoje, Simone considera-se muito satisfeita por ter aceitado a cor da sua pele e os seus traços, mas afirma que foi um processo muito difícil por conta das piadas, apelidos e do padrão de identidade que é imposto e considerado aceito. Confessa que ainda hoje “cambaleia”, sentindo-se insegura em alguns momentos, mas que já encontra-se bem mais

segura de si, e que “é ótimo ser negra e até prático”, referindo-se ao trabalho de ter que alisar o cabelo.

A partir do relato de sua experiência, considerou-se Simone como exemplo do que define Ciampa (1987) como sujeito emblemático, ou seja, “aqueles que conseguem exprimir a consciência coletiva de uma forma melhor e de uma maneira mais precisa do que a grande maioria do grupo” (PACHECO E CIAMPA, 2006, p. 164).

Entendendo a identidade enquanto metamorfose, os autores apontam que além do processo de “mesmice”, mencionado anteriormente na discussão da experiência de Luciano, pode haver o que se compreende enquanto “mesmidade”.

A metamorfose pode ocorrer como superação, quando o sujeito emancipa-se de valores estigmatizantes e preconceituosos impostos pela sociedade e/ou apropriados pelo indivíduo, possibilitando assim um agir mais livre e criativo para realização de suas metas e desejos, o que é a expressão da “mesmidade”. A expressão da mesmidade pode ser entendida também como autenticidade, que envolve auto-reflexão e autodeterminação (PACHECO E CIAMPA, 2006, p. 165).

Portanto, sair da mesmice representa o que, de fato, significa “ser-para-si”, ou seja, a expressão da autonomia em direção à emancipação. “Esta autodeterminação nos possibilita sair do movimento de reposição e buscar o outro “outro” que também somos, ou seja, o “outro” que queremos ser pela superação da identidade pressuposta” (PACHECO E CIAMPA, 2006, p. 165).

Os autores completam que para essa identidade seja considerada como “ser-para-si” e não “ser-feito-pelo-outro”, é necessário que haja o reconhecimento social acerca dessa nova identidade do outro “outro”. Portanto, a possibilidade de ser autor da própria vida sempre se dá como coautoria coletiva.

Fernanda e Gustavo relatam ter descoberto essa identidade depois de entrar na universidade. No discurso dos dois, o momento de concorrer no ENEM pelo sistema de cotas raciais ainda foi marcado por certa confusão a respeito de ser e considerar-se negro.

Fernanda afirma que considerava-se parda no momento da escolha pelas cotas, e Gustavo diz que não sabia se considerava-se preto ou pardo, mas sabia que não era branco. Ambos afirmam que o processo de reconhecimento de sua identidade se deu após o ingresso na universidade.

Segundo Fernanda, sua cor na certidão de nascimento consta como parda, e foi sempre assim que via a si mesma. Na escolha pelas cotas, enquadrava-se como parda, mas em determinado momento já na universidade, ao consultar seu histórico, percebeu que constava

apenas o termo “negra”, o parda não aparecia. A partir daí, começou a ler mais a respeito da questão racial e se deu conta de que apenas no Brasil existe a classificação “parda”.

Eu me identifico como negra. Antes de eu vir pra cá, não. [...] É uma descoberta que eu fiz aqui. Eu acho que foi no meu segundo período que eu baixei meu histórico, aí eu olhei lá: negra. “Mas como assim? Eu não sou negra”. Eu pensava que eu era parda, né, tinha no meu registro parda (FERNANDA).

Assim como Simone, Fernanda também cita uma viagem como um momento que propiciou esse reconhecimento. Relata que em 2015 fez um intercâmbio de três meses na Alemanha a trabalho, e que foi chamada de negra durante o período por lá. Destaca que não foi de maneira preconceituosa, mas que a pessoa estava apenas querendo “classificá-la” quanto à sua cor. “Aí eu voltei de lá, foi uma das coisas que eu: ‘caramba, eu sou negra’. Eu me dei conta de que eu era negra, né, de que só existe esse negócio de parda aqui no Brasil, no fim todo mundo é negro” (FERNANDA).

Segundo a estudante, esses episódios despertaram o interesse de “descobrir essa identidade”, passando a observar mais os movimentos sociais e a ler sobre a questão racial, destacando que tem pai e avós negros, além de acompanhar as lutas que acontecem dentro da universidade, por ter amigos negros que participam de movimentos. Fernanda discorre sobre esse processo e a experiência na universidade:

Por mais que eu não sofra preconceito explicitamente como outras pessoas negras devem sofrer, por ter traços mais negros, talvez, o cabelo crespo, ou um tom de pele mais marcante, talvez eu não sofra, mas eu tenho certeza que eu sofro de resultados sociais que estão relacionados ao preconceito com pessoas negras. Eu posso não sofrer um xingamento, eu posso não sofrer uma agressão física por ser negra, [...] mas eu sofro das coisas erradas que estão na construção social, né, que estão, na verdade, no histórico do país, do estado, da própria universidade, né, das pessoas negras. Então acho que é uma imagem que eu aceitei e que eu tento... que eu tenho orgulho de ter, né, e que eu tento, de certa forma, me aproximar mais. [...] Mas eu já me identifico, sim, como negra, e é uma coisa que eu tenho orgulho de falar, né, de que quando eu vejo alguém dizendo “pardo”, pessoas que são negras, “ah, eu sou pardo”. Não, não é, você é negro, né, é uma coisa que a gente tem que se orgulhar. [...] Eu vejo como um lugar onde se pode construir, né, a luta. Onde se pode reunir pessoas que tem ideais que vão traçar esse objetivo de lutar por um movimento, de lutar pela conquista de direitos. Eu acho que a UFMA é o ambiente pra gente construir isso (FERNANDA).

Uma das características das relações raciais no Brasil é que há uma ordem oligárquica que relaciona status, classe e “raça”, ou seja, a cor; as três categorias encontram-se atreladas umas às outras. Percebe-se essa correlação na primeira fala de Fernanda, que considera sofrer “de resultados sociais que estão relacionados ao preconceito com pessoas negras”.

No Brasil, esse sistema de hierarquização social - que consiste em gradações de prestígio formadas por classe social (ocupação e renda), origem familiar, cor e educação formal- funda-se sobre as dicotomias que, por três séculos, sustentaram a ordem escravocrata: elite/povo e brancos/negros são dicotomias que se reforçam mútua, simbólica e materialmente (GUIMARÃES, 2005, p. 49).

Sobre a sua experiência, Gustavo afirma:

Olha, o meu processo de identificação, ele não aconteceu no momento em que eu escolhi a minha cota. Eu sabia que eu era negro ou sabia que eu era pardo. Eu sabia que eu não era branco, pra falar a verdade, né. Então aquelas cotas me diziam pardos ou pretos que podem concorrer... ou eu sou pardo ou eu sou preto, não sou branco. Então o meu processo de reconhecimento ele aconteceu na faculdade. Ele aconteceu com oportunidades que eu vivi, com grupos que eu convivi e conversei (GUSTAVO).

O estudante destaca que esse reconhecimento de sua identidade se deu a partir de pessoas próximas a ele e de algumas experiências durante a graduação. Além disso, cita a importância do “Negrex”, o coletivo de estudantes negros da Medicina, que ajudou a reforçar esse processo. Destaca, contudo, que o seu reconhecimento enquanto negro aconteceria apesar do Negrex, por conta de suas vivências na universidade.

Gustavo explica que o grupo é composto por estudantes negros da Medicina de todo o Brasil. As discussões acontecem, principalmente, no grupo do aplicativo de mensagens Whatsapp, com alguns encontros presenciais em outras cidades. Afirma que mesmo não participando tão ativamente do grupo, está sempre acompanhando as discussões e pesquisas compartilhadas, e ressalta que se sente fortalecido.

O estudante relata que vez ou outra há a discussão de casos de racismo, por exemplo, mas que na maior parte do tempo as discussões dizem respeito a “coisas simples”, e exemplifica mencionando um momento em que precisou fazer uma encenação para um trabalho, e nessa encenação, ele participaria juntamente a outra estudante negra, que seria sua esposa na atividade, e que os dois conseguiram uma boneca negra de brinquedo para representar a filha.

“A gente tirou foto, manda no grupo e fala: ‘vai ter encenação com família preta, sim!’. Isso existe no curso de Medicina e vai existir mais” (GUSTAVO). Nesse sentido, Gustavo afirma considerar o grupo como fortalecedor da autoestima dos estudantes.

Sobre toda a sua experiência de reconhecimento de sua identidade, o estudante destaca: “Então se naquela época eu sabia que eu não era branco, hoje eu sei que eu sou preto”. Gustavo complementa a sua fala defendendo o uso do termo “preto”, e relata uma situação familiar pela qual passou.

Fora chamado para participar de uma entrevista que fazia parte da atividade escolar do irmão de sua namorada, que teria que entrevistar um negro em comemoração ao dia da consciência negra. Gustavo conta que aceitou de imediato, mas que a mãe da criança o questionou, e disse que ele não poderia fazer aquilo, pois não é preto. Sobre essa situação específica, e sobre o processo de reconhecer-se preto, relata:

E eu tava passando toda essa entrevista explicando pra ele que preto não é aquele que tem a cor mais escura que tu possa ver. Aquela pessoa que a gente chama de morena, não é morena, ela é preta. E a gente tem que começar a se chamar assim. A gente tem que começar a se chamar assim, porque a própria palavra, ela te valoriza ou te desvaloriza [...] A única coisa aqui que as pessoas ainda não aprenderam a chamar de preto valorizando, é a raça. É a cor delas. Então eu vivi esse meu processo de reconhecimento aqui [...] Nos meus dois, três primeiros anos de curso, foi que eu realmente consigo olhar pra mim no espelho e dizer: “eu sou preto”. E não sou moreno, não sou pardo. Eu sou preto. E quero continuar sendo preto. Quero me formar um médico preto e mostrar pras pessoas que isso existe (GUSTAVO).

As experiências de Fernanda e Gustavo vão ao encontro da opinião de Bernardino (2002), já citada neste trabalho, que considera as políticas de ação afirmativa como um instrumento de racialização positiva das relações sociais no Brasil. Nas palavras do autor:

As ações afirmativas apresentam-se como capazes de converter a conotação negativa da cor preta e parda em algo positivo, simplesmente pelo fato delas poderem associar vantagens claramente perceptíveis à identificação racial e, além disso, pelo fato de elas possibilitarem ganhos em termos de representatividade dos negros em posições influentes e lucrativas (BERNARDINO, 2002, p. 267-268).

Compartilha-se da opinião do autor a respeito do significado das políticas de ação afirmativa e das possibilidades que as mesmas proporcionam a respeito de uma reconfiguração das relações raciais no Brasil.

O discurso ideológico da mestiçagem afeta sobremaneira o modo como o brasileiro se vê e estabelece suas relações sociais, de modo que a população brasileira geralmente não se assume racialmente, como destaca Domingues (2005). Nas palavras do autor, “o programa de cotas ataca essa “esquizofrenia” do nosso sistema racial, na medida em que obriga as pessoas a assumirem se são negras ou não-negras” (DOMINGUES, 2005, p. 173).

A esquizofrenia a que se refere o autor, a dificuldade de se definir quem é negro no Brasil, e o racismo à brasileira, que exclui os negros ao mesmo tempo que nega a discriminação racial, levam a uma confusão no processo de reconhecimento da identidade ou até mesmo à negação dessa identidade, gerando efeitos psicológicos de grande custo ao sujeito.

Nesse sentido, acredita-se que a política de cotas raciais nas universidades representa um importante instrumento no processo de reconstrução da identidade e fortalecimento de uma consciência negra. Conclui-se que há a necessidade desse espaço ser mais valorizado pelos envolvidos, desde a organização institucional, mas passando pela organização ativa de docentes e discentes. Espaços coletivos de debates se mostram eficazes nesse empenho de otimizar a política de cotas em um política identitária de fato.

5.3 Os estudantes negros cotistas querem “ter vez, pra ter voz”

Ainda que os estudantes entrevistados afirmem não terem sofrido racismo na universidade, surgiram relatos de preconceito racial em relação às características físicas de alguns estudantes negros, especificamente o cabelo, em relação a comentários de professores no curso de Medicina. Além disso, todos os entrevistados afirmam acreditar que haja racismo dentro da universidade.

A respeito de quais são ou quais podem ser as estratégias de enfrentamento dos estudantes negros que venham a sofrer racismo no ambiente acadêmico, os entrevistados citam, de maneira geral: apoio, debate, estudos e pesquisas e criação de novas políticas e programas de ação afirmativa. Com relação ao apoio, citam tanto apoio de grupos, como apoio institucional.

Para Marcelo, a atuação individual nesses casos é muito difícil, pois acredita que na maior parte das vezes, a pessoa é vista como culpada pela violência que sofreu ou acusada de vitimização. Nesse sentido, defende que a melhor de forma de tentar enfrentar esse tipo de situação é o suporte de amigos ou de um grupo.

Essa é uma questão complicada, porque eu, de vez em quando, eu me pego pensando caso eu fosse vítima ou caso eu me visse numa situação dessa, o que eu faria. [...] Silenciar ou engolir determinadas situações como essas, elas só vão fazer ou alimentar o ciclo da violência, [...] só vai perpetuar nesse ciclo de preconceito. Mas, de certa forma, a atuação individualizada, ela meio que exclui o excluído. Atuar sozinho ou qualquer forma de esbravejamento, sem o apoio de um grupo ou sem um apoio institucional, ou sem algo que proteja aquela pessoa que se vê naquela situação, qualquer reação dela é sempre vista como vitimismo, geralmente acontece o fenômeno da revitimização da pessoa. [...] Mas eu creio que a melhor forma de tentar enfrentar isso é ter suporte. É ter um grupo ou uma base, ou pelo menos colegas e amigos que deem suporte naquele momento, pra tentar diminuir o efeito da revitimização, porque as reações contrárias são sempre muito fortes (MARCELO).

A respeito do vitimismo e da revitimização citados por Marcelo, já referiu-se anteriormente ao processo que Ferreira e Camargo (2013) apontam como consequência do mito de democracia racial e da peculiaridade do racismo no Brasil, que induz o negro a acreditar que o sentimento de menos valia vivenciado ao sofrer uma discriminação é fantasia sua ou referente à falta de qualidades pessoais.

A revitimização ocorre no sentido de se manter essa dinâmica, em que o grupo negro permanece constantemente discriminado socialmente, sem que haja o reconhecimento da discriminação racial por parte de quem discrimina.

Sobre o apoio institucional, Maria enfatiza a questão do direito do indivíduo à dignidade, e que a dignidade da pessoa humana passa pela maneira como ela é tratada. Nesse sentido, acredita que uma maneira de enfrentamento seja recorrer às instâncias superiores, através da denúncia das situações de racismo pelas quais o estudante negro venha a passar à Ouvidoria, Departamento e Coordenação do seu curso, destacando o apoio da universidade através dessas instâncias.

A opinião de Maria acerca da participação da universidade no enfrentamento do racismo nos remete à importância do apoio institucional aos estudantes negros cotistas. Nesse sentido, é fundamental a elaboração de uma política e/ou programa pensado e voltado exclusivamente às experiências desses estudantes no ambiente acadêmico, no âmbito do programa de ações afirmativas proposto pelo NEAB, citado por Silva, Maciel e Rodrigues (2012).

Ainda assim, cabe ressaltar a importância de se repensar o modelo de programa de assistência a esses estudantes passados dez anos de implementação das cotas na UFMA. Nesse sentido, reforça-se a importância de estudos e pesquisas voltados às vivências dos estudantes negros cotistas na universidade, no sentido de se identificar as suas dificuldades, os tipos de experiências pelas quais passam no ambiente acadêmico, e quais são suas reais demandas e necessidades.

Luciano considera “extremamente difícil” de se propor soluções para esses casos, pois o estudante que pratica qualquer ato racista é um adulto que já possui uma mentalidade formada, com valores e princípios que já encontram-se enraizados. Desse modo, defende que a melhor maneira de se enfrentar corresponde à intimidação, com a atuação da universidade através de suspensão e cancelamento de matrícula nos casos de racismo.

O estudante também cita a importância do apoio psicológico, e defende a criação de programas que auxiliem os estudantes a lidar e ajudar colegas que passem por situações de preconceito racial e discriminação. Sobre esse apoio, o estudante afirma:

A coisa mais complicada quando alguém sofre uma discriminação, quando alguém sofre algum tipo de preconceito, é não se ver amparado por ninguém. É tipo não ter ninguém pra ouvir, é tipo não ter ninguém pra compartilhar essa experiência e alguém que ouça sem julgar, entendeu, alguém que ouça sem julgar. Então eu vejo que seria interessante, no caso, não sei posso falar núcleo, não sei, mas alguma questão de apoio psicológico pra esse aluno, entendeu. Não só, digamos, ah, montar ali uma salinha pra pessoa que sofre racismo e vai lá. Não, isso não seria tão eficiente. Mas algo como: “ah, vamos montar no caso programas de incentivo pra que seus amigos ali mais próximos vivenciar ou saber de alguém que sofra saber como agir”, entendeu (LUCIANO).

A fala de Luciano, destacando o apoio psicológico no enfrentamento do racismo, remete à importância e necessidade de a Psicologia fazer parte do debate sobre racismo e a questão racial no Brasil. E essa presença da Psicologia deve ir além do ambiente acadêmico.

Assim como Luciano destacou a importância que ele atribui a um programa de apoio psicológico dentro do ambiente acadêmico, voltado para estudantes que sofrem ou possam vir a sofrer racismo na universidade, a Psicologia deve encarar o fenômeno do racismo enquanto um de seus objetos de estudo, incluindo a discussão na sua pauta, e isso significa falar sobre racismo nas disciplinas do curso, nas mesas redondas, nos trabalhos acadêmicos e nas pesquisas da área.

Ferreira (2002) defende que é imprescindível conhecer os processos psicológicos e como eles se dão, para que se possa compreender de maneira mais ampliada a problemática das relações raciais, citando, nesse sentido, a importância de estudos que levem em conta as variáveis étnico-raciais, sem legitimar a discriminação.

Fernanda defende a importância de se intensificar os movimentos que já existem dentro da universidade voltados para a discussão e debate da questão racial, além das pesquisas e estudos sobre a política de cotas raciais, para que se acompanhe seus resultados.

[...] Aumentar mais ainda os movimentos que talvez existam aqui, que eu já vi alguns, tornar isso o mais visível possível, entende? **Ter vez, pra ter voz.** Uma frase que eu ouvi uma vez, que eu achei muito interessante. Então, intensificar essa luta, criar mais políticas. [...] Debater mais a respeito disso, lançar estudos com relação a política de cotas raciais, não pra destruir essas políticas, porque eu sei que existem alguns estudos que a intenção é mostrar: “ó, não tá dando certo, tira”. Se não tá dando certo, é porque tem erro no sistema, entende. Não é: “não tá dando certo, então vamos descartar essas pessoas que entram por cotas raciais e aí deixa elas se virarem na vida”. Não, de maneira alguma, entende. Intensificar, e se não tá dando certo, estudar o quê que tá acontecendo. [...] Estudar por que que não tá dando certo e tentar resolver. Eu acho que é por meio de movimentação social e também de investimento e estudos que deem um resultado científico do que tá acontecendo aqui dentro (FERNANDA, grifo da autora)

Bruna acredita que a primeira estratégia de enfrentamento ao racismo na universidade já vem sendo feita, a de alertar os estudantes sobre o que ocorre, e destaca o trabalho do diretório acadêmico nesse sentido, que possui um núcleo de assistência à população negra. Afirma que não está envolvida diretamente no diretório, mas participa das assembleias às quartas-feiras, onde costumam debater racismo e política de cotas na universidade.

A estudante relata que no diretório há cartazes chamando a atenção com relação a números e estatísticas a respeito de questões como racismo e assédio sexual, por exemplo, o que “acaba abrindo os olhos de todo mundo”. Além disso, conta que os professores costumam ser convocados para as reuniões, e que costumam compartilhar com a coordenadora do curso quando ocorre alguma situação relacionada a preconceito ou discriminação, o que, segundo Bruna, deixa os professores “mais atentos”.

Entretanto, ressalta que poucas pessoas têm interesse nessas discussões. Quando há o debate sobre política de cotas, por exemplo, os estudantes cotistas participam, mas acredita ainda ser um número pequeno de pessoas no geral. E mesmo as discussões sendo bastante produtivas, quem participa precisa ser convocado a falar e dar sua opinião, pois, segundo a estudante, “é um assunto que as pessoas preferem não comentar”.

Às vezes, na assembleia, eu acho que vão o que, de toda a Medicina que tem lá no prédio, acho que vão uns vinte alunos. Então a gente ainda vê assim, tudo bem, cada um tem suas atividades, mas a gente ainda vê que as pessoas postergam discutir esse assunto, sabe. Ou então, às vezes, na própria reunião, assim: “ah, gente, alguém quer falar?”, as pessoas preferem não tocar no assunto, né (BRUNA).

Ainda assim, Bruna reconhece que há discussão na universidade, o que considera um ganho gerado pela inclusão que a política de cotas propicia. Sobre isso, afirma:

Às vezes a gente percebe muita discussão, sabe, e talvez se tivesse só a população branca, não só branco, mas assim, as pessoas oriundas de outras escolas, com mais condições, talvez não existiriam aquelas discussões ali, né. [...] Quando eu entrei no curso, eu percebi, assim, que, às vezes, algumas pelo menos da minha turma, algumas pessoas que têm condições, não é que elas sejam preconceituosas, elas não têm noção do que as pessoas passam assim, né. [...] Então eu acho que é uma boa forma de incluir e de misturar também, assim, fazer com que as pessoas enxerguem aquele outro grupo. [...] A gente já vê que eles começam a perceber as diferenças, entendeu (BRUNA).

A estudante defende a importância do debate, e afirma: “Como enfrentamento, a gente tem que ampliar cada vez mais, assim, essas questões no nosso ambiente acadêmico”. A fala de Bruna vai ao encontro do pensamento de Ferreira (2002) de que na academia o debate sobre a questão racial deve ser ampliado.

Discutir essas questões no ambiente acadêmico só tem a favorecer a convivência entre estudantes, docentes e funcionários da universidade, permitindo que se reflita e que se ressignifique as relações raciais não somente no ambiente acadêmico, como na sociedade como um todo. Este é um ganho proporcionado pela política de cotas raciais ao impor a presença dos negros na universidade.

Para Gustavo, a melhor estratégia de enfrentamento é “sempre melhorar a autoestima da pessoa preta”. Nesse sentido, defende a atuação individual, que passa por elogiar a beleza da pessoa preta e perceber, aos poucos, cada beleza pequena, como fazia ao elogiar as crianças negras que atendia no seu estágio em pediatria no bairro da Vila Embratel, além de se colocar no lugar do outro e tentar entender por que determinada pessoa agiu de maneira preconceituosa.

Além disso, o estudante destaca, principalmente, a importância dos grupos nesse processo, que compartilham suas experiências e fortalecem a autoestima dos negros:

Os grupos são a melhor forma, são a melhor forma. Compartilhar, ver que aquilo não acontece só contigo, ver que aquilo não aconteceu porque é tu, mas porque tu faz parte de um grupo, né. E entender como as pessoas lidam com isso, pra tu começar a lidar com isso, começar a te achar uma pessoa boa, se achar uma pessoa bonita e uma pessoa que não merece ser chamada de feia ou que parece um macaco porque é preto. Ou que meu cabelo é estranho porque é *black*. É ouvir essas coisas e dizer: “não, cara, não. Não é assim”, sabe. [...] Então eu vejo como uma oportunidade incrível de aumentar a autoestima das pessoas negras. E que é uma coisa que a gente precisa muito, que a sociedade precisa muito (GUSTAVO).

Maria cita a importância dos grupos de militância do movimento negro nos aspectos pessoal e coletivo. De maneira coletiva, enquanto a busca por direitos, citando, inclusive, a própria política de cotas raciais que surgiu dessa luta. E no aspecto pessoal, também menciona o fortalecimento da autoestima.

[...] Se hoje existe lei, né, que prevê um crime, o crime racial, é porque alguém sofreu muito, é porque alguém se reuniu, é porque alguém exigiu seus direitos, nada cai do céu, entendeu. Então eu acho que esses movimentos, eles são importantes. Eles são importantes, não só pra mobilizar a sociedade em prol de buscar esses direitos, mas eu acho que a importância desse grupo passa pela pessoa. De você se ver como negro, você se gostar, entendeu, passa pela questão psicológica mesmo da tua autoestima, de tu dizer “eu sou negra e eu gosto de ser negra e eu gosto da minha cor”. Eu acho que passa por isso também, entendeu, por essa questão da identidade (MARIA).

Ferreira (2002) aponta a importância dos grupos de movimento negro na reconstrução e reconhecimento da identidade, destacando que acontece, nesse aspecto, o processo de “tornar-se negro”. Defende que é necessário que se faça uma análise mais aprofundada dos

grupos de militância negra, uma vez que há certos aspectos da identidade de indivíduos que participam da militância como um modo de vida.

Há a tendência de o militante desenvolver uma identidade apoiada em procedimentos de exclusão e vedamento, repetindo atitudes, comportamentos e pensamentos das situações as quais ele combatia. Há o desenvolvimento de uma identidade apoiada nas características étnico-raciais, o que leva a um fechamento em torno de suas novas referências, que “pode alimentar uma atitude preconceituosa, agora contra o euro-descendente, preservando exatamente o mesmo padrão de subjetividade que o militante visa transformar” (FERREIRA, 2002, p. 79).

Esse aspecto surge na fala de quatro entrevistados, Luciano, Simone, Gustavo e Adriano, que criticam o radicalismo de grupos de militância que para levantar a autoestima do grupo negro, atacam a autoestima do grupo branco, ou depreciam características e aspectos relativos ao grupo branco, ou mesmo que discriminam os próprios negros que não seguem indiscriminadamente os valores e ideias compartilhados pelo grupo, a exemplo da mulher negra que decide manter o cabelo alisado.

Entretanto, Ferreira (2002) defende, e compartilha-se da opinião do autor, que apesar de tais problemas, a importância da participação em grupos de movimento negro diz respeito à possibilidade de recuperar os valores da cultura e da história africana.

Através de um processo de reconstrução, pode revisar os valores introjetados e os estereótipos negativos assimilados durante o processo de socialização, o que vem favorecer, assim, uma autoestima mais positiva e relacionamentos harmoniosos no âmbito sociocultural mais amplo (FERREIRA, 2002, p. 79).

Nesse processo, o negro passa a abandonar ideologias simplificadoras, passando a perceber que suas impressões sobre a negritude eram românticas e idealizadas, e há o engajamento com os grupos voltados para a reversão da discriminação e para a valorização das matrizes africanas.

Nesse sentido, o grupo negro torna-se o grupo de referência, e o que prevalece nessa relação deixa de ser os fatores externos, mas as qualidades do próprio grupo. Há a convivência não somente com outros negros, mas o estabelecimento de relacionamentos significativos com pessoas brancas e o respeito de suas auto-definições.

A referência raça e a cultura africana, antes vistas como de pouca importância, tornam-se fundamentais para a vida diária. O afrodescendente passa a sentir-se aceito, com propósito de vida, sentindo-se profundamente enraizado na cultura negra, sem deixar de perceber as condições às quais está submetido num mundo que o vê com preconceito. As matrizes africanas passam a ser efetivamente afirmadas. Torna-se negro (FERREIRA, 2002, p. 80).

Nesse sentido, não há como desconsiderar a importância da política de cotas raciais nas universidades enquanto instrumento primordial no movimento de combate ao racismo e de reconstrução da identidade e fortalecimento de uma consciência negra.

Os relatos dos estudantes demonstram que apesar de quaisquer problemas ou lacunas que ainda existam na política de cotas raciais, ou do racismo que ainda se faz presente de alguma maneira no ambiente acadêmico, a presença dos negros na universidade, a convivência com os colegas e professores, seja ela harmoniosa ou não, possibilita a discussão e o engajamento dos estudantes negros cotistas nas causas que lhe dizem respeito e que fortalecem sua identidade e autoestima.

Por mais que ainda seja necessário que se discuta cada vez mais a história da população negra e o racismo na universidade, percebe-se que há um debate que tempos atrás, sem a política de cotas e sem a presença negra em maior número na academia, não aconteceria.

As cotas raciais também possibilitam a reconstrução da identidade e o desenvolvimento de uma consciência negra, ainda que ocorra de maneira tardia e confusa, em princípio. E esse aspecto relativo à subjetividade do negro, que o faz perceber-se e se ver de uma outra perspectiva, reconstruindo sua imagem, é de suma importância na reconstrução de sua identidade, com efeitos positivos significativos que o faz ser e estar no mundo de outra maneira, assumindo ser autor de sua história.

Portanto, como já foi citado no início deste trabalho, a política de cotas raciais corresponde a uma importante estratégia política do movimento negro contemporâneo, possibilitando o debate sobre a questão racial e o racismo dentro da universidade, a reconfiguração das relações raciais dentro da academia e, conseqüentemente, nas relações estabelecidas na sociedade e a reconstrução da identidade do estudante negro.

Como defende Ferreira (2002), uma vez que se existe em um mundo coletivo, onde todos dependem uns dos outros, a aceitação da alteridade deixa de ser uma escolha, e passa a ser condição ontológica para que se possa ser humano. E essa é uma condição fundamental para que se possa combater o preconceito.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade é categoria fundamental na constituição do sujeito. Intimamente atrelada a ela, está o autoconceito que o indivíduo tem de si mesmo; a identidade determina a autoestima e a maneira de existir do indivíduo. Por ser o indivíduo social, nascer e viver em uma sociedade que a ele se refere, ele se utiliza dessa sociedade, ou seja, de suas crenças, valores, de seus atores sociais, para produzir a si mesmo, ao mesmo tempo em que produz a história.

Portanto, ele se constitui, constrói sua visão de si e do mundo, constrói suas concepções da realidade, constrói a sua identidade, nesse processo contínuo de mútua construção, desenvolvendo uma sociedade, ao mesmo tempo em que é por ela constituído.

Quando se fala em negros no Brasil, fala-se de indivíduos que têm de construir sua identidade numa realidade social caracterizada por toda uma história de escravidão e preconceito que os discrimina negativamente. Ainda hoje a população negra sofre consequências da crença difundida de que seria uma raça inferior, crença essa apoiada em uma suposta cientificidade, que legitimou a sua escravização.

Desde então, mesmo com a abolição da escravidão e a liberdade concedida aos negros, a população negra no Brasil sofre com um racismo que é silencioso, que se dá de maneira sutil e camuflada. Um preconceito que todos sabem que existe, mas que se atribui ao outro, que mantém os negros em uma dinâmica de exclusão social, mas que são induzidos a acreditar que vivem em uma democracia racial, tendo todas as condições, assim como os brancos, de ter um futuro digno e promissor.

As ações afirmativas dizem respeito a um importante instrumento de garantia de benefícios e igualdade de direitos à população negra, e a política de cotas raciais, que assegura o acesso dos negros à universidade, corresponde a uma importante medida compensatória, como reparação a toda uma história de discriminação, que impediu a igualdade de oportunidades e de mobilidade social entre brancos e negros.

Para que os negros possam realizar novas concepções da realidade que os cerca e, assim, traçar um novo caminho para si, sendo sujeitos de sua história, é imprescindível a construção e reconstrução de uma identidade negra, que se desenvolva tendo o grupo negro como referência, a fim de que o indivíduo possa assumir as especificidades do grupo ao qual pertence.

Este trabalho desenvolve-se a partir da consideração acerca da política de cotas raciais nas universidades enquanto uma política de ação afirmativa que inclui os negros em um setor do qual foram historicamente excluídos, e que possibilita, juntamente com a presença dos negros na universidade, que haja o debate acerca do racismo e da situação da população negra no Brasil, que corresponde a um passo fundamental para que se reflita sobre a discriminação racial no país e que se reconfigure a maneira como as relações raciais são estabelecidas na universidade e também fora dela.

Nesse sentido, também defende-se que a política de cotas raciais permite uma reconfiguração na maneira como a sociedade brasileira se reconhece racialmente, possibilitando ao estudante negro cotista que reconstrua a sua identidade e se reconheça enquanto negro, em um processo que começa desde a escolha pela categoria de cotas raciais e que pode se intensificar após o ingresso na universidade a partir de suas vivências no ambiente acadêmico.

Desse modo, buscou-se ouvir estudantes negros cotistas dos cursos de maior nota de corte da UFMA, a fim de se compreender esse processo e de se identificar como e se ele de fato acontece, além de identificar as dificuldades que esses estudantes possam enfrentar no seu dia a dia na universidade, a maneira como as relações raciais são estabelecidas no ambiente acadêmico e como esses estudantes acreditam que deve se dar o enfrentamento ao racismo.

O objetivo de analisar a construção da identidade e subjetividade dos estudantes negros cotistas parte da compreensão da importância das categorias subjetividade e identidade no modo de existir do sujeito e no desenvolvimento de sua autoestima, e dos danos subjetivos causados pelo racismo e pela discriminação sofridos pelos negros.

Nesse sentido, parte-se, também, da defesa da importância da participação da Psicologia no debate, estudos e pesquisas voltados à compreensão da questão racial no Brasil, e da curiosa pouca participação da Psicologia nessas discussões, seja nas pesquisas ou nas disciplinas em sala de aula.

Os objetivos desta pesquisa alinharam-se e foram definidos de tal maneira por se compreender que a importância da política de cotas raciais vai além de assegurar o ingresso dos negros na universidade, mas que é preciso acompanhar esses estudantes, identificar suas demandas e necessidades, adotar programas e políticas de assistência, visando a garantir sua permanência na universidade e o constante debate sobre suas vivências e dificuldades.

A partir do relato dos estudantes entrevistados, pôde-se identificar que principal dificuldade, comum à maioria dos estudantes negros cotistas, diz respeito às dificuldades

financeiras (que são produzidas pelas desigualdades da inter-relação classe e raça) que dificultam o seu dia a dia e que são causa de efeitos psicológicos significativos. Nesse sentido, cabe ressaltar a necessidade de não se desconsiderar essa realidade, principalmente quando estão relacionadas aos cursos de maior nota de corte, os cursos considerados elitizados, em que o nível de exigência tende a ser maior e onde a presença do estudante negro é importante e necessária.

Ainda no aspecto das dificuldades enfrentadas, cabe se questionar o que deve ser repensado: a dificuldade de estudantes com uma formação mais comprometida em acompanhar os demais, comprometendo a qualidade do ensino superior, ou a possibilidade de oferecer condições a esses estudantes para conseguirem permanecer na universidade e concluir o curso, condição fundamental para sua ascensão social?

Percebeu-se na pesquisa que o estudante negro que ingressa na universidade a partir das cotas raciais, que já tem uma história de desenvolvimento pessoal em torno de uma identidade que é desprezada cotidianamente, também precisa se esconder enquanto cotista, para não sofrer críticas ou mesmo algum tipo de discriminação, visto que a política de cotas raciais ainda é tão rejeitada por parte da população, principalmente pelo grupo branco que é maioria nos cursos elitizados.

Ainda assim, o relato dos estudantes demonstra que a vivência na universidade enquanto cotista negro possibilitou a esses estudantes, ou mesmo intensificou, o reconhecimento de uma identidade e consciência negra. Os discursos de alguns entrevistados demonstram que o ingresso na UFMA possibilitou a reconstrução da identidade, um novo olhar sobre “quem eu sou”.

Esse é um importante ganho que se obtém com a política de cotas, pois permite a reconfiguração da maneira como o brasileiro se identifica racialmente, e é de suma importância os efeitos psicológicos positivos que esse processo gera no sujeito.

Ainda na discussão sobre identidade, a pesquisa também leva à consideração de que é importante que se questione e discuta a maneira como a raça encontra-se atrelada ao tom de pele, gerando muitas vezes uma confusão no processo de construção da identidade, que tem consideráveis efeitos subjetivos. A identificação racial e o reconhecimento dessa identidade deve obedecer à cor da pele? De que maneira deve-se identificar racialmente o outro ou a si mesmo? Qual deve ser o critério de identificação?

Ainda, defende-se que a política de cotas raciais possibilita a reconstrução da identidade não somente do estudante negro que ingressa na universidade a partir das cotas,

mas também de quem passa a compreender esse lugar como possível, e que se sente representado.

Por fim, acredita-se que enquanto mulher branca não se pode falar por uma mulher negra, mas que pode-se falar *com* ela, no sentido de que compreende-se que o racismo não é um problema dos negros, mas de todos os brasileiros. E o relato dos estudantes confirma e reforça a importância de se falar sobre racismo, seja na universidade, seja nos demais ambientes em que nos relacionamos uns com os outros.

Quanto a isso, a pesquisa demonstrou a partir do discurso dos entrevistados e de sua receptividade com a pesquisa, que esses estudantes estão querendo falar sobre o assunto. Há de se ter vez, mas também há de se ter voz.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 129-140.
- AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. Epistemologia e Método das Pesquisas em Psicologia: uma questão política. In: MARTÍNEZ, A. M.; NEUBERN, M.; MORI, V. D. (orgs.). *Subjetividade Contemporânea: discussões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Alínea, 2014. p. 213-238.
- ANCHIETA, K. de A. *História da implantação do sistema de cotas para negros na Universidade Estadual de Londrina- UEL (2000-2005)*. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 15-36.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 2, p. 247-273, 2002.
- _____. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (orgs.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- CAMARGO, A. C. *As cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão: a trajetória do estranho*. 2016. 205 f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.
- CARDOSO, C. B. *Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- CARVALHO, J. F. C. *A oportunidade da cor: judicialização das cotas sócio-raciais da UFMA*. 2016. 214 f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.
- CERQUEIRA, T. C. S. et al. O autoconceito e a motivação na constituição da subjetividade: conceitos e relações. *InterMeio: Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande*, v. 10, n. 20, p. 30-41, 2004.
- CIAMPA, A. Da C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Identidade. In: LANE, SILVIA. T. M.; GODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 58-75.

COELHO, M. M. *Pesquisa em Educação: desafios para a Epistemologia Qualitativa de González Rey*. In: MARTÍNEZ, A. M.; NEUBERN, M.; MORI, V. D. (orgs.). *Subjetividade Contemporânea: discussões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Alínea, 2014. p. 111-125.

DOMINGUES, P. Ações Afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, n. 29, p. 164-176, maio/ jun./ jul./ ago. 2005.

FERREIRA, A. A. L. O múltiplo surgimento da Psicologia. In JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2007. p. 13-46.

FERREIRA, R. F. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia & Sociedade*, Universidade de São Marcos, v. 14, n. 1, p. 69-86, jan./ jun. 2002.

_____.; MATTOS, R. M. O Afro-brasileiro e o debate sobre o sistema de cotas: um enfoque psicossocial. *Psicologia Ciência E Profissão*, v. 27, n. 1, p. 46-63, 2007.

_____.; CAMARGO, A. C. Preconceito, Exclusão e Identidade do Afrodescendente. In: CARVALHO, I. S.; FERREIRA, R. F. (orgs.). *Processos de exclusão na sociedade contemporânea*. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 173-197.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 75-93.

GRIEBELER, D. *Sujeitos emblemáticos à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação: produções acadêmicas do NEPIM*. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, pp. 247-2683, 2003.

_____. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HERINGER, R. *Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas*. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Características Étnico-Raciais da População: classificações e identidades*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm> . Acesso em: 10 jan. 2016.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 12. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 55-67.

MACIEL, R. O. *Ações afirmativas e universidade: uma discussão do sistema de cotas da UFMA*. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

MAGGIE, Y.; FRY, P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, v. 18, n. 50, p. 67-80, abr./jun. 2004.

MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUET, R. (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 757-776, Especial - Out. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

MOSQUERA, J. J. M.; STOBBAUS, C. D. Auto-imagem, auto-estima e auto-realização: qualidade de vida na universidade. *Psic., Saúde & Doenças*, Lisboa, v. 7, n. 1, p. 83-88, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-00862006000100006&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 23 mar. 2017.

MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

_____. (org.) *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

NUNES, A. De A. C. *O sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afrodescendente*. 2011. 212 f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

OLIVEIRA, A. A relação entre raça e educação na obra de Gilberto Freyre. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 81, p. 305-329, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48072016000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 mar. 2017.

PACHECO, K. M. De B.; CIAMPA, A. Da C. O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. *Acta Fisiátrica*, São Paulo, v. 13, n. 3, p.163-167, 2006.

PANTOJA, E. P. B. *Direitos diferenciados e ações afirmativas: um estudo sobre políticas de cotas para negros e índios*. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

PENHA-LOPES, V. *A identidade racial dos alunos cotistas da UERJ*. Apresentado no BRASA IX, Nova Orleans, em 29 de março de 2008, no painel Affirmative Actions and the Changing Notion of Racial Identity in Brazil. Coordenadora: Vânia Penha-Lopes, Bloomfield College.

PEREIRA, J. B. B. Racismo à brasileira. In: MUNANGA, K. (org.) *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: Edusp: Estação Ciência, 1996. p. 75-78.

PINTO, M. C. C. *Efeitos da política de cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão: uma análise a partir da perspectiva de estudantes negros cotistas*. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005.

RODRIGUES, F. Racismo cordial. In: FOLHA DE SÃO PAULO; DATAFOLHA. *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995. p. 11-55.

SILVA, C. B. R. da; MACIEL, R. O.; RODRIGUES, F. L. Ações Afirmativas na Universidade Federal do Maranhão. In: SANTOS, J. T. dos (Org.). *Cotas nas Universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO, 2012. p. 163-182.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 219-246, 2002.

TELLES, E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VIEIRA, P. A. Dos S. *Para Além das Cotas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Idade:

Curso:

Período:

Renda Familiar:

- () 1 a 3 salários mínimos
- () 3 a 5 salários mínimos
- () 5 a 7 salários mínimos
- () 7 a 9 salários mínimos
- () Acima de 9 salários mínimos

POLÍTICA DE COTAS RACIAIS

Como se deu a sua escolha pelo curso?

E como foi a decisão de concorrer ao vestibular pelo sistema de cotas raciais?

Que avaliação você faz da política de cotas? Qual o significado da política de cotas raciais para a universidade pública federal, e para a UFMA, especificamente?

IDENTIDADE

Você se considerava negro antes de entrar na universidade pelas cotas raciais? Como foi a questão de concorrer ao vestibular como cotista, no sentido de reconhecimento da sua identidade.

Como você se recorda que se deu o processo de identificação como negro? Você se lembra do momento em que se percebeu negro?

O seu ingresso na universidade pelas cotas raciais alterou em algum sentido a sua identificação como negro? Como?

Você participa de algum grupo do movimento negro, ou mesmo ligado à arte e cultura africanas? Como você analisa esses grupos?

Como você analisa que é ser negro no Brasil? Quais são as suas referências?

DIFICULDADES

Como você analisa seu percurso acadêmico até aqui? Fale sobre sua vida acadêmica; o que tem sido bom e o que tem sido ruim.

Você considera que o seu ingresso na universidade através do sistema de cotas raciais interfere na sua vida acadêmica?

Que tipo de dificuldades você encontra na universidade? O que você faz para enfrentá-las?

RELAÇÕES RACIAIS

Como se dá o relacionamento entre alunos brancos e negros? E entre alunos cotistas e não-cotistas?

E como é a relação entre alunos e professores, em termos da questão racial?

Como é a relação entre os alunos negros? Vocês costumam se unir, em casos de racismo, por exemplo?

Qual a sua percepção em relação ao seu curso e à UFMA, de maneira geral?

PRECONCEITO / DISCRIMINAÇÃO

Você já sofreu discriminação por ser negro na UFMA? Ou por ser cotista?

Você já passou por alguma situação de preconceito, já vivenciou? Por ser cotista, por ser negra. Já percebeu o fator racial interferindo na relação com os alunos da sua turma?

Mas você acha que existe preconceito?

De que maneira você enfrentou essa situação? Ou quais você acha que podem ser estratégias de enfrentamento dos alunos que sofrem preconceito e discriminação? Individual ou coletivamente.

E fora da universidade, você já sofreu alguma situação de discriminação?

AUTOESTIMA / AUTOCONCEITO

A partir desta identidade que você trouxe, como você analisa o seu nível de satisfação a respeito da sua vida, da sua trajetória. E do seu percurso acadêmico?

Qual é a imagem que você quer passar?

Para você, como é ser negro na UFMA? Como você se avalia, como você se identifica para mim? Você mudaria alguma coisa?

Gostaria de fazer alguma consideração ou mencionar algo além do que lhe foi perguntado? Gostaria de passar alguma mensagem, para alguém, ou para a universidade?

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) participante,

Você foi convidado(a) a participar da pesquisa de título “**A política de cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão: subjetividade e identidade de estudantes negros cotistas como perspectivas de análise**”, desenvolvida por Taisa Teresa Gomes Furtado, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e sob orientação do Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara, com o objetivo de analisar os processos de construção da subjetividade e da identidade de estudantes negros cotistas da UFMA.

Esta pesquisa tem finalidade científica, e sua participação contribuirá para a compreensão das relações raciais na UFMA, das dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros cotistas e das estratégias de enfrentamento por eles utilizadas frente ao preconceito e à discriminação racial.

Sua participação se fará de forma voluntária, por meio de entrevista, que será gravada se assim você permitir. Caso você desista de participar da pesquisa a qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora.

São Luís, ____ de _____ de 201__.

Taisa Teresa Gomes Furtado
Mestranda em Psicologia

E-mail: taisatgfurtado@gmail.com / Telefone: (98) 991469898

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome do(a) participante

Assinatura do(a) participante

ANEXO

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

GABINETE DA REITORA

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Nair Portela Silva Coutinho, Reitora da Universidade Federal do Maranhão, venho por meio desta informar a Vossa Senhoria que autorizo a pesquisadora **Taisa Teresa Gomes Furtado**, matrícula nº 2016104618, aluna do Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada **“A política de cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão: subjetividade e identidade de estudantes negros cotistas como perspectivas de análise”**, sob orientação do Prof. Dr. Ramom Luis de Santana Alcântara. A pesquisa objetiva analisar os processos de construção da subjetividade e da identidade de estudantes negros cotistas, tendo como objetivos específicos identificar como se dão as relações raciais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), relacionar as especificidades das dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros cotistas da UFMA e seu impacto em sua autoestima e autoconceito, além de apontar as estratégias de enfrentamento utilizadas por esses estudantes frente ao preconceito e à discriminação racial.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12. Esta Reitoria está ciente de suas corresponsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados.

São Luís (MA), 09 de outubro de 2017.

NAIR PORTELA SILVA COUTINHO
Reitora da Universidade Federal do Maranhão

Consolidar
avanços
e vencer
desafios

Cidade Universitária Dom Delgado - Prédio Marechal Castelo Branco - REITORIA
Avenida dos Portugueses, 1.966 - São Luís - MA - CEP: 65080-805
Fone: (98) 3272- 8003 / 3272- 8005